



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
METRADO EM PSICOLOGIA



BELÉM-PA  
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
METRADO EM PSICOLOGIA

ROBERTA KARYNE BRASIL BANDEIRA

**A PATERNIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL**

BELÉM-PA  
2013

ROBERTA KARYNE BRASIL BANDEIRA

## **A PATERNIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia, Sociedade e Saúde

**Orientação: Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso**

BELÉM –PA  
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

Bandeira, Roberta Karyne Brasil, 1987-  
A paternidade após o rompimento conjugal /  
Roberta Karyne Brasil Bandeira. - 2013.

Orientadora: Janari da Silva Pedroso.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal  
do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia, Belém, 2013.

1. Paternidade. 2. Responsabilidade dos pais.  
3. Pais e filhos. 4. Separação (Psicologia). 5.  
Família. I. Título.

CDD 22. ed. 155.6432

---

ROBERTA KARYNE BRASIL BANDEIRA

## **A PATERNIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL**

Belém, 28 de junho de 2013.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Janari da Silva Pedroso, Dr.  
Universidade Federal do Pará, UFPA  
Orientador

---

Prof. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke, Dra.  
Universidade Católica de Brasília, UCB  
Examinadora

---

Prof. Dra. Airle Miranda de Souza, Dra.  
Universidade Federal do Pará, UFPA  
Examinadora

---

Prof. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos, Dra.  
Universidade Federal do Pará, UFPA  
Suplente

BELÉM-PA  
2013

**Dedico ao meu pai  
e a todos os pais separados.**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luiz Roberto e Yêda, meus maiores incentivadores, que mesmo sem entenderem, de fato, o que é esse tal de mestrado, compreendem o significado dessa conquista na minha vida. Obrigada por sempre confiarem e respeitarem as minhas escolhas, e principalmente por todo esforço e abdicção que fizeram para me proporcionar oportunidades na vida como esta.

A minha avó, Bitá, e minha tia-avó, Dora, os anjos que unem, cuidam e zelam diariamente pelo bem da nossa família, todo o meu amor e agradecimento eterno.

A minha avó, Mary, pelas bênçãos de todos os encontros que possibilita alguns segundos de reconhecimento do nosso vínculo em meio a tantas perdas.

A minha irmã, Luiza Danielle; As tias e o tio, Cristina, Conceição, Denise, Ione, Izabel Cristina e Luiz Oyama; Aos primos e primas, Ângela, Erika, Felipe e Rodrigo, por tudo que já fizeram e fazem por mim, os ensinamentos, as preocupações, as vivências, os incentivos, os exemplos de pessoas batalhadoras e principalmente, por me tornarem quem sou.

A Lúcia, por cuida de mim e da minha família, muito obrigada sempre.

Ao meu namorado Vanderley, pelo apoio, paciência, compreensão e companheirismo; E ao Eduardo, pelos abraços e alegria.

Ao meu orientador, Janari Pedroso, agradeço pela amizade, paciência, confiança, e a orientação segura e exigente nessa jornada. Muito obrigada pelo incentivo profissional e acadêmico.

A professora Airle Miranda, por me acolher e compartilhar comigo os estudos sobre as perdas, o luto, a morte e o morrer, agradeço sua presença na qualificação e na defesa deste estudo.

A professora Júlia S. N. F. Bucher-Maluschke, pelas excelentes considerações na qualificação do projeto e pela presença na defesa.

As amigas Carolina Moura e a Rebecca Barata, pelos sonhos, inquietações, críticas, planos, preocupações, suportes, incentivos, afetos e flores compartilhadas.

A amiga Débora Oliveira, por me mostrar que a despeito da distância física, a confiança e a amizade penetram os poros e evaporam através de respeito, cuidado e amor.

A amiga Eliana Souza, pela sensibilidade, disponibilidade, torcida sincera e incentivo constante.

Aos ‘presentes de mestrado’ Edson Júnior, Lesly Vincenzi e Nancy Almeida, agradeço os encorajamentos que me inspiram a vislumbrar além e por transformarem esses dois anos em uma memória de afeto, alegria e amizade.

A amiga Thamyris Maués, pela amizade e respeito construído através desse longo percurso acadêmico. Agradeço a disponibilidade e a correção do texto, com o zelo que só uma confluente poderia fazer.

Aos companheiros do Laboratório de Desenvolvimento e Saúde (LADS), Ana Cláudia, Andreza Lopes, Fernanda Isobe, Greicyani Dias, Jonaso Dias, e as amigas do Laboratório de Estudos sobre o Luto e Saúde (LAELS), Gisely Avelar e Simone Abraão, pelas trocas e amizade construída nesse percurso.

A Capes, por financiar esta pesquisa de mestrado.

Aos homens que participaram desta pesquisa, pela confiança em compartilharem suas histórias.



Não sou eu, são os mortos quem te gera,  
São meu pai, o seu pai, os de outras eras  
Traçando um longo dédalo de amores  
Desde Caim e de Abel, em sua aurora  
Antiga que já é mitologia;  
Sangue e medula chegam a este dia  
Que está por vir, em que te gero agora.  
Sinto sua multidão. Nós somos nós  
E, entre nós, estás tu e teus futuros  
Filhos que hás de gerar.

Jorge Luís Borges

## RESUMO

Para o pai, na maioria das vezes a principal repercussão na separação conjugal de casais com filhos é o distanciamento físico e emocional da prole. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender a paternidade na perspectiva do pai após o rompimento conjugal. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa e a coleta de dados foi obtida a partir de entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistados oito homens separados que tinham pelo menos um filho de até 6 anos de idade oriundo desse relacionamento no momento do rompimento. O critério de exclusão dos colaboradores foi o recasamento. Utilizou-se no tratamento dos dados a análise de conteúdo, com ênfase nas categorias: Transformações Familiares e Transformações da Paternidade. A categoria Transformações Familiares aponta para a compreensão da formação da família, do rompimento conjugal, da guarda dos filhos, da relação com a ex cónyuge e da percepção do cuidado materno. Na categoria Transformações da Paternidade entendeu-se a partir dos cuidados paternos, dos cuidados de meninos e meninas, do relacionamento com os filhos, do nome dos filhos, da ajuda da família e ser pai separado. Pode-se depreender a partir dos resultados que os pais se relacionam com os filhos ainda muito influenciados pelo modelo tradicional de papéis familiares, em que a função paterna primordial é o provimento econômico, mas também são influenciados pela reorganização dos papéis sociais na contemporaneidade, preocupando-se com os cuidados parentais e o envolvimento emocional com os filhos. Constatou-se que não há prevalência de um único modelo de paternidade estabelecido pelos pais, assim, a forma com que eles exercem e compreendem seu papel está relacionado aos diversos contextos encontrados após o divórcio. E esse contexto está diretamente associado ao relacionamento parental estabelecido após o rompimento conjugal, haja vista que a possibilidade de exercer os cuidados paternos e manter um envolvimento emocional com os filhos só é possível a partir do convívio com os mesmos, portanto dependem da capacidade dos ex-cônjuges de diferenciar o relacionamento parental e o relacionamento conjugal.

**Palavras-chave:** Paternidade. Rompimento conjugal. Parentalidade. Família.

## ABSTRACT

For the father, mostly, the physical and emotional detachment from the offspring is the main repercussion of the marital separation of couples with children. In this sense, the present work has as objective to understand the parenthood through the perspective of the father after conjugal disruption. The research was made through a qualitative approach and the collection of data was obtained from semi-structured interviews. Eight separated men who had at least 1 child of 6 years old born in this relationship at the moment of the separation were interviewed. The criterion of exclusion of the collaborators was the remarriage. In the treatment of the data the analysis of content was used, with emphasis in the categories: Family Transformations and Fatherhood Transformations. The category Family Transformations points to the comprehension of the family's structuring, conjugal disruption, the custody of the children, relation with the former consort and perception of the maternal care. The category Fatherhood Transformations was understood from the father's care, the care of boys and girls, the relationship with the children, the name of the children, the help of the family and being separated father. It is possible to infer from the results that the fathers relate to their children still very influenced by the traditional model of family roles, in which the primordial function of the father is the economical provision, but they are also influenced by the reorganization of the social roles in the contemporaneity, worrying with parental caring and emotional involvement with the children. It is noticed that there is not the prevalence of only one model of fatherhood established by the fathers, therefore, the way they exercise and comprehend their roles is related to the several contexts found after the divorce. And this context is directly associated to the parental relationship settled after the conjugal disruption, given the fact that the possibility of exercising the parental cares and keeping an emotional involvement with the children is only possible from the act living together with them, therefore they depend on the capacity of the former consorts of making the difference between the parental relationship and the conjugal relationship.

**Key words:** Fatherhood. Conjugal disruption. Parenthood. Family.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Perfil socioeconômico dos colaboradores da pesquisa .....	26
Tabela 02 - Caracterização da amostra dos participantes em relação aos dados dos filhos, do casamento e da separação .....	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 PARA APRENDER O SIGNIFICADO: os caminhos metodológicos</b> .....	24
2.1 PARTICIPANTE .....	25
2.2 LOCAL DA PESQUISA .....	29
2.3 INSTRUMENTOS .....	29
2.4 PROCEDIMENTO .....	30
2.4.1 Submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa .....	30
2.4.2 Riscos e benefícios .....	30
2.4.3 Divulgação da pesquisa e seleção dos participantes .....	30
2.4.4 Coleta dos dados .....	30
2.4.5 Análise dos resultados .....	31
<b>3 TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES</b> .....	33
3.1 A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA: <i>a gente convivia bem, a gente convivia legal</i> .....	36
3.2 O ROMPIMENTO CONJUGAL: <i>ela disse que não dava mais certo e foi embora</i> .....	43
3.3 A GUARDA DOS FILHOS: <i>convívio de ir visitar só, só visitar aquele momento e voltar</i> .....	49
3.4 A RELAÇÃO COM A EX-CÔNJUGE: <i>é estável assim, eu tento não prolongar muito a conversa</i> .....	55
3.5 A PERCEPÇÃO DO CUIDADO MATERNO: <i>o filho não tinha nada haver com a nossa briga, ela era uma excelente mãe</i> .....	58
<b>4 TRANSFORMAÇÕES DA PATERNIDADE</b> .....	63
4.1 OS CUIDADOS PTERNOS: <i>eu fazia tudo pro meu filho, a única coisa que eu não fazia era dá mama pra ele</i> .....	68
4.2 OS CUIDADOS DE MENINOS E MENINAS: <i>tocar na minha filha eu nunca gostei</i> .....	75
4.3 O RELACIONAMENTO COM OS FILHOS: <i>eu pensei que ela fosse mudar também, mas não, ela continua a mesma coisa</i> .....	77
4.4 O NOME DOS FILHOS: <i>é só mudar a última letra do meu nome</i> .....	79
4.5 A AJUDA DA FAMÍLIA: <i>se não fosse minha família não sei o que seria de mim</i> .....	82
4.6 SER PAI SEPARADO: <i>acho que se eu fosse um pai não separado estaria mais perto e protegendo eles</i> .....	86
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>ANEXO</b> .....	103
<b>APÊNDICES</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Quando nos reportamos às famílias, tanto a literatura, como a mídia não se aprofundam no conhecimento do cotidiano destes homens pais, ficando uma lacuna na compreensão de sua real inserção no cotidiano e na vida de seus filhos. Os estudos sobre masculinidade trazem grandes contribuições, mas ainda são tímidos no que diz respeito ao esmiuçamento da vivência da paternidade. Acredito que esta dificuldade existe por não conseguirmos nos desvincular do olhar que foi construído em torno do modelo de família nuclear. Acredito que é um desafio pensarmos a paternidade sem confrontá-la com a maternidade e sem nos prendermos ao provimento econômico, ou confundi-la com a relação marido/mulher (LONGHI, 2001, p.56).

As novas configurações familiares motivam inúmeros estudos, inclusive os relacionados ao número expressivo de separações conjugais e seus desdobramentos para pais e filhos. Historicamente, nas dissoluções conjugais a responsabilidade pelo cuidado dos filhos é direcionada predominantemente às mães e a figura do pai fica à margem do processo educativo dos filhos. Nesse sentido, esta pesquisa de mestrado buscou compreender como os homens exercem e compreendem a paternidade após o rompimento conjugal.

O interesse pela temática surgiu ao entrar em contato com o Serviço de Atendimento Psicossocial da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DATA/ Polícia Civil - PA), e a consequente identificação com o profissional do trabalho desenvolvido. As repercussões negativas dos conflitos dos casais em processo de divórcio, que chegavam ao setor através de denúncias de negligência e maus-tratos, fizeram-me vislumbrar um grande campo de possibilidades para futura atuação profissional.

Com o ingresso no mestrado, pude aprofundar os estudos sobre as dinâmicas familiares, especialmente sobre a (des)construção das relações conjugais e parentais. Pode-se constatar que, apesar do significativo aumento de pesquisas voltadas para a paternidade, os estudos acadêmicos sobre as mulheres e a maternidade ainda prevalecem.

Nas separações de casais, a possibilidade de convivência entre o ex-casal é provável, e se tiverem filhos, a probabilidade de terem contato pelo resto da vida é alta. Conforme Brito (2007) uma das dificuldades do rompimento conjugal quando possuem filhos é o fato paradoxal de querer se desligar de alguém que na verdade não se poderá desvincular totalmente, dada a parentalidade comum.

Em contexto de rompimento conjugal, o casal deveria procurar manter intactas ou preservadas em essência suas relações parentais para facilitar a divisão das atribuições das responsabilidades dos filhos. Contudo, frequentemente esse relacionamento é conturbado pela

dificuldade do casal lidar com o rompimento do casamento, e os pais-homens ainda sofrem com o distanciamento dos filhos, haja vista que é comum as mães obterem as guardas (SOUSA, 2010). Esses pais encontram muitas dificuldades para exercer funções relativas à paternidade, como acompanhamento do desenvolvimento, orientação, definição de regras, controle, etc.

A parentalidade pode ser vivenciada de várias maneiras pelos pais, conforme sua personalidade e consoante com a cultura na qual estão inseridos. Contudo, será exercida por eles através das funções de apaziguamento, asseguradora, estimuladora, socializadora e de transmissão de valores. Semelhantes papéis parentais atribuídos aos pais, que são peças fundamentais e determinantes, haja vista que quando adequadamente conduzidas e vivenciadas, propiciam o desenvolvimento físico e psicológico saudável dos filhos (MELO E SILVA, 2008).

A experiência da parentalidade encontra-se circunscrita a um espaço que transcende o indivíduo, sua própria subjetividade e seu comportamento. Melo e Silva (2008) afirmam que a parentalidade se expressa através de três eixos: exercício, experiência e prática. O primeiro eixo situa o indivíduo no âmbito dos seus laços de parentesco e os aspectos que dizem respeito aos direitos e deveres advindos desse vínculo. O segundo eixo corresponde ao modo de vir a ser pai e de preencher papéis, pois envolve o desejo pela criança e o processo de transição em direção à relação parental. Por fim, o terceiro eixo concerne às tarefas que os pais executam junto aos filhos no cotidiano, especificamente as relacionadas aos cuidados de saúde física e psíquica.

Em princípio, a parentalidade seria decorrente da conjugalidade. Todavia, isso não se afigura como regra geral. Após o nascimento do filho, a conjugalidade não se encontra presente em várias modalidades de relacionamento. Também não se pode falar na existência da conjugalidade em relação às mães e aos pais que não a experimentaram antes do estabelecimento da relação parental com seus filhos (MELO E SILVA, 2008).

Dessa forma, a noção de parentalidade extrapola as bases biológicas, porque diz respeito à transmissão intergeracional. Nesta pesquisa, os pais entrevistados vivenciam a parentalidade após a separação conjugal, segundo suas características pessoais, conforme a dinâmica comportamental da família atual e de origem, e também através da forma de comunicação estabelecida entre o ex-casal.

Nesse sentido, os desdobramentos da parentalidade nas dissoluções dos casamentos é um evento estressor no meio familiar. A capacidade de absorção do impacto no sistema e a

qualidade do funcionamento adaptativo dos filhos dependem das características da família durante o casamento e das propriedades da relação parental mantida após o divórcio. Logo, a cada cônjuge é exigida a árdua tarefa de conciliar as necessidades desenvolvimentais dos seus filhos (o que implica em um contato permanente e harmonioso com o ex-cônjuge) e as suas próprias necessidades (LAMELA; FIGUEIREDO; BASTOS, 2009).

Conforme Brito (2007), uma das dificuldades do rompimento conjugal quando possuem filhos é o fato paradoxal de querer se desligar de alguém que na verdade não se poderá desvincular totalmente, dada a parentalidade comum. Pesquisas com filhos de pais divorciados revelam que a forma como os ex-cônjuges resolvem questões relativas ao divórcio podem produzir repercussões sobre a experiência que os filhos tiveram desse evento em suas vidas (BRITO, 2007, 2008b; SOUZA, 2000). Dessa forma, os autores ratificam a necessidade do ex-casal de preservar as relações parentais, assim como possibilitarem segurança emocional às crianças. A capacidade dos pais de preservarem a relação com os filhos aumenta as chances de sucesso em um novo arranjo familiar (FÉRES-CARNEIRO, 2008).

Entretanto, a capacidade de preservar a relação com os filhos, assim como a capacidade de manter entendimento mútuo em questões relativas a esses, parecem ficar obscurecidas quando emergem ou são reacendidos os (des)afetos entre o casal (LAMELA; FIGUEIREDO; BASTOS, 2009). Nesta situação, os sentimentos subjacentes à separação se tornam mais importantes para o ex-casal. Além disso, a diferenciação entre as funções conjugais e parentais é muitas vezes distorcida nessas circunstâncias, sendo que tal distinção é extremamente importante para garantir a promoção do desenvolvimento emocional saudável dos filhos de pais separados (FÉRES-CARNEIRO, 2008).

Em países como Estados Unidos, Canadá, França e Austrália, para possibilitar que o divórcio se torne um instrumento de solução para as dificuldades de casais em conflito conjugal, é cada vez mais freqüente a mediação<sup>1</sup> ser parte obrigatória dos processos de divórcio em muitas varas de famílias (SOUZA, 2000). No Brasil, a mediação e a resolução alternativa de conflitos também se popularizou, além de trabalhos de orientação (educativos) e, em menor escala, grupos de apoio, tanto para os adultos quanto para as crianças envolvidas (RAPIZO, 2012).

---

<sup>1</sup> A mediação familiar “pode ser concebida de duas maneiras: como técnica e procedimento. Como técnica, pode contribuir com outros métodos de condução de conflitos, como a Conciliação e a Arbitragem, auxiliando-os a melhor formular acordos e soluções mutuamente satisfatórios às partes em conflito. Como procedimento, sobretudo, o modelo mais complexo que é o da mediação familiar, tem fases que compõem todo um processo [...]” (NAZARETH, 2004, p.310).



No estudo realizado por Wallerstein e Kelly (1998), muitos pais e mães demonstraram insegurança e desorientação quanto ao comportamento que deveriam ter com os filhos após o rompimento conjugal. No atendimento com famílias que vivenciam o divórcio, Fedullo (2001) pontua a diferenciação entre o que chama de “divórcio matrimonial” e “divórcio parental”, que se revela como um dos aspectos mais complexos no divórcio. A autora refere que frequentemente questões emocionais não elaboradas, ligadas à história pessoal de cada membro do ex-casal, são reatualizadas diante da frustração e do fracasso do matrimônio que se desfez. Nesse cenário, os filhos são utilizados como objeto de disputa, o que acaba sendo uma forma de manutenção do litígio (ANTUNES; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2010)

Féres-Carneiro (2003), em estudo sobre conjugalidade, identificou que o processo de desconstrução da conjugalidade acontece concomitantemente à reconstrução da identidade individual. Esse processo é vivenciado por homens e mulheres, por vezes, como profundamente sofrido. Além do mais, requer a elaboração do luto pelo rompimento da relação. Um dado importante é que a conjugalidade, já em sua constituição, não se dá automaticamente na realização do matrimônio, mas envolve um processo que modifica os indivíduos em prol do casal (BUCHER, 1996).

Conforme Bernart et al (2002), na prática de assessoria técnica e mediação familiar juntos aos juízos de família, em situações de discórdia entre o ex-casal, percebem que os filhos são envolvidos como aliados, espiões ou, ainda, tornam-se meio de expressão do desprezo ou rejeição entre os genitores. Os autores compreendem que, diante da relação conflituosa entre os ex-cônjuges, no trabalho de mediação, não basta lembrá-los da diferença entre a separação conjugal e a manutenção do vínculo parental, é essencial abordar a dimensão conjugal. Para tanto, os Bernart et al (2002, p. 208) pontuam três vertentes que devem ser consideradas:

- a) o divórcio psíquico; b) a reapropriação do vínculo com a própria história para conseguir uma continuidade do subsistema parental; c) a proteção daquele aspecto ligado à condição conjugal que se refere à conservação das relações familiares ampliadas.

Essas vertentes demonstram a importância da participação das respectivas famílias de origem no processo de elaboração da separação dos cônjuges. Em outros termos, o trabalho de mediação na abordagem sistêmico-relacional, não se restringe à família em crise, mas leva em conta a complexidade das relações familiares em uma perspectiva trigeracional. Essa

perspectiva corrobora com Cerveny (2006) quando destaca que romper uma ligação pode expor aspectos e potencialidades pessoais latentes e reatualizar ou focalizar relações mais antigas e ainda não resolvidas com a própria família de origem.

Cigoli (2002) compreende que o princípio de ‘não mais cônjuges, mas sempre pais’ não é simples, haja vista que a história relacional não se encerra completamente. O vínculo entre os ex-parceiros não se extingue ou é anulado, mas se transforma, é modificado e assume outros significados, pois dessa maneira, o ex-casal pode dar suporte ao vínculo entre pais e filhos (SOUSA, 2010).

No trabalho de atendimento de ex-cônjuges, Cigoli (2002) nomeia de “cisma geracional” as situações em que a dor pelo fim da relação dificulta e impede qualquer forma de vínculo. Para o autor, a cisma geralmente se apresenta de duas formas diferentes: pela exclusão de um dos genitores da relação com os filhos, ou por meio da divisão dos filhos entre os genitores. Identifica-se essa prática nas situações denominadas de Alienação Parental (SOUSA E AMENDOLA, 2012).

Cerveny (2006) considera que nem sempre os vínculos parentais e conjugais se misturam durante o divórcio. Para a autora, há situações em que o processo de separação é sentido como parte natural do ciclo vital do grupo familiar. Nesses casos, o vínculo parental será protegido, as fronteiras do sistema familiar serão respeitadas, e os lugares de cada um, enquanto pai, marido, mãe, mulher, ficam evidenciados. Em outros casos, o ciclo da família seria seriamente perturbado, o tempo percebido como paralisado e o sistema familiar enrijecido. O divórcio, dessa forma, é sentido como ataque e ruptura, e as fronteiras entre pais e filhos se misturam.

Brito (2008b), ao analisar o exercício da parentalidade após a separação, mostra que muitas mães guardiãs tendem a afastar o ex-companheiro da vida dos filhos. Apesar das queixas dos pais, muitas mães assumem todas as decisões sobre a educação das crianças e se tornam desse modo, as únicas responsáveis pelos cuidados e transmissão de valores. Algumas mulheres aumentam o acúmulo de responsabilidades por não conseguirem dividí-las com o ex-cônjuge. Nesse caso, parece que será preciso encontrar um maior equilíbrio entre a maternidade e a paternidade, para que tanto o pai quanto a mãe da criança possam desempenhar, de modo adequado, os papéis que lhes competem.

A maternidade no momento atual, diferentemente da paternidade, tem sido supervalorizada. A sociedade tem contribuído para reafirmar a fusão mãe-filho, sendo que tal destaque se faz não somente em prejuízo aos pais, mas também às mães, forçadas a se

identificar totalmente com o papel maternal. Em decorrência disso, uma parte da identidade da mãe, associada a seu papel de mulher e cidadã fica obscurecida (LOPES, 2008).

Conforme Sousa e Samis (2008), nos atendimentos realizados pelo serviço de psicologia em um escritório de advocacia, chamou atenção das terapeutas a postura de muitas mães guardiãs em relação ao filho e ao ex-cônjuge. Com frequência, essas genitoras colocavam-se como quem tudo podia em relação ao filho, o qual assumia a condição de objeto seu. Ao mesmo tempo, essas mães impunham suas regras e descartavam, a seu tempo, aquele que julgavam não ser o melhor pai, ou o pai ideal para o seu filho. Os filhos são utilizados como objeto de disputa, o que acaba sendo uma forma de manutenção do litígio conjugal (ANTUNES; MAGALHÃES E FÉRES-CARNEIRO, 2010; DIAS E SOUZA, 2000; VAINER, 1999).

Nessa situação, a genitora desempenha papel fundamental na determinação do pai, haja vista que “a mãe tem a chave de acesso ao pai”. Evidentemente, não se trata da escolha da mulher em relação ao genitor de seu filho, mas àquele que ela escolhe para a função de pai. Nesse sentido, Sousa e Samis (2008, p.130) afirmam que:

(...) para que haja um pai para a criança, é necessário que a mãe reconheça a autoridade, a palavra desse homem, que se remeta a esse pai – eis que sua palavra conta para ela. Mas, para isso, a mãe também precisa ser marcada pela lei, não a dela, a do pai, que proíbe o incesto e barra o acesso irrestrito dessa mãe à criança. Assim, a mãe não pode tudo com relação a seu rebento, ele não é um objeto seu, à mercê de seus caprichos. Se a mãe não é tudo para o filho, se algo lhe falta, isso abre caminho para o acesso ao pai. Este, como mediador da relação mãe-filho, intervém impondo limite, a separação, e, dessa forma, aponta para a criança outra via que não fusão simbiótica com a genitora.

Todavia, na prática, Sousa e Samis (2008), identificaram que, embora o pai desempenhe um papel importante de mediador de relações mãe-filho, hoje ele é constantemente descartado desse papel. Dessa forma, as autoras percebem que muitas mães não param de buscar na realidade um pai ideal, mesmo que para isso tenha que descartar ou excluir o pai que seus filhos possuem - pai este que procura, a seu modo, exercer a paternidade.

Hurstel (1999) identifica que como a guarda e o cuidado das crianças continuam quase sempre como tarefas atribuídas às mães, o modelo materno soa como estável, enquanto despontam com maior frequência interrogações sobre quem é o pai e quais as suas atribuições. Esta incerteza com frequência aporta ao judiciário (BRITO, 2008a).

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011, cerca de 87,6% dos divórcios concedidos no Brasil terminaram com a guarda das crianças e adolescentes delegada às mães. Os dados demonstram que houve um significativo aumento nos números de guardas compartilhadas: em 2001, apenas 2,7% das separações optavam pela guarda compartilhada, enquanto em 2011 esse número cresceu para 5,4%. Deste modo, apesar das mudanças significativas em relação à paternidade na legislação, o número de guardas compartilhadas concedidas ainda é pequeno em comparação às guardas unilaterais.

O IBGE ainda demonstra que entre 2001 e 2011, houve redução percentual das decisões da guarda dos filhos para os pais homens. Em 2001, ocorreu uma porcentagem de 5,7% de decisões favoráveis aos pais, contra 5,3% registrados no ano de 2011. Sendo que 1,1% das crianças e adolescentes ficam com a guarda fora de pai e mãe. Interessante pontuar que o Pará é o estado com o maior índice de concessões de guardas compartilhadas (8,9%), seguido do Distrito Federal (8,3), enquanto Sergipe (2,4%) e Rio de Janeiro (2,8%) tiveram as menores taxas.

Silva (2005) aponta que o discurso paterno do homem que não tem a guarda do(s) filho(s) após a separação conjugal mudou. O homem está disponível e interessado em cuidar dos filhos, estar perto deles. Hoje, “eles não querem visitas, mas oportunidades iguais para criá-los” (p.8). Não só na constância do casamento, mas após a separação. As visitas, antes concedidas para os pais que não obtinham a guarda, eram a garantia mínima de um pai para conviver com seus filhos.

Para Caruso (1986), o próprio pai já tem reconhecimento de sua importância e significado. E isso corrobora com o sentido dado por Nolasco (1993), no qual a paternidade deva existir para os homens não apenas escondida atrás do que se passa com a mulher, mas de forma a dar consciência ao homem de como está estruturada sua dinâmica subjetiva, só conflitos da relação com o filho até chegar o ponto de realmente ampliar duas dimensões internas e propiciar uma renovação na relação com a vida.

Em estudo realizado sobre a visão dos filhos de pais divorciados, Brito (2007) identificou que o maior impacto da separação dos pais foi a desestabilização no relacionamento com o pai, quer seja por um período de tempo, quer seja ao longo de suas vidas. A autora também realizou pesquisa sobre as dificuldades que pais enfrentam para visitar seus filhos após uma separação conjugal, e verificou que a participação da mãe, usualmente guardiã, é frequentemente decisiva para aproximar ou afastar o genitor de seus filhos (LOPES, 2008). As pesquisas de King e Heard (1999) também identificam que a

satisfação materna em relação ao pai, após a separação, é um elemento crucial que irá beneficiar a adaptação do filho a essa nova situação. Dessa forma, mães infelizes e insatisfeitas podem transmitir esses sentimentos aos seus filhos.

Em outra pesquisa realizada com grupos de pais separados por Brito (2008b), identificou-se uma demanda para atendimento maior da população masculina, e essa maior participação era atribuída ao fato dos homens sofrerem mais após a separação devido ao afastamento dos filhos. Assim, repudiavam o termo “visitante” – comumente empregado na referência aos que não ficam com a guarda – expressão que remetem a algo artificial e distante.

Ainda hoje, a paternidade não costuma ser tão apreciada quanto a maternidade como um evento transformador da vida adulta. Em linhas gerais, pode-se considerar três fases distintas de pesquisas científicas que, até meados da década de 80, implicaram como uma possível influência sobre a experiência familiar e o desenvolvimento infantil: 1) O pai como provedor do status socioeconômico; 2) estudos sobre ausência paterna; 3) estudos correlacionais sobre características paternas e infantis. Pode-se observar que nenhum destes enfoques considera a vivência da paternidade pelos homens, seus significados íntimos e suas transformações subjetivas: o pai era uma variável da condição familiar e raramente uma voz a ser escutada (BRASILEIRO; JABLONSKI E FÉRES-CARNEIRO, 2002).

Conforme Brito (2008a), no final dos anos 1960, iniciou-se a reavaliação dos papéis maternos e paternos com o avanço das pesquisas biomédicas que possibilitaram procriações medicamente assistidas. A partir dos anos 1980, fundamentam-se os estudos sobre o pai, em consequência do crescente número de dissociações familiares e de recasamentos. Nesse contexto de evidentes mudanças nos rearranjos familiares, inicia-se o entendimento de que a criança pode, e mesmo deve, conviver com pai e mãe, mesmo que estes não residam juntos, compreensão solidificada após a promulgação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989, que dispõe como um direito da criança o de ser educada por sua mãe e seu pai.

Meulders-Klein (2001) refere que o lugar do pai na atualidade parece instável em três níveis: na procriação, no estabelecimento da filiação e no exercício da autoridade ou responsabilidade parental. Na procriação, com o desenvolvimento de técnicas contraceptivas, é cada vez mais freqüente que a decisão de engravidar seja da mulher. No estabelecimento da filiação, a designação da paternidade a partir do casamento torna-se mais insegura. Quanto ao exercício da autoridade parental, apesar desse ser dividido entre pai e mãe, quando há uma

separação conjugal, a responsabilidade maior acaba sendo das mães. Para Leite (1995, p.213), hoje “(...) vivemos numa civilização matriarcal e, qualquer que seja a ótica que se adote, é a mulher, agora, que detém a chave da filiação”. Portanto, se antes a filiação estava atrelada à existência de um casal, hoje ela depende do desejo das mães.

As pesquisas de Brito, Cardoso e Oliveira (2012) e Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) atualmente discutem a participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com a criança, comportamento que gradativamente passa a ser denominado de “nova paternidade”. Os autores sinalizam que, apesar da aparente disposição de muitos pais para a participação na educação dos filhos, os suportes simbólicos e sociais da paternidade ainda são frágeis e incertos. Ou seja, o modelo de pai-provedor e mãe-cuidadora, regente na família nuclear burguesa ainda exerce grande influência.

Nesse cenário, a crença no fundamento biológico que indica a presença de um instinto materno, o qual habilitaria mulheres a assumirem o papel na criação dos filhos ainda é fortalecida pela cultura. São frases como “mãe é mãe” e “homem não tem jeito para cuidar de crianças” que fazem parte do imaginário social e da subjetividade que comandam atitudes paternas e maternas (CARDOSO, 2009; PADILHA, 2008; SOUSA, 2010).

Burdon (1998) identifica que uma barreira significativa à participação paterna é a de que os homens, muitas vezes, são excluídos de um grau maior de envolvimento com os filhos pelas próprias companheiras. Para esse autor, é necessário um “realinhamento das estruturas de poder materno” dentro da família. Dessa forma, atribuições sexistas dos papéis maternos e paternos estão arraigadas e demonstram que algumas rupturas são difíceis de ocorrer.

Para Muzio (1998), o papel do “novo” pai é citado como aquele que “recupera uma paternidade próxima, empática, que descobre o desfrute dos filhos, que compartilha a igualdade das funções com a mãe” (p.172). Esse perfil paterno só é possível a partir da maior frequência no contato com os filhos. Nessa perspectiva, Sutter e Bucher-Maluschke (2008) demonstram que na verdade o que é novo não são os sentimentos, mas o modo como estes são manifestados, com o pai fisicamente íntimo, buscando contato corporal com o filho. Com efeito, o pai embalando o bebê tem sido uma imagem bastante explorada pela publicidade, o próprio símbolo de uma paternidade contemporânea que aponta uma grande novidade: a de que os homens são capazes de se interessar pelo recém nascido.

Hurstel (1985), ao pesquisar sobre o papel dos “novos pais”, identificou que não se pode falar em “nova paternidade”, já que a própria literatura mostra que os homens sempre tiveram amor pelos seus filhos. O que se vê como nova é a autorização que a sociedade dá aos

homens para exercer a paternidade repelida. Assim, para o autor, o novo não pode ser atribuído somente aos pais, mas deve ser visto em relação às instituições, à forma como o contexto social considera o exercício da paternidade e à autorização dada pela esposa para que esse homem se aproxime dos filhos. Como demonstram as associações de pais separados (APASE, PAI LEGAL, Pais para sempre, Pais por Justiça), aumenta o número de homens que querem participar das atividades diárias de seus filhos e lutam pela guarda ou por um tempo maior de convivência com eles quando não residem mais na mesma casa.

Sutter e Bucher-Maluschke (2008) apontam a idéia do “novo pai” como a imagem oposta à do pai “ganha pão”. Nesse sentido, ele estaria presente desde o nascimento, disponibilizando tempo e dedicação não apenas para o trabalho. Ramires (1997) vai mais longe ao afirmar que o novo pai é aquele que, além de expressar a necessidade e o desejo de participar na criação de seus filhos, prioriza a paternidade em relação a outras áreas da vida.

A partir dessa discussão, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a paternidade na perspectiva do pai após o rompimento conjugal. Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar cada pai através de entrevistas em relação aos papéis desempenhados no cuidado com os filhos; identificar aspectos relacionados à relação conjugal que influenciem no desempenho dos papéis parentais com os filhos; e analisar como é compreendida a paternidade pelo pai após a separação conjugal.

A trajetória metodológica utilizada no presente estudo encontra-se no Capítulo 2, em que será apresentada a metodologia de pesquisa qualitativa, a apresentação dos colaboradores que participaram do estudo, o instrumento utilizado, o local da pesquisa, o procedimento realizado para obter as informações e o tratamento dos dados através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2004).

No Capítulo 3, são apresentados os resultados e a análise da categoria temática Transformações Familiares. Estes resultados permitem desvelar as mudanças que ocorreram no ciclo de vida familiar, como o casamento e a separação. Para atingir tal objetivo, foram estabelecidas cinco subcategorias: (1) a formação da família, (2) o rompimento conjugal, (3) a guarda dos filhos, (4) a relação com a ex-cônjuge e (5) a percepção do cuidado materno.

No Capítulo 4 são apresentados os resultados e a análise da categoria temática Transformações da Paternidade, no qual são analisadas as mudanças atribuídas à forma de exercer a paternidade na atualidade. Para tanto, elegemos seis subcategorias: (1) os cuidados paternos, (2) os cuidados de meninos e meninas, (3) o relacionamento com os filhos (4) o nome dos filhos, (5) a ajuda da família e (6) ser pai separado.

Ao final da análise do material coletado, consta as Considerações Finais no Capítulo 5, onde retomarei alguns dos aspectos centrais trazidos na discussão teórica e nas entrevistas dos pais homens separados.



## 2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo se desenvolveu através da abordagem qualitativa. Esta perspectiva destaca a profundidade do conhecimento relativo ao objeto do estudo, considerado em seu contexto social, seus valores, crenças e significados. Para Turato (2003), as pesquisas qualitativas referem-se a estudos de significados, significações, ressignificações, representações psíquicas, representações sociais, simbolizações, simbolismos, percepções, pontos de vista, perspectivas, vivências, experiências de vida, analogias. Essa abordagem permite ao pesquisador buscar entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são estes. Nesse sentido, o enfoque dos dados pesquisados deve sempre demonstrar a perspectiva dos significados atribuídos pelos participantes.

O significado ou o sentido dados aos fenômenos vivenciados é o foco da pesquisa qualitativa (TURATO, 2003). Sendo assim, neste estudo, a maneira como cada pai homem experiência e relata sua compreensão da vivência das consequências do rompimento conjugal e das mudanças na forma de se exercer a paternidade é importante e singular a cada indivíduo.

Para González Rey (2005), na pesquisa qualitativa orientada à construção dos aspectos subjetivos, são importantes tanto os aspectos formais da pesquisa, que são os momentos programados pelo pesquisador, como os aspectos informais, que são situações não esperadas, expressão da própria condição social da pesquisa.

Ao contrário da pesquisa ancorada no pensamento positivista tradicional, que tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana, a pesquisa qualitativa tende a evidenciar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (GONZÁLEZ REY, 2005).

Desta forma, na pesquisa qualitativa busca-se a compreensão particular daquilo que se estuda. O foco da atenção do pesquisador dirige-se ao específico e ao individual, abandonando-se as generalizações, princípios e leis, substituindo-se as correlações estatísticas em favor das descrições individuais. Nesse sentido, o alcance das qualidades individuais essenciais do fenômeno estará relacionado à intuitividade e à habilidade do pesquisador (GONZÁLEZ REY, 2005)

Nesta pesquisa, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas, cuja análise foi realizada através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004). A autora compreende que o texto se configura como uma estratégia de encobrimento de uma “significação profunda” que se

deseja recuperar. Assim, a Análise de Conteúdo tem como objetivo fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado por trás do texto. Logo, todo texto seria um esconderijo que contém um sentido a ser resgatado em algum lugar.

### 3.1 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa 8 homens separados (legalmente ou não), com pelo menos um filho(a)(s) oriundo(a)(s) desse relacionamento, com idade de 0 a 6 anos no momento do rompimento. Cerveny (2006) considera que o rompimento de casais que tenham filhos pequenos de até 5 e 6 anos é mais traumático, porque o tempo de parentalidade compartilhada foi pequeno e essa condição propicia muitas perdas para pais e filhos.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, a utilização dos termos *separação conjugal* e *divórcio* pelos colaboradores não esteve relacionada a nenhuma conotação jurídica, considerando-se a declaração dos mesmos sobre a sua condição de estado civil. Contudo identificou-se que os participantes relacionaram o casamento à coabitação, mesmo os que casaram civilmente. Conforme seus relatos, eles passaram a se identificar como casados a partir do momento em que dividiram a mesma casa. Consequentemente, um desdobramento da separação conjugal é não coabitar o mesmo lar. Portanto, utiliza-se os termos *separação conjugal* e *divórcio* com o mesmo sentido.

O critério de exclusão dos colaboradores é que estivessem recasados, haja vista que esta condição implica em outras adaptações na relação parental que não estão relacionadas ao foco da pesquisa. Para Costa (2008), as famílias recasadas se vêem, em pouco tempo, envolvidas numa ampla rede de relacionamentos que demandam atenção e cuidado. Há vários níveis de ajustes ocorrendo simultaneamente: o homem com a mulher, um com os filhos dos outros, os filhos de ambos entre si e cada um com seus próprios filhos diante da nova situação, além da influência dos ex-cônjuges e das modificações do cotidiano e da moradia. Nesse sentido, o recasamento é revestido de complexidade, uma vez que o momento de recomposição representa outra “crise”, um desequilíbrio com sobrecarga de cansaço e preocupação para as famílias. Nesta pesquisa, apesar dos pais não estarem recasados, alguns possuíam namoradas, e os desdobramentos decorrentes da entrada desse novo personagem no cenário é apontado, em muitas situações, como conflitante.

A amostra dos participantes foi selecionada de modo intencional, através da técnica “bola-de-neve”, na qual o participante interpelado é o intermediário entre o entrevistador e os próximos entrevistados. Conforme Turato (2003), nesse tipo de seleção de participantes, o pesquisador faz a entrevista com o participante selecionado a partir de indicação. Ao término da entrevista, o colaborador foi convidado a identificar outros pais separados que estivessem dentro dos critérios de inclusão da pesquisa. Então, a pesquisadora voltou ao campo para a realização da entrevista com o participante indicado pelo primeiro entrevistado, assim prosseguindo para os outros casos, privilegiando as indicações feitas pelos participantes anteriores.

Em relação ao número de colaboradores na pesquisa, considerou-se que a amostra de oito pais atendeu aos objetivos do estudo, sendo uma quantidade adequada para satisfazer o critério de saturação. Esse critério consiste em realizar as entrevistas até o ponto que se percebe que não estão sendo obtidos dados novos. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008), o fenômeno da saturação aparece quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Desta forma, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estavam sendo coletados.

Conforme a Tabela 1, os colaboradores tinham faixa etária de 28 a 42 anos de idade, sendo a média de 33 anos. Quanto ao grau de escolaridade, dois colaboradores não finalizaram o Ensino Fundamental e apenas um cursou o Ensino Superior, contudo não concluiu. Os demais possuem Ensino Médio completo ou incompleto. Em relação à ocupação, apenas Mauro não está empregado, porém recebe o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) por adoecimento crônico. Paulo, Fernando e Ricardo são empregados com carteira de trabalho assinada, enquanto os outros pais são autônomos, sendo que Ricardo e Alan realizam outras atividades – os “bicos” – para complementarem suas rendas.

Todos os pais residem na região metropolitana de Belém e possuem renda familiar que varia de R\$622,00 a R\$4.000,00. No que se refere à coabitação, cinco colaboradores residem com familiares, dois residem sozinhos e apenas um reside com o filho, é o único que possui a guarda de algum dos filhos.

Tabela 1  
 Perfil socioeconômico dos colaboradores da pesquisa

Nome <sup>2</sup>	Idade	Escolaridade	Ocupação	Bairro	Renda Familiar	Reside com
Paulo	28 anos	Ensino fundamental incompleto	Motorista	Telégrafo	R\$ 2.000,00	Avó e 2 tios
Fernando	28 anos	Ensino médio completo	Estoquista	Guamá	R\$ 800,00 a R\$900,00	Filho
Ricardo	32 anos	Ensino sup. incompleto	Segurança patrimonial e motoboy	Telégrafo	R\$ 2.500,00	Mãe
André	36 anos	Ensino médio incompleto	Ajudante de pedreiro	Sacramenta	R\$ 4.000,00	4 irmãos
Mauro	29 anos	Ensino fundamental incompleto	Desempregado	Pedreira	R\$ 622,00	Sozinho
Alexandre	33 anos	Ensino médio completo	Camelô e trabalha em eventos	Pedreira	R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00	Mãe, avós, irmã e sobrinho.
Aldo	38 anos	Ensino médio completo	Motoboy	Sacramenta	R\$ 2.000,00 a R\$2.500,00	Sozinho
Aldebaran Filho	42 anos	Ensino médio incompleto	Motoboy	Pedreira	R\$ 3.000,00	Irmã e sobrinha

Em relação à caracterização da amostra, conforme a Tabela 2 a média dos relacionamentos conjugais foi de aproximadamente sete anos, sendo que o menor tempo foi de um ano e o maior de onze anos. No que se refere ao tempo de rompimento conjugal, apenas dois participantes não completaram um ano de separação, sendo que dois participantes estão separados há mais de dez anos.

Interessante pontuar que os três colaboradores que casaram em cartório ainda não se divorciaram: Ricardo, Alexandre e Aldo. Quando questionados sobre a manutenção do casamento na esfera jurídica, todos manifestaram indiferença e alegam ser desnecessário o trabalho para finalizar algo que já não existe. Apenas Aldo refere que a ex-esposa o questiona sobre o divórcio, entretanto não busca a sua oficialização pois ainda tem esperanças de reatar com o mesmo.

O colaborador Ricardo esteve casado duas vezes e separou-se nas duas ocasiões, contudo apenas no primeiro relacionamento casou-se legalmente e ainda não oficializaram o divórcio mesmo após dez anos separados. Nos dois relacionamentos teve filhos. O

<sup>2</sup> Para preservar o anonimato dos colaboradores, os seus nomes e de seus familiares foram substituídos por nomes fictícios.

colaborador Mauro também possui dois filhos, sendo que apenas a filha mais nova é oriunda do relacionamento conjugal e está registrada com seu nome. Assim, a primeira filha não consta na Tabela 2, haja vista que não houve um relacionamento conjugal entre o casal, sendo que o colaborador refere que foi um encontro de uma noite.

Em relação à idade das crianças na época da separação, a maioria possuía até seis anos de idade, apenas uma criança possuía dez anos, sendo que a criança mais jovem possuía cinco meses. Apenas Alexandre não manteve convívio com o filho após a separação e apenas Aldebaran Filho esteve envolvido em processo judicial, especificamente por pensão alimentícia, contudo o mesmo já foi encerrado. Este colaborador também esteve envolvido em ação judicial por agressão denunciado pela ex-cônjuge, mas houve o arquivamento por falta de provas, e a namorada do colaborador também esteve envolvida em processo por danos morais e calúnia e difamação, a denunciada foi a ex-esposa e houve ganho de causa.

Tabela 2

Caracterização da amostra dos participantes em relação aos dados dos filhos, do casamento e da separação.

Nome	Quant. filhos	Idade dos filhos	Duração do casamento	Tempo de separação	Idade dos filhos na época da separação	Convívio com os filhos	Processo judicial
Paulo	1	8 anos	1 ano	6 anos	1 ano	sim	Não
Fernando	2	6 e 4 anos	10 anos	8 meses	6 e 4 anos	sim	Não
Ricardo	2	10 anos	10 anos	7 anos	3 anos	sim	Não
		3 meses	5 anos	3 meses	3 anos	sim	Não
André	1	4 anos	4 anos	2 anos	2 anos	sim	Não
Mauro	1	4 anos	5 anos	3 anos	2 anos	sim	Não
Alexandre	1	10 anos	3 anos	10 anos	5 meses	não	Não
Aldo	3	12, 8 e 3 anos	11 anos	2 anos	10, 6 e 1 ano	sim	Não
Aldebaran Filho	2	19 anos e 16 anos	8 anos	17 anos	3 e 1 ano	sim	Sim

É importante salientar que todos os homens que participaram do estudo demonstraram disponibilidade para responder as perguntas da pesquisa e inclusive ressaltaram a ausência de oportunidades para falar sobre como eles se sentem e se (re) organiza(ra)m em relação aos filhos após a separação.

### 3.2 LOCAL DA ENTREVISTA

As entrevistas ocorreram numa sala da Clínica de Psicologia da UFPA.

### 3.3 INSTRUMENTOS

A utilização de instrumentos abertos facilita a expressão dos sujeitos em toda a sua complexidade e “aceita o desafio que implica a construção de ideias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam os sujeitos” (GONZÁLEZ REY, 2011, p.82). Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE A) que abordam questões relacionadas ao tema da pesquisa e aos dados socioeconômicos dos participantes.

A entrevista semi-estruturada utiliza questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador, sendo que entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionou-se um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas

Consoante a Minayo (1999), a entrevista semi-estruturada permite a apreensão do ponto de vista dos sujeitos entrevistados com base nos objetivos a serem pesquisados. Este tipo de entrevista tem como base um roteiro de questões abertas e abrangentes, que se fundamenta nos pressupostos atinentes ao objetivo da investigação e estabelece uma direção, sem, contudo, impedir a livre expressão dos entrevistados. É denominada “conversa de finalidade”, que nessa pesquisa buscou compreender o significado que cada participante atribui às situações, aos processos vivenciados e as pessoas que integram o âmbito de sua parentalidade.

Nessa pesquisa, todas as entrevistas foram realizadas individualizadas com tempo de duração de 30 minutos a 1 hora, realizadas num único encontro.

### 3.4 PROCEDIMENTO

#### 3.4.1 Submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa

A coleta dos dados foi iniciada somente após a aprovação do referido estudo no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará (ANEXO 1). Neste estudo, que envolve a coleta de dados a partir das entrevistas semi-estruturada, faz-se imprescindível a autorização através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes (APÊNDICE B).

Os colaboradores da presente pesquisa tiveram sua privacidade, identidade e sigilo de seus dados assegurados, pois foram identificados por nome fictício e as informações decorrentes da coleta de dados foram de uso exclusivo do grupo de pesquisa envolvido na mesma.

#### 3.4.2 Riscos e Benefícios

A pesquisa não envolveu nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões, visto que o instrumento de pesquisa foi elaborado no sentido de estimular a expressão dos participantes. No que se refere aos benefícios, estão relacionados principalmente à produção do conhecimento na área em estudo e ao planejamento de ações voltadas a promoção de saúde.

#### 3.4.4 Coleta dos dados

Antes de iniciar a pesquisa, cada participante foi detalhadamente informado sobre o tema da pesquisa, a forma como ocorreria sua participação, como as entrevistas seriam registradas e posteriormente utilizadas no estudo. Conjuntamente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e após sua leitura e respostas às questões porventura surgidas, foi assinado e datado o documento para iniciar a pesquisa. O primeiro colaborador desta pesquisa foi indicado por uma pesquisadora membro do grupo de pesquisa.

Para o alcance dos objetivos, as entrevistas semi-estruturadas não possuíram delimitação de tempo com cada participante. Conforme Lima (2004), o estudo que se dá através de entrevistas ocorre pelo encontro de duas ou mais pessoas com a finalidade de se obter dados, informações, opiniões, impressões, interpretações, posicionamentos, depoimentos, avaliações a respeito de um determinado assunto mediante uma conversação. Pontua-se que, em se tratando de uma entrevista semi-estruturada, o entrevistador e o sujeito

irão orientar-se por um roteiro previamente elaborado ancorado na literatura. Todas as entrevistas foram realizadas em apenas um encontro que durou em média 30 minutos.

As entrevistas foram gravadas digitalmente e transferidas para o computador. Posteriormente, as gravações foram transcritas *ipsis literis*, no intuito de preservar ao máximo a fidelidade dos dados coletados e destruídas em seguida. Registrou-se manualmente as manifestações não-verbais que se consideraram relevantes, tais como gestos significativos que denotem ansiedade, certa contenção nas respostas ou prolixidade, riso, choros e expressões faciais de alegria e raiva. Preservou-se também, o uso de expressões coloquiais, gírias, pausas, hesitações, ênfases, entre outros.

#### 3.4.5 Análise dos resultados

O tratamento dos dados foi realizado através da Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2004, p.42), que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a categorização dos dados, utilizou-se o critério semântico de categorias temáticas, em que busca-se descobrir núcleo de sentidos, cuja presença ou frequência de aparição apresentam uma significação para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 2004). Para atingir tal objetivo, passou-se por três etapas descritas por Bardin (2004) como fundamentais para análise do texto: Na *pré-análise*, realizou-se a organização do seu material coletado através da entrevista e transcrição desta, realizando uma leitura flutuante. Somente após esta leitura, iniciou a escolha do material que foi analisado, preparando-se para formular hipóteses ou questões norteadoras pertinentes ao objetivo da pesquisa. E, no final, elaborou indicadores para a fundamentação da interpretação final. Na *fase de exploração do material*, realizou-se a codificação dos dados, ou seja, os dados brutos (obtidos através da leitura flutuante) foram transformados de forma organizada e colocados em unidades ou descritores, tornando-se uma descrição das características principais do conteúdo. Por fim, o *tratamento dos resultados*, a inferência e a interpretação, momento em que a investigação deu embasamento e perspectivas significativas ao estudo. Através da relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica foi possível dar sentido à interpretação, que foi realizada



sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa e o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações aparentemente superficiais (BARDIN, 2004).

Assim, a partir da interpretação dos resultados obtidos relacionados com as pesquisas atuais sobre o tema, definiram-se duas categorias temáticas: Transformações Familiares e Transformações da Paternidade. A categoria Transformações Familiares foi subdividida em cinco categorias molares: (1) A formação da família, (2) O rompimento conjugal, (3) A guarda dos filhos, (4) A relação com a ex-cônjuge e (5) A percepção do cuidado materno. A categoria Transformações da Paternidade foi subdividida em seis categorias molares: (1) Os cuidados paternos, (2) Os cuidados de meninos e meninas, (3) O relacionamento com os filhos (4) O nome dos filhos, (5) A ajuda da família e (6) Ser pai separado.

### 3 TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES

A frustração sempre é gerada por expectativas que não se realizam. Se nossos filhos ainda são criados com a ideia de que pai e mãe viverão juntos para sempre, uma separação sempre será mais traumática e eles também temerão “fracassar” quando chegar a vez deles. Se, ao contrário, souberem desde cedo que adultos podem (não é obrigatório) viver duas ou três relações estáveis durante uma vida, essa nova ética dos relacionamentos será absorvida de forma mais tranquila e eles seguirão entusiasmados pelo amor, que é o que precisa ser mantido, em benefício da saúde emocional de todos nós (MEDEIROS, 2008).

As transformações familiares têm sido alvo de estudos a partir das últimas décadas. Por serem eventos frequentes, os pesquisadores focalizam as transições numa tentativa de compreender e entender as suas consequências para os personagens envolvidos (RAMIRES, 2004). Ao longo dos anos, a família passou por transformações que trouxeram mudanças nas formas da execução das suas funções. Em seu processo evolutivo, a família modificou-se significativamente passando de uma família extensa do início do século XX, onde conviviam pais, filhos, parentes por consanguinidade ou por afinidade e empregados, se transformando na segunda metade desse século na denominada família nuclear, onde em geral convivem pais e filhos (HINTZ, 2001).

Este modelo se modificou ao longo do tempo, adquirindo uma configuração em que apenas os pais responsabilizam-se por seus filhos, diminuindo bastante a rede de apoio oriunda da família extensa. Fatores culturais e emocionais também contribuíram para que a família privilegiasse este tipo de configuração, resultando em maior distanciamento de suas famílias de origem (HINTZ, 2001).

Os estudos de Simionato-Tozo e Biasoli-Alves (1998), demonstram que, a partir dos anos 50, um determinante das mudanças ocorridas na vida familiar foi a entrada da mulher no mercado de trabalho. Como consequências desse fato, relacionam a aproximação da figura paterna ao grupo familiar, com o crescimento de serviços destinados à família pelo pai, com o objetivo de auxiliar nos cuidados e na educação das crianças. Com a saída de ambos os pais de casa para exercerem suas atividades profissionais, surgiram as creches para o cuidado dos filhos pequenos. Em algumas situações, este cuidado é realizado pelas avós. Dessa forma, a educação da prole passa a ser exercida não somente pelos pais, o que pode ser fonte de diferenças e conflitos (HINTZ, 2001).

Outro aspecto sublinhado foi o afastamento da criança do convívio da vizinhança, favorecendo a mudança de valores parentais tradicionais, que antes estavam centrados em torno da autoridade paterna, para mãe, que deixou de priorizar aspectos físicos como os cuidados com a higiene, com a casa e com os filhos e passou a privilegiar a higiene. Por outro lado, a criação dos filhos está mais difícil atualmente quando comparada à geração anterior, uma vez que a urbanização, o progresso tecnológico, o aumento da violência e do consumo de bens disponíveis no mercado, colocam os pais diante de situações que nunca fizeram parte da sociedade em que cresceram e que limitam sua capacidade de orientar e educar os filhos (SIMIONATO-TOZO; BIASOLI-ALVES, 1998).

Dessen (2010) acrescenta que neste período o número de filhos passou de três a quatro filhos para dois a três, em média. Pontua que três fatores foram de especial influência nessa mudança: (a) a entrada da mulher no mercado de trabalho, (b) a crise econômica dos anos 80 e (c) o surgimento de novos valores de criação dos filhos. Outros fatores também contribuíram para as mudanças: a difusão da pílula anticoncepcional, a regulamentação do divórcio, a baixa fecundidade, o aumento no nível da escolaridade feminina, bem como sua maior possibilidade de acesso à informação. Concomitantemente a esses fatores, houve um aumento no número de casais sem filhos e de uniões consensuais.

O início dos anos 90 começou, portanto, fortemente marcado pelas profundas transformações ocorridas na década de 80. O divórcio teve seus índices aumentados em até três vezes nos anos 90, fato que repercutiu decisivamente nas novas configurações familiares. Aproximadamente 47% dos domicílios passaram a se organizar na ausência de, pelo menos, um dos pais, crescendo a incidência de novos arranjos, embora o modelo nuclear de família ainda continuasse sendo maioria. Novas configurações de famílias surgiram – as monoparentais, as reconstruídas, as unipessoais, as uniões consensuais, os casais sem filhos por opção (HINTZ, 2001).

Apesar do desenvolvimento de variadas formas de arranjo familiares, o modelo de família nuclear ainda está arraigado culturalmente nas famílias e nas pessoas e as diversas transformações refletidas no campo familiar têm gerado conflitos internos à família. Todavia, ainda não se produziu um modelo teórico que oriente a conduta das pessoas diante de novas situações geradas pela reordenação familiar. As famílias atuais mantêm, ainda, valores e ideais correspondentes a tempos antigos, o que acentua o conflito de eleição e apropriação das propostas delineadas para cada ser humano. Esse momento de transição se evidencia na família brasileira, na qual o moderno e o tradicional convivem, manifestando-se na tendência

de rompimento com o passado que compete com o forte apego a posturas tradicionais (SUTTER & BUCHER-MALUSCHKE, 2008).

Para Wagner, Tronco e Armani (2011), o conceito de família se diversificou. As pesquisas no tema assinalavam no início da década a necessidade de que tratássemos de ‘famílias’ no plural, abandonando o termo no singular, pois não é possível que um único conceito dê conta da complexidade que o conceito abarca. Sendo assim, constata-se que existe uma pluralidade de variáveis implicadas na definição do conceito de família e que a singularidade da vivência dos sujeitos em seus núcleos familiares, por exemplo, tende a ter um peso explicativo importante na definição daquelas pessoas que “são da família”.

Conforme Ceccarelli (2007), a coexistência de configurações e estruturas familiares diversas tem ampliado não só o conceito de família, mas também suas implicações na sociedade, gerando a necessidade de aceitar e conviver com o diferente. Nesse caso, tal pluralidade na configuração dos núcleos familiares tem demandado a criação de novos paradigmas explicativos que dêem conta de tal complexidade. Diante desse contexto, já não é possível compreender a sociedade como uma engrenagem que funciona por partes isoladas, sem considerar a influência do ambiente que torna o sujeito um ser dinâmico, em constante relação e inserido em um cenário no qual valores, crenças, ações e reações são formados e transformados o tempo todo. Assim, as mudanças ocorridas na estrutura e configuração familiar estão diretamente relacionadas com a evolução da sociedade e vice-versa.

Um dos grandes debates atuais gira em torno das chamadas novas organizações familiares, também conhecidas como novas famílias ou novos arranjos familiares, que são formas de ligação afetiva entre sujeitos. Nestas novas configurações existe, ou não, uma forma de exercício da parentalidade que foge aos padrões tradicionais: famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinárias, temporárias, de produções independentes, dentre outras. Temos, ainda, as mudanças que afetam diretamente as condições de procriação, tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo e, muito mais brevemente do que se pensa, a clonagem (CECARELLI, 2007).

Nessa perspectiva, a família contemporânea é conceituada por Quintas (2000, p.33) como:

Um grupo de indivíduos ligados por elos de sangue –consangüinidade – e/ou de aliança – afetividade – organizados socialmente, visando procriação/reprodução e a divisão sexual do trabalho. (...) A família é uma construção ideológica, plena de símbolos, e jamais poderá se afastar do contorno de representações culturais e sociais.

Fonseca (2005, p.7), ressaltando a supremacia das dinâmicas e relações familiares em detrimento de um modelo ou unidade familiar, define “o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos”. Assim, o que menos se observa são famílias nucleares dentro dos moldes tão propagados, uma vez que esta identificação de laços familiares, como já exposto acima, não suporta apenas, nem irremediavelmente, os consangüíneos.

Wagner, Tronco e Armani (2011) consideram a família não somente como este lugar de afeto e subjetividade, mas também como um sistema global e aberto em constante transformação, em interação com outros sistemas sociais (escola, trabalho, comunidade, igreja e outros). A família é vista como um sistema ativo, auto-regulado por regras desenvolvíveis e modificáveis ao longo do tempo. Estas regras permitem aos seus diversos membros experimentar o que é permitido na relação e o que não o é. É dentro desta complexa rede de relações que o indivíduo cresce e se desenvolve, construindo sua identidade, adquirindo um sentido de pertencimento (ao grupo familiar e social) e o desenvolvendo sua autonomia (CERNENY, 2006).

### 3.1 A formação da família: *a gente convivia bem, a gente convivia legal*

Esta categoria traz os relatos dos colaboradores a respeito da formação da família, o momento em que identificam que o relacionamento amoroso se transformou em casamento e o nascimento dos filhos. Para esta análise, recorda-se Satir (2010), quando refere que o casamento é o projeto inicial através do qual começa a se construir a família.

O casamento tem como função social para o indivíduo uma determinada ordem, para que ele possa experimentar a vida com um certo sentido (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Para a psicanálise, a conjugalidade reedita o romance familiar e propicia a elaboração das vivências infantis. O encontro com o cônjuge possibilita “a oportunidade de metabolização e de desenvolvimento do psiquismo, entrelaçando o passado e o presente, dentro de um projeto que pressupõe uma perspectiva de futuro a dois” (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2007, p. 253).

A formação da conjugalidade, na visão sistêmica, é um processo complexo, envolvendo diversos níveis do relacionamento e contextos que resultam na definição

psicossocial de uma relação afetiva estável (FÉRES-CARNEIRO & NETO, 2010). A união conjugal se organiza a partir de alguns fatores como a afetividade, a sexualidade, o respeito e a valorização mútua de um para com o outro, a demarcação dos espaços intrapessoais de cada cônjuge, o equilíbrio e a complementaridade do casal, entre outros. Esses fatores influenciam o jogo interpessoal de comportamentos do casal, em que o comportamento de um afetará o comportamento do outro membro do sistema conjugal, e vice-versa. Nesse contexto se inicia o ciclo vital do casamento, no qual se forma o vínculo conjugal, que se denomina o “nós conjugal”, a relação eu-tu do casal, ou seja, um processo de construção de uma realidade comum (BUCHER, 1996).

De acordo com Caillé (1994), cada casal cria seu modelo único de ser casal ou o absoluto do casal, que define a existência conjugal e determina seus limites. A sua definição de casal contém, portanto, os dois parceiros e seu modelo único, seu absoluto. Féres-Carneiro (1998) denomina este conceito de identidade conjugal, neste trabalho é identificado como conjugalidade. Conforme Féres-Carneiro e Neto (2010, p. 270):

a relação conjugal tem início com a criação de um território comum, no qual começam a ser compartilhadas experiências que produzem pautas de interação social significativas para o casal, relativizadas pela experiência de construção psicossocial de cada indivíduo. O aspecto de formação da conjugalidade deve ser visto como contínuo e não meramente envolvendo as fases iniciais de engajamento amoroso, pois são os padrões de relacionamento que mantêm a conjugalidade e sua qualidade, ao longo do tempo, permitindo que esta resista às diversas circunstâncias, às mudanças previsíveis e imprevisíveis do ciclo de vida.

O casal contemporâneo convive, diariamente, com duas forças paradoxais. Ao mesmo tempo que é estimulada a autonomia dos cônjuges, enfatizando o crescimento e o desenvolvimento individual, enfatiza-se a necessidade de experimentar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (BUCHER, 1996; FÉRES-CARNEIRO, 1998, 2003; FÉRES-CARNEIRO; NETO, 2010).

De modo geral, o casamento está associado à saúde e à qualidade de vida, principalmente nos anos de maturidade e velhice. Porém, o fato de um casamento durar não significa que o mesmo seja satisfatório para os cônjuges. Assim, Féres-Carneiro (1998) pontua que as características individualistas da família e do casal contemporâneos enfatizam a importância da qualidade das relações estabelecidas entre os seus membros. Conforme é relatado pelos participantes:

No início era bom, era ótimo né...(...) (Paulo)

(...) os primeiros anos de casamento foi coisa de louco, muito bons... embora nós fôssemos muito jovens, os nossos pais assumiram as responsabilidades, então isso fez com que a gente continuasse a estudar, continuasse a sair para as festas, vida de jovem normal, nós vivemos a nossa juventude tranquilamente... depois que eu completei a maioridade que eu senti a necessidade de não querer mais ser sustentado pelos nossos pais que eu fui, peguei um emprego, e ela continuou os estudos dela e preferiu ficar em casa, preferiu não trabalhar naquele momento, e a minha relação com ela era muito boa, tranquila, a gente sempre se deu muito bem em todos os aspectos(...) (Ricardo- em relação à 1ª esposa)

No início foi uma paixão avassaladora (...)(Ricardo- em relação a 2º esposa)

(...) ah era bom, ótimo... mas depois quando eu comecei a trabalhar, a chegar um pouco tarde, ela começou a se separar um pouco porque ela confundia muito, entendeu? O trabalho pensando que eu tava na farrá. (André)

(...) normal de um relacionamento entre um casal, era bom, era uma boa esposa (...) (Aldebaran Filho)

(..).a gente convivia bem, a gente convivia legal(...) (Mauro)

Os colaboradores relataram que tiveram uma boa convivência com a ex-esposa durante o início do relacionamento. Os relacionamentos são vistos, na maioria dos relatos, como 'bom', uma relação 'normal', ex-parceiras são vistas como 'boas esposas'. Esses dados alinham-se às pesquisas atuais, nas quais a relação conjugal vai se manter enquanto for prazerosa e "útil" para os cônjuges.

As relações conjugais são mantidas no espaço privado e dependem somente do desejo de cada um dos cônjuges. No entanto, quando este casal ou indivíduo decide ter filhos, o espaço público invade o espaço privado da conjugalidade, organizando as relações de parentesco e definindo as responsabilidades dos pais e do estado em relação às crianças (ZORNING, 2010). Assim, a gravidez foi identificada como importante marcador no desenvolvimento da relação amorosa neste estudo.

Para Crepaldi et al (2006), a transição para a parentalidade tende mais a reforçar o relacionamento conjugal do que a provocar o rompimento. Além disso, o vínculo pai-bebê está diretamente relacionado à estabilidade e à qualidade conjugal, tanto após o nascimento como no primeiro ano de vida.

Bornholdt, Wagner e Staudt (2007) identificaram aspectos comuns em pais à espera do seu primeiro filho, como a sobrecarga por serem os principais provedores da família. Portanto, há a necessidade de se voltarem mais para o trabalho, o que reforça a tendência histórica de que o sustento econômico seja uma tarefa desempenhada predominantemente pelo homem. Outro fator verbalizado foi a manifestação do desejo de uma maior proximidade e participação durante a gestação e o desenvolvimento dos filhos. Contudo, o relato de

momentos de exclusão neste período também esteve presente em suas falas, assim como a justificativa através das diferenças de gênero – “mãe é mãe”.

Mesmo os pais que aguardavam o parto ocorrer para se sentirem pais ou mesmo para concretizarem a paternidade buscaram maneiras de participar e fazer parte deste processo, demonstrando que os homens desejam cada vez mais estarem envolvidos nesse momento (BORNHOLDT; WAGNER; STAUDT, 2007). Este envolvimento é bem demarcado pelos colaboradores através da sua participação na escolha da gravidez, mesmo quando o relacionamento amoroso estava em declínio:

(... ) foi muito de comum acordo a questão dela engravidar... quando ela engravidou, nós já sabíamos que ela iria engravidar, foi uma coisa meio programada, chegou um momento que ela disse ‘agora eu quero engravidar’ e foi o que aconteceu. (Ricardo – em relação a 1 esposa)

(...) nós que quisemos ter um filho. (André)

(...) nós buscamos e os filhos vieram naturalmente. (Aldebaran Filho)

(...) o relacionamento já tava se desfazendo já, devido eu amar ela bastante, eu pedi a Deus um fruto desse relacionamento, aí eu obtive essa bênção aí. (Mauro)

Os colaboradores Ricardo, André, Aldebaran Filho e Mauro relataram o desejo de serem pais, as falas demonstram a participação ativa dos homens na escolha da gravidez. Durante a gravidez da esposa, o pai é nomeado de várias formas: “futuro pai”, o “homem grávido”, “o homem que espera” ou como Bornholdt, Wagner e Staudt (2007) cunham “o pai grávido”. Essas diferentes formas de se nomear o pai refletem os diferentes sentimentos desse período e suas dúvidas quanto o papel, uma vez que a vivência masculina pode ser bastante distinta. Se o homem estiver envolvido com a gravidez e já se sentir pai durante a gestação poderá ser chamado de “pai”, caso ainda acompanhe a gravidez à distância seria chamado de “futuro pai”. Neste estudo, os colaboradores estão presentes desde a escolha da gestação, portanto podemos considerá-los pais desde o início.

Nolasco (1993) pontua que a paternidade pode ser concebida como uma forma de inserção dos homens na sociedade da qual fazem parte, consolidando assim o processo de construção do modelo de identidade. Ser homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura na qual ele vive. Mesmo que sejam meras ficções sutis, utilizadas para controle e normatização da subjetividade dos indivíduos, juntas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens. Para Costa (2002), a paternidade é concebida como fundamental para os homens casados, enquanto os solteiros podem fundamentar-se na falta de responsabilidade, na liberdade sexual e no acesso a várias



mulheres. Dessa maneira, o casamento heterossexual e monogâmico reinventa a noção de masculinidade ao incorporar a paternidade, com suas consequentes responsabilidades.

A vinda de um filho também pode colocar à prova o equilíbrio do casal que funcionava bem até então. São desafiados a definir como funcionarão tendo de cuidar de alguém, tendo que dividir o tempo que dedicavam um ao outro, ou a si próprios, com um ser dependente dos seus cuidados. O casal deverá amadurecer, tomar o seu lugar nas gerações, deixando de ser cada um deles, um filho, e tornando-se os pais (CASTRO, 2003). Portanto, a gravidez não planejada ou não desejada por ambos durante o casamento, seja por questões individuais ou sócio-econômicas, pode precipitar o fim da relação.

Conforme Satir (2010), a pobreza afeta primordialmente o papel de provedor do homem da família. Para a autora, a vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor, é um fator que possibilita compreender a quantidade de rompimentos conjugais. Tais rompimentos concretizam-se frente às expectativas não cumpridas para o homem, que se sente fracassado, e para a mulher, que não consegue obter alguma coisa através do projeto do casamento, como é relatado a seguir:

Nós vivemos bem por 3 anos, depois que engravidou, já começou a pesar um pouco, negócio de muitas compras e onde pegava (...) onde eu estava fazendo bico, não era lá essas coisas, ainda não tinha segundo grau completo ainda, eu tava correndo atrás de emprego mas parece na época que tava dando tudo errado, eu digo assim a gente quando namora pensa que é uma coisa, quando na realidade é outra. (Alexandre)

O colaborador relata que era o único membro do casal que trabalhava e no momento da gravidez o dinheiro que recebia não era suficiente para suprir as necessidades financeiras demandadas. Consequentemente, nesse contexto surgiram os conflitos conjugais. Percebe-se que a dificuldade em conseguir suprir as necessidades financeiras da família, ou seja, assumir o lugar de provedor econômico da família, foi crucial para a relação conjugal e principalmente para a participação na gravidez da esposa e nos cuidados iniciais do filho, haja vista que precisava “correr atrás”.

A formação da família em razão de uma gravidez não planejada também foi verbalizada. Apesar de todos os colaboradores serem maiores de idade legalmente no momento em que se tornaram pais, relataram se sentirem muito jovens no período da descoberta da gravidez. Consequentemente, viam-se como imaturos para assumir tal responsabilidade, seja pela gravidez ou pelo casamento. Contudo, devido as circunstâncias, tiveram que casar.

Ao buscar pesquisas sobre o ponto de vista masculino a respeito da gravidez na adolescência, observou-se que o tema ainda é pouco explorado, principalmente considerando a quantidade de estudos voltados à perspectiva feminina. Constatou-se que a investigação sobre as expectativas e os sentimentos dos jovens pais, bem como sobre sua relação com a mãe do bebê, com sua família de origem e com o próprio filho ainda é incipiente (RODRIGUES, 2009).

Conforme Rodrigues (2009), tornar-se pai faz com que o adolescente atinja um outro *status* social em diferentes dimensões. Os jovens relatam que a paternidade ocasionou uma perda de liberdade, expressa pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho e diminuição do convívio social. Muitos adolescentes consideram que a paternidade precipitou sua entrada na vida adulta, expressa pela mudança no estilo de vida – tido anteriormente como mais livre – passando a ser ocupado pelas exigências da paternidade, especialmente a provisão financeira, conforme pode ser identificado nas falas a seguir:

(...) eu me meti com a Laize eu tinha 19 anos, era muito novo, 18 para 19..não aproveitava nada, não aproveitei nada, pensei que fosse ser uma coisa maravilhosa, minha juventude... tava indo embora e eu... não tinha feito nada(...)mas já que veio a criança, a criança não é culpa, culpado somos nós os pais (...) (Paulo)

(...) começamos e foi que na brincadeira ela engravidou ela tinha uns 19 ou 20 anos...ela era um ano mais velha que eu quando ela teve os filhos (...) ela começou a ficar muito insegura e eu também(...) passei a me afastar, tipo assim, sair pra festa e deixar ela sozinha em casa com a criança (...) (Fernando)

(...) conheci ela no colégio, a gente tava terminando o terceiro ano do segundo grau, conhecemos aí ela engravidou aí(...) tivemos que ficamos junto né, depois de um tempo casamos. (Aldo)

Os colaboradores Paulo, Fernando e Aldo relatam terem sido pais jovens, inclusive ainda estudando. Aldo refere à necessidade de ‘ficar junto’ após da gravidez, ou seja, de firmar compromisso, assumir a responsabilidade da mãe e do rebento. Identifica-se no relato de Paulo uma ambivalência em torno da gravidez, pois refere-se às perdas acarretadas pela responsabilidade precoce, sentindo como se estivesse perdendo a juventude, contudo, ressalta que a criança não tinha culpa desses problemas. Essa relação das expectativas e dos sentimentos dos futuros pais quanto às mudanças pessoais decorrentes do nascimento do filho, corrobora com Levandowski e Piccinini (2006), no relato dos fatores mais significativos relativos a gravidez e/ou nascimento dos filhos: maior responsabilidade, redução da liberdade, desconhecimento em relação às mudanças pessoais, mudanças na forma de pensar, na organização da casa, maior atenção para o bebê e aumento da família.

O colaborador Fernando refere a insegurança do casal em sustentar a relação durante o período em que nasceu a prole, situação que foi intensificada ao longo do tempo e que provocou o desgaste da relação e o consequente rompimento conjugal. Levandowski e Piccinini (2006) apontam que os jovens reagem confusos sobre o que aguardar da paternidade e do seu papel durante a gestação. A justificativa seria que dentro de uma visão dos papéis sociais, gerar uma criança na adolescência faz com que o jovem tenha que lidar simultaneamente com dois papéis opostos: a adolescência e a paternidade.

Ressalta-se que nem sempre a gravidez nesse contexto pode ser associada a uma surpresa desagradável. Ao contrário, pode estar relacionada à realização de algum projeto para a adolescente, uma espécie de permissão para entrar no mundo dos adultos, envolvendo dimensões complexas e que se ligam à mudança de status e de reafirmação de projetos de ascensão social (RODRIGUES, 2009). Contudo os relatos desse estudo não apontam para essa direção.

Outro dado significativo apresentado na pesquisa, apesar de não focar o recasamento, é o fato de um dos colaboradores estar separado duas vezes, sendo pai de duas crianças, uma de cada relacionamento. Em estudo realizado em atendimento clínico com casais de primeiro casamento e de segundo casamento, Féres-Carneiro (1998) observou algumas diferenças nas manifestações de aliança e de sexualidade das relações conjugais. O número de participantes do estudo eram 20 casais, sendo 10 casais de primeiro casamento e 10 casais de casamentos subsequentes, com idades variando de 25 a 45 anos, tempo de vida conjugal de 3 a 13 anos e número de filhos variando de 1 a 4. Foram elencados alguns pontos identificados na pesquisa como: escolha conjugal - no grupo de primeiro casamento a aliança assume um papel mais significativo do que a sexualidade, enquanto esta é mais relevante para os recasados; relacionamento com a família de origem - é freqüente, mais forte e mais valorizado no grupo de primeiro casamento; relacionamento sexual - em ambos os grupos o relacionamento sexual é considerado muito importante para o casal, mas a sexualidade aparece de forma mais personalizada e criativa entre os recasados, para os quais são maiores as demandas e as expectativas em relação à atividade sexual. Identifica-se que esses três aspectos são bem marcados no discurso do colaborador:

(a relação) sempre foi um tanto quanto conturbada... No início foi uma paixão avassaladora, vivíamos no quarto (risos) (...) e assim, como eu tava separado da mãe da Ângela, eu acho que quando a gente se separa de alguém no início da conformação eu acho (risos), quando você tá começando a se conformar daquela situação você sente um pouco de

necessidade de ter uma outra pessoa pra saber se essa pessoa nova, se essa nova pessoa vai suprir a falta outrora da que você perdeu... então eu me entreguei muito rápido ao sentimento por ela e ela por mim também, mas com o passar do tempo que acho que com a incompatibilidade de valores, de projeto de vida foram dando de encontra um com o outro (...) (Ricardo - 2ª esposa )

O colaborador Ricardo, ao mencionar a diferença do primeiro para o segundo relacionamento conjugal, refere que buscou uma segunda relação numa tentativa de suprir a ausência da primeira cônjuge. Por isso, relatou que o envolvimento foi intenso, marcado por uma “paixão avassaladora”, mas que, com o tempo, as diferenças de valores e planos para o futuro provocaram o rompimento do casal.

### 3.2 O rompimento conjugal: *ela disse que não dava mais certo e foi embora*

Atualmente, o divórcio começa a ser visto na psicologia e na psicopatologia do desenvolvimento como uma das principais transições não normativas na vida adulta. Estudos debruçam-se sobre o seu impacto na organização, no funcionamento, na estrutura e na adaptação dos membros das famílias com pais divorciados. Apesar da literatura ampla sobre o quanto pode ser nocivo o divórcio para o indivíduo, esta situação também pode funcionar como um marcador no desenvolvimento para mudanças positivas nos percursos de vida dos adultos que o vivenciam (LAMELA; FIGUEIREDO; BASTOS, 2009).

Para Brito (2007, p.35), assim como nos referimos às ‘famíliaS’ no plural, devemos também compreender as estruturas familiares após o divórcio no plural, já que se percebe “a constituição de distintas configurações, reafirmando que não há um padrão de relacionamento após a separação conjugal”. Frequentemente escuta-se que a quantidade crescente de divórcios seria reflexo de uma desvalorização do casamento. Contudo, Féres-Carneiro (2003) demonstra que na verdade ocorre o inverso, pois as pessoas o valorizam tanto que não aceitam uma relação conjugal que não atenda às suas expectativas. Nesse sentido, os divórcios refletem uma excessiva exigência dos cônjuges, o que pode ser notado pelo fato de que a maioria busca o recasamento.

Féres-Carneiro (2003) identificou que a grande demanda de separação é feminina, sendo a traição um fator muito enfatizado, e mesmo os homens apontaram a sua própria traição como motivo do desenlace. De acordo com Zordan & Wagner (2008), os motivos mais

freqüentes para a separação foram brigas e discussões entre o casal, agressões do cônjuge e alcoolismo.

Apesar da decisão da separação ser predominantemente feminina, o processo de separação foi descrito por ambos como muito difícil e doloroso, sendo que os homens enfatizaram os sentimentos de frustração e fracasso no projeto de constituir família (FÉRES-CARNEIRO, 2003; ZORDAN; WAGNER, 2008). Sobre a separação conjugal, identifica-se a diferença de percepções com relação aos filhos pelo fato de todas as mães terem obtido a guarda dos filhos, o que ocasionou o afastamento dos pais homens no cotidiano dos mesmos. Observou-se que os pais homens sofrem mais com a ausência dos filhos e tendem a projetar seu sofrimento neles (BRITO, 2007, 2008b; FÉRES-CARNEIRO, 2003; SOUSA, 2010).

A literatura evidencia que a diferenciação entre a conjugalidade e a parentalidade constitui um dos maiores desafios tanto para os casais em divórcio, como para os profissionais de diversos campos que lidam com os conflitos e as reorganizações familiares após o rompimento (CICCO; PAIVA; GOMES, 2006; BOTTOLI, 2010; BRITO, 2007; BRITO; PEÇANHA, 2006; RAPIZO, 2008; SOUSA, 2010 ; SOUZA, 2000). Para Brito e Peçanha (2006), o rompimento conjugal acarreta momentos adversos no relacionamento entre pais e filhos. Contudo, os papéis de pai e de mãe não podem ser alterados, principalmente neste cenário, para o papel de guardiões e de visitantes. É fundamental ratificar que o relacionamento marido e mulher mudará, mas pai e mãe continuam a exercer seus direitos e deveres, mudando, somente, o contexto em que desempenham suas atribuições. Contudo, o modo como se relacionarão após a separação não pode ser explicado apenas como uma questão privada, haja vista que sofrerá interferências do contexto social que, de diversas maneiras, transmite mensagens sobre a forma de pensar, sentir e se comportar, em decorrência do rompimento.

Os casais divorciados relataram a dificuldade de encontrar pessoas que se dispusessem a escutá-los nesse momento, mesmo os amigos e familiares tem dificuldades de se disponibilizar. Os homens relatam que os amigos que compartilhavam suas dificuldades de acesso aos filhos se afastavam. Nesse sentido, pais e mães demonstraram desorientação em relação ao desempenho dos papéis parentais após o rompimento conjugal, com muitas dúvidas sobre como lidar com a prole (BRITO, 2008b).

No processo de separação, a identidade conjugal, construída no casamento, vai aos poucos se desfazendo, levando os cônjuges a uma redefinição de suas identidades individuais (FÉRES-CARNEIRO, 2003). No rompimento conjugal, é necessário resgatar o senso de eu e

os objetivos pessoais de vida. Contudo, o divórcio pode estimular o crescimento pessoal de uma forma que não era possível durante o casamento (RANGEL, 2008). Como é manifestado a seguir:

(...) eu voltei a pegar o gosto da vida de solteiro, né? (risos), eu tava levando por causa da criança mesmo (Paulo)

(...) ela disse que não dava mais certo e foi embora... Beleza, né?(...) (Fernando)

(...) foi tranqüila a minha separação, então a minha relação com a minha filha, talvez por esse motivo da minha relação com ela também ser boa é tranqüila. (Ricardo - em relação 1º esposa)

(...) a gente ‘chegamo’ num acordo, ‘olha não dá certo entendeu?’. Eu trabalho, às vezes eu chego tarde, às vezes eu chego cedo, você não compreende aí não dá. Nós chegamos e conversamos numa boa. (André)

Os colaboradores Paulo, Fernando, Ricardo e André relatam a tranquilidade na finalização da relação. Paulo relatou o seu desinvestimento na relação, que estava mantendo por causa da filha, assim como André, que refere as dificuldades no relacionamento como motivo para acordarem seu término amigavelmente. Já Paulo, em consonância com as pesquisas, refere que a ex-esposa decidiu pelo fim da relação.

Ricardo aponta a tranqüilidade da finalização da relação como possível justificativa para o bom relacionamento com a filha. Essa possibilidade relatada pelo colaborador é confirmada nos estudos, que demonstram que a forma como a relação do ex-casal se mantém após o desenlace conjugal é crucial para o relacionamento entre o pai homem e a prole (BRITO, 2007, 2008b; FÉRES-CARNEIRO, 2003; SOUSA, 2010).

Por todas essas mudanças após o rompimento conjugal, muitos casais, antes de optar pela separação, realizam várias tentativas para salvá-lo. Kaslow e Schwartz (1995) comentam que a formalização da separação pode ocorrer depois que o casal se separou e reconciliou várias vezes. Pode-se constatar que a separação é uma decisão geralmente maturada pelo casal. Essa circunstância possibilita que o casal se prepare para o rompimento, sendo que em alguns casos podem experimentar o luto antecipatório. Nesses casos, o trabalho do luto pode começar antes da separação do objeto de amor (RANGEL, 2008), tal como pode ser observado na seguinte fala:

(...) a gente já se separou duas vezes, a primeira vez foi ela que saiu de casa, eu bebia muito e me envolvia com mulher, tipo assim, amante né... e ela tomou a atitude de sair de casa, depois reatamos e eu vi que não dava mais certo, eu percebi que eu não tinha mais aquele carinho que eu tinha por ela, aí eu separei dela(...) ( Aldo)

Em muitas situações, o divórcio acarreta grandes disputas e expressões de violência, de modo que o casal só encontra possibilidades de algum acordo no contexto jurídico. Este processo é denominado divórcio destrutivo, ou seja, são relações em que não há nenhuma possibilidade de diálogo (SILVA, 2005b). Esta dificuldade de comunicação entre os ex-cônjuges pode ser oriunda da não elaboração da perda dessa relação.

Juras e Costa (2011) identificam que, no divórcio destrutivo, a relação dos ex-cônjuges tem como base constantes conflitos, permeados por brigas permanentes, que objetivam a conservação da união. Além do mais, há a dificuldade no cuidado com os filhos, a necessidade de ganhar e de desvalorizar a imagem do outro e de haver a participação de intermediários litigantes, como membros da família.

De acordo com Juras e Costa (2011), as crianças percebem que os pais não se dão bem e afirmam que o encontro entre os pais gera conflito. Além disso, as crianças têm a função de negociar com os pais questões que deveriam ser de responsabilidade dos adultos, como, as visitas com o genitor não-guardião. Outros fatores relatados foram que a ausência parental ocasiona o fortalecimento da fratria e a manifestação de diversas formas de sofrimento e de insatisfação com a dinâmica familiar pelas crianças. O estudo ressaltou que as crianças inseridas em uma dinâmica de divórcio destrutivo buscam estratégias saudáveis e não-saudáveis de compreender a situação conflituosa e dela retirar-se.

(...) eu tive que sair porque já não estava dando certo dentro da casa, pra não dá besteira, sair porrada, eu preferi sair pra não dá confusão... Terminou e tentamos volta, mas não dava certo, nossa relação já não era a mesma coisa, tentamos e não deu certo(...). (Alexandre)

(...) olha eu não senti muito porque ela vinha destruindo o carinho que eu tinha por ela, quando a gente chegou a se separar eu não amava mais ela, não gostava mais. Já com os meus filhos ficou aquela dor no peito, duas crianças que eu amo até hoje eles, só que ela não deixava eu me aproximar, ela brigava, ela dificultava... eu me afastava e quando eu procurava por eles, ela queria briga, queria briga, eu ia me afastando, mas hoje tá normal. (Aldebaran Filho)

Os colaboradores Alexandre e Aldebaran Filho estiveram em processo de divórcio destrutivo, com dinâmicas bastante diferentes. No caso do Alexandre, o filho ainda era bebê, e os conflitos com a esposa eram acirrados pelo relacionamento ruim com a ex-sogra. Nesse sentido, o entrevistado relata as brigas e as confusões que aconteciam dentro da casa, e, mesmo com as tentativas de manutenção do casamento, não foi possível continuar. Enquanto Aldebaran Filho relata que, além das constantes brigas referentes ao fim da conjugalidade, ainda foi afastado das crianças pela ex-esposa durante o processo de separação.

Nesta pesquisa, apenas um divórcio litigioso foi relatado, sendo que em todas as outras situações houve separação consensual. Antunes, Magalhães e Féres-Carneiro (2010) identificaram que a etapa jurídica da separação pode ser vivenciada como ritual de passagem, promovendo o fim do ciclo, ou sustentando a continuidade do vínculo, nos casos dos litígios familiares de longa duração. Muitos casais legalizam o fim da relação quando começam a superar as tristezas e os novos investimentos iniciam, evidenciando a superação do luto. O processo legal seria mais uma etapa necessária para corporificar o ato do rompimento. Assim, o ato jurídico seria semelhante a um ritual de passagem, na sua função de outorgar um outro estatuto ao sujeito. Contudo, nem todos os casais realizam esta etapa jurídica do divórcio, ou não a vivenciam como um ritual de passagem, de modo que o divórcio psíquico não é alcançado.

Alguns ex-cônjuges ingressam com seus processos legais da separação. Contudo, no decorrer dos atos jurídicos, ocorre uma série de ações ou de atuações, que se constituem em impedimentos para as negociações necessárias (ANTUNES; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2010). Vainer (1999) constatou que o tempo de duração das ações nos sistema judiciário, de casais em separação ou já separados consensual ou litigiosamente, dura, em média, quase a metade do tempo de casamento de cada casal. A dificuldade na separação se reflete nas dificuldades da própria relação, sendo continuidade de histórias de vida, abrangendo modelos transgeracionais e legados familiares que ultrapassam a história jurídica descrita no processo. O colaborador Aldebaran Filho relata sua história:

(...) ela ia na polícia dizer que eu batia nela, mas isso não existia porque eu não morava mais com ela e a justiça me chamava e ela não tinha prova, ela não tinha lesão nenhuma, e tinha que ter lesão o corpo e delito, e na justiça ela inventava isso tudo e nunca foi provado, até porque eu não fazia, eu sabia que ela ia me prejudicar de qualquer jeito, se eu fizesse ela ia me 'bronquiar' então (...) (Aldebaran Filho)

O colaborador verbaliza que esteve envolvido em brigas judiciais com a esposa durante 14 anos, foi processado por pensão alimentícia e agressão física. Relata que o processo de pensão alimentícia foi desfavorável à ex-cônjuge, haja vista que ela passou a receber um valor inferior ao que recebia. As denúncias de agressão física foram inúmeras e, como não havia provas, nem mesmo detectado nada nas perícias de corpo de delito, era inocentado do fato. Contudo, as conseqüências na relação parental foram inevitáveis, e as contínuas difamações da ex-mulher para os filhos cruciais para a relação parental.

As dores derivadas da perda de alguém, ou da perda ou afastamento com o qual convivíamos, acarretam, muitas vezes, tristeza, ansiedade, medo do desconhecido, sensação



de fracasso e impotência. A separação conjugal exige da pessoa uma reorganização interna e externa, envolve um processo de luto, independente de quem promoveu a ruptura. (SILVA, 2005b).

Caruso (1981) considera o luto da relação conjugal como uma vivência psíquica de morte. O autor refere-se ao ditado francês *partir c'est mourrir un peu* (partir é morrer um pouco), uma vez que na separação haveria uma sentença recíproca: “o outro morre em vida dentro de mim e eu também morro na consciência do outro” (p.12). Mesmo quando a separação é o melhor caminho a ser buscado pelo casal, ela sempre será vivenciada como um momento extremamente doloroso, havendo um luto a ser elaborado (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Viorst (2005) pontua que o fim do processo de luto decorrente da separação pode ser mais difícil porque o enlutado lamenta a perda de alguém que está vivo. A autora refere pessoas que prefeririam a morte do ex-cônjuge para não ter que tratar de assuntos referentes a propriedades e bens comuns. Kóvacs (1996, p.14) situa o rompimento conjugal como uma *morte entre vivos*:

A separação é uma experiência universal que todos conhecemos e vivemos desde a mais tenra infância. As vivências de separação da figura materna já são experiências vivenciadas por bebês com sentimentos de abandono, alienação e aniquilação, quem embora sem registro na consciência são um carimbo que todos os humanos conhecem. As separações e perdas são companheiras constantes na vida do ser humano e ninguém pode afirmar que nunca as viveu. Embora seja uma experiência universal, ela é tão particular e peculiar que sua história individualizada de cada ser humano.

A separação aterroriza tanto algumas pessoas que muitas preferem a própria morte a vivenciar os sentimentos de afastamento do outro e/ou a perda definitiva em sua vida (SILVA, 2005b). Viorst (2005) pontua que a ferida narcísica pode proporcionar raiva, dificultando mais ainda o processo de elaboração da perda, já que a morte é uma fatalidade, enquanto a separação é uma escolha. O outro escolheu não estar mais comigo, ele não me deseja mais. Além da saudade, o sentimento de abandono e rejeição está arraigado.

O termo “luto não autorizado” para designar as perdas que não podem ser abertamente apresentadas, socialmente validadas ou publicamente pranteadas foi cunhado por Doka (1989). O luto nas separações amorosas é uma perda não autorizada. O autor relata que a falta de reconhecimento da perda pode dificultar a expressão do luto, que podem ser intensificado por ter sido ignorado ou reprimido; porque a raiva e a culpa podem surgir e complicar o curso do processo de luto; pela exclusão do enlutado dos rituais; e pela falta de apoio social para viver o processo de luto.

Parkes (1998) pontua que a dificuldade da elaboração das situações de perdas ‘não físicas’ na infância, podem, por exemplo, favorecer para os filhos enormes dificuldades para lidarem com o luto na vida adulta. É importante que se reconheça o indivíduo como enlutado para que ocorra o processo de elaboração da perda e a construção de novos relacionamentos. Não há como precisar o tempo desse processo, haja vista que a experiência de cada pessoa é singular. Como os colaboradores relatam a seguir:

E isso aí ainda ta na mente das crianças, muitas vezes ele procura por ela, ‘pai, cadê a mamãe? O que eu você faz com essa menina aqui?’, que é a minha namorada... muitas vezes a gente sente falta sim, não vou dizer que não... (Fernando)

(...) como se eu tivesse uma família guardada ainda, mas eu ainda penso numa futura reconciliação, eu sinto falta (...) (Mauro)

(...) foi um choque pra mim (...) sei lá, cai na hora assim, fiquei sem chão mas eu comecei a imaginar o que ela tava sentindo sobre o que eu sentia há uns anos atrás, e eu compreendi perfeitamente embora tenha ficado muito triste por conta do que eu sentia por ela e por conta também de eu ver aquela relação como uma segunda chance de eu ter uma família unida e eu não consegui mais uma vez, não sei se foi fracasso (...) Eu procurei fazer tudo o que fiz de errado lá atrás eu procurei fazer certo com ela mas não deu certo. (Ricardo – em relação a 2º esposa)

Os colaboradores relatam as perdas que sofreram no processo de rompimento conjugal, inclusive Mauro refere o desejo de uma futura conciliação, numa tentativa de resgate do que foi perdido, sente como se tivesse a “família guardada ainda”. Fernando verbaliza o sentimento de falta da ex-cônjuge, e Ricardo comenta o choque de perder a “segunda chance de eu ter uma família unida”, e o sentimento de fracasso por não ter sido capaz de mantê-la pela segunda vez – “não consegui mais uma vez”. O trabalho de luto nas separações amorosas envolve muitas perdas: da conjugalidade, dos ideais (casamento e parceiros idealizados), da família sonhada, dos bens materiais, do status, da identidade (RANGEL, 2008).

### 3.3 A guarda dos filhos: *convívio de ir visitar só, só visitar aquele momento e voltar*

A determinação da guarda dos filhos durante a separação tem sido foco de discussões e debates entre os pesquisadores e a mídia. No Brasil, a lei sobre a guarda compartilhada foi promulgada em 2008, contudo ainda são visíveis as contrariedades em relação ao emprego da mesma. Com maior frequência se atribui a guarda das crianças a um dos pais – predominantemente as mães – permanecendo o outro genitor com a incumbência de

supervisionar os interesses dos filhos, como disposto no §3º do artigo 1583 do Código Civil Brasileiro (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010)

Brito (2012) aponta que o modo como os processos de separação conjugal nos juízos de família são encaminhados na atualidade pode incentivar a exacerbação do litígio entre os ex-parceiros, frente ao enfrentamento que se estabelece para quem ganhará a causa. Algumas pesquisas identificaram que, em determinadas situações, a modalidade unilateral tem concorrido para o afastamento do genitor não guardião, já que toda a responsabilidade e o poder de decisão sobre o cotidiano dos filhos são delegados ao genitor guardião.

Conforme apresentado na introdução deste estudo, os dados do IBGE demonstram que o número de guardas compartilhadas diminuiu em 2011, comparado a 2001, e que a guarda unilateral é, na maioria dos casos, delegada às mães. Em relação aos dados desta pesquisa, no que se refere à guarda dos filhos, apenas um pai tem um dos filhos sob a sua guarda. Em todas as outras ocasiões, a guarda ficou sob a custódia da mãe, sendo que não houve nenhum caso em que foi necessária a regularização das visitas na justiça.

As pesquisas realizadas na década de 70 ressaltavam os efeitos nocivos do divórcio para os filhos, relacionando-o a problemas emocionais, baixa autoestima, depressão, ansiedade e menor rendimento escolar dos filhos quando comparados com os filhos de pais de famílias nucleares/ intactas (ALEXANDRE; VIEIRA, 2009). Todavia, os estudos atuais já pontuam que os filhos podem atravessar esse momento de crise e se manterem bem ajustados. Tal ajustamento depende sobretudo da capacidade do ex-casal de lidar com os conflitos, e, principalmente, do genitor responsável pela guarda ser capaz de oferecer um ambiente saudável, permitindo o genitor não guardião conviver com a prole (LAMELA; FIGUEIREDO; BASTOS, 2009).

Grzybowski e Wagner (2010) identificaram como preditores de uma boa relação parental após o divórcio: a guarda compartilhada, os divórcios menos hostis, a satisfação com o apoio financeiro e a existência de baixos níveis de conflitos entre os ex-cônjuges. Inúmeros estudiosos (CICCO; PAIVA; GOMES, 2006; BOTTOLI, 2010; BRITO, 2008b; SOUSA, 2010; SOUZA, 2000), apontam sobretudo a capacidade do ex-casal de diferenciar a parentalidade da conjugalidade como aspecto decisivo para o surgimento de desdobramentos positivos depois do divórcio.

A habitação com os filhos é citada como uma variável importante para a educação (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010a). Entretanto, Alexandre e Vieira (2009) perceberam que não houve diferenças significativas entre os dois tipos de guarda (guarda compartilhada ou

guarda unilateral) no relacionamos de pais e filhos após o rompimento conjugal, o que se pode considerar que foi a convivência dos ex-cônjuges que permitiria aos homens/ pais não residentes um contato mais próximo com os filhos, favorecendo o relacionamento entre eles. Esse contato próximo é relatado por alguns colaboradores:

Como ela passa a semana com ele, todo final de semana é eu que pego, sábado e domingo é eu, nas minhas férias ele fica tudo comigo entendeu? Eu ia lá ver ele, tudo numa boa. (André)  
(...) tenho convívio com ela até hoje, eu convívio diariamente com ela, ela me liga todos os dias, manda mensagem pra mim todos os dias, e eu idem né, respondo também... eu a levo na escola, eu a tiro da escola, ela dorme comigo, ela vai pra minha casa a hora que ela quer, nos finais de semana ela vai pra minha casa, quando a mãe dela quer sair ela liga...se dá pra ela ficar comigo, eu vou e apanho e ela fica comigo, meu relacionamento com ela, com a Ângela é perfeito, nunca fui um pai ausente, nas festinhas de escola, se ela quer ir ao cinema eu levo, tranqüilo meu relacionamento com ela... (Ricardo – filha do 1º casamento)

O discurso dos colaboradores reforça a perspectiva de que o contato próximo com os filhos é fundamental para o estabelecimento de uma boa relação com os mesmos, até mais do que residir no mesmo local. Esses colaboradores referiram ainda que atravessaram um divórcio amigável, sendo que a decisão do rompimento foi tomada em comum. Portanto, esse estudo, corroborando com outros estudos atuais, aponta que os casais que conseguem vivenciar o luto da separação conjugal e reconstruem suas vidas tem mais possibilidades de conseguir manter um relacionamento interparental saudável, possibilitando o mesmo para a relação pais e filhos.

Contudo, a discussão sobre a importância da posse da guarda é controversa, haja vista que Grzybowski e Wagner (2010a, p.80) identificaram que os pais que não possuem a guarda dos filhos relatam que a experiência educativa após o divórcio é marcada por perdas. Referem que a “função parental perdeu força e lugar, não conseguindo mais encontrar o espaço adequado para o seu desenvolvimento” e a distância pelo afastamento do lar é sentida como uma “ruptura no papel parental”. Observou-se neste estudo que a sobrecarga das mães é avaliada como algo positivo por elas, principalmente no que se refere ao fortalecimento das relações parentais. Esse dado corrobora com outras pesquisas que frisam que muitas mães assumem todas as decisões sobre os filhos, tornando-se as “únicas responsáveis pelas transmissões de valores” (BRITO, 2008b; LOPES, 2008; SOUSA, 2010).

Brito, Cardoso e Oliveira (2010) identificaram que o número de pais inscritos em grupo de reflexão para pais separados foi superior à quantidade de mães inscritas, sendo que os mesmos surpreenderam-se com a elevada representação masculina. Uma hipótese para

justificar a busca por parte deste público seria o afastamento dos filhos após o rompimento conjugal, o que acarretaria um sofrimento maior a eles. Em Grzybowski e Wagner (2010), pode-se também identificar que a diminuição da convivência produziu sentimentos negativos nos pais-homens.

Os pais-homens referiram que a separação, além de não eliminar os conflitos com a ex-cônjuge, ainda acarretou na descontinuidade do convívio com os filhos. Portanto, as consequências do divórcio lhes pareciam intermináveis. Identificaram que os conflitos apenas tinham mudado de foco, pois, no momento, estavam direcionados à disputa pela convivência com os filhos. Relataram “sentir-se, assim, exauridos e marcados pelo resto de suas vidas, em uma luta que parecia sem fim” (BRITO, CARDOSO & OLIVEIRA, 2010, p. 815). Assemelham-se aos relatados a seguir:

(...) em relação aos meninos, eu sinto falta de estar todo dia com eles, até porque eles já estão grande, a menina 19 e o menino 16, então quando o filho cresce, ele cresce pro mundo né, o filho não é nosso, ele vai pegando a liberdade dele, vão pra casa dos namorados (...) (Aldebaran Filho)

(...) eu já passava dias sem ver ela, antes eu tava todo dia ali do lado dela, ela (relação) foi mudando (...) (Paulo)

(...) o fato do Raion ser uma criança muito apegada a mim fez com que eu nesse período da separação momentaneamente me afastasse dele porque fica muito difícil pra mim ir apanhar e deixar ele lá... essa parte de deixar ele é a pior parte porque ele chora muito, puxa minha camisa, ele se agarra na minha camisa, é muito complicado, essa parte é muito dura... (Ricardo – filho do 2º casamento)

Os colaboradores revelam a tristeza por estar longe dos seus filhos após o divórcio, relatando que tiveram de se afastar dos filhos, deparando-se com a mudança da relação parental com o afastamento, sendo o relato de sensação de perda marcante: “filho cresce pro mundo, o filho não é nosso”. Contudo, não apenas os pais sentem a perda, o Ricardo relata o desespero do filho no momento da separação deles, situação que não consegue lidar, preferindo afastar-se no momento do divórcio para não vivenciar esses momentos de dor “essa parte de deixar ele é a pior parte.”.

Em muitas situações, a separação se estende ao relacionamento pais e filhos, sendo que o maior impacto do rompimento é a desestabilização do relacionamento com o pai, seja por um período de tempo curto, seja ao longo de suas vidas. Os filhos que tiveram contato com ambos os pais, inclusive freqüentando as duas casas, demonstram menor desgaste emocional (GABRILEL; DIAS, 2011; LEVY, 2010; WARPECHOWSKI; NOSSMANN, 2012).

Em Brito, Cardoso e Oliveira (2010, p. 816), os pais-homens advertiram que um pai só consegue a guarda dos filhos se a mãe for “maluca, prostituta ou usar drogas”, evidenciando a primazia materna nas obtenções de guarda. A ideia da figura materna como a ideal responsável pelos cuidados infantis é discutida por Badinter (1986), para quem a maternidade estaria inscrita na identidade da mulher. Comumente, as características maternas e femininas se confundem, fato rotineiramente identificado nas falas da população – “mulher é que saber cuidar de criança”. No imaginário social, a maternidade ainda é o destino natural de toda mulher (CARDOSO, 2009; SOUSA, 2010).

Muzio (1998) recorda que ao menino é orientado que brincar de boneca é ‘coisa de menina’, portanto não é permitida a oportunidade de treinar para ser pai. O que é ensinado é ser provedor, competitivo, empreendedor, características que devem compor sua masculinidade. A visão hegemônica do poder materno é evidenciada nas falas:

(...) é, queria pra pegar a guarda, só que não foi para frente, não posso com ela (...) (Paulo)

(...) tipo assim, quando começou as crises eu pensava em ter as guardas das meninas mas depois caindo a ficha eu vi que não dava...ela é mãe (...) (Aldo)

(...) muitas vezes isso me passa na cabeça mas não dá, eu vou ta sendo um pouco injusto da minha parte mesmo ela sendo minha filha, deixa ela lá, ela é bem mais tratada... é tudo na hora certa, almoço, merenda, e aqui as vezes ela foge da rotina assim e eu posso me estressar e a avó já tem isso com ela, já sabe como lidar com ela... (Mauro)

(...) eu não penso em pegar a guarda de nenhum deles assim na marra, na justiça, não passa isso pela minha cabeça mas se amanhã ou depois o Raion com 15 anos, a Ângela com 15, 16 anos, disser ‘mãe, agora eu vou morar com meu pai’, tranqüilo, vem morar comigo numa boa. (Ricardo)

Apesar do desejo de muitos pais obterem a guarda dos filhos, ainda permanece a crença de que os filhos não devem ficar sem os cuidados e a presença da mãe ou da avó, ou seja, mulheres, por serem naturalmente mais preparadas para tal função. Dessa forma, os cuidados paternos tornam-se dispensáveis e reforça-se o lugar principal e exclusivo da mãe/mulher, tanto no aspecto psíquico como jurídico. Ricardo, por exemplo, menciona aguardar os filhos crescerem para decidirem se irão morar com ele. Esta situação seria “tranqüilo”, ou seja, seria consequência da escolha dos filhos. O único pai que possui a guarda de um dos filhos é Fernando, conforme o relato:

(...) os meus filhos por eles, eles ficariam comigo, por eles...a minha filha quando vai lá pra casa ela não quer mais voltar, não quer mais voltar com ela, quer sempre ficar comigo...e a termos de escolha, foi eu que escolhi, porque não dava pra eu ficar com duas crianças era um pouco cansativo e eu trabalho, só chego a noite, eu não ia ter tempo pro’s dois. (Fernando)

Durante a separação, ele e a ex-esposa decidiram que ele ficaria responsável pelo filho e ela pela filha. Nesse sentido, o pai foi 'autorizado' pela mãe a assumir o lugar de cuidador principal, sendo que especificamente do menino. Segundo o relato do colaborador, a ex-cônjuge já tentou entregar a guarda da filha também, contudo, ele não se sente em condições de assumir os cuidados das duas crianças. No próximo capítulo discutiremos as diferenças que os pais atribuem aos cuidados de meninos e meninas.

Em muitas situações, após o fim do relacionamento, os filhos mantêm convivência escassa ou total distanciamento do genitor não residente e a principal justificativa são os conflitos entre o ex-casal. Alguns homens, na tentativa de evitar maiores conflitos com a ex-esposa, optam por se ausentar do convívio com os filhos. Todavia, há também pais que, por motivos diversos, afastam-se da prole, mesmo com a solicitação das suas participações na educação dos filhos pelas ex-cônjuges (BRITO, 2007, 2010; WALLERSTEIN; KELLY, 1998):

(...) Eu tenho pouquíssimo contato com ele, só quando eu vou lá às vezes, acontece alguma coisa e eu preciso ir lá pra saber como ele tá, converso com ele um pouquinho. (Alexandre)

Percebe-se, no discurso de Alexandre, uma dificuldade que está além de um possível conflito referente à conjugalidade. A dificuldade consiste em estar no lugar de pai e assumir as consequentes responsabilidades de cuidados, orientações, participação na vida da criança. Recorda-se que a relação parental desde o início foi marcado por desajustes no período da gravidez e após o nascimento do filho, pelos conflitos familiares com a sogra devido a questões financeiras. Consequentemente, Alexandre manteve-se distante dos primeiros cuidados com o filho e logo em seguida houve o rompimento conjugal, sendo que o participante recorda-se pouco de cuidar do filho e já mencionou que não tinha condições de cuidar dele, uma vez que trabalhava em tempo integral para tentar amenizar os custos financeiros da casa. Ressalta sempre a necessidade de garantir o dinheiro para eventualidades e mesmo agora não tem tempo para estar com o filho, pois precisa trabalhar.

No que se refere às responsabilidades nos cuidados com os filhos, Brito, Cardoso e Oliveira (2010) identificaram que se em alguns caso há uma sobrecarga do genitor guardião que, além de acumular atribuições, acaba assumindo o papel exclusivo de cuidador dos filhos quando o outro genitor se afasta dos deveres parentais, por outro lado para os pais também é difícil perderem o espaço pessoal em detrimento do cuidado dos filhos. Ressaltaram que essa

é uma dificuldade vivenciada exclusivamente pelo guardião, pois aquele que não detém a guarda pode desfrutar do lazer, já que não possui obrigação do cuidado diário com as crianças.

#### **3.4 A relação com a ex-cônjuge: *é estável assim, eu tento não prolongar muito a conversa***

Após a dissolução do modelo tradicional de família, as relações parentais e conjugais tornaram-se mais “vulneráveis às condições múltiplas de afetividade e de personalidade de cada um de seus oponentes”. Conforme Levy (2010), “não há uma uniformidade de tratamento postulada por modelos sociais” (p. 652). Dessa forma, é necessário que o ex-casal tenha tolerância para manter uma convivência harmônica. Contudo, esta não é uma tarefa fácil, dado o momento de reconstituição das identidades individuais que o rompimento conjugal implica (FÉRES-CARNEIRO, 2003; FÉRES- CARNEIRO & NETO, 2010).

A parentalidade varia de acordo a estrutura social vigente em determinado momento histórico. Na sociedade contemporânea, as relações parentais assumem diversas formas de manifestação pela multiplicidade de modelos de famílias reconstituídas. Essas diversas formas possíveis de relações familiares, suas peculiaridades e consequências no micro e macro sistemas, são o que tornam as relações de parentalidade tão difíceis de serem exercidas (LEVY, 2010).

Grzybowski e Wagner (2010b) constataram que a influência do tipo de relação do casal e da separação conjugal é fundamental para o exercício da parentalidade. Apesar da conjugalidade ter se desfeito (teoricamente) durante o rompimento conjugal, na prática, ela não se desfaz, apenas se transforma. Ela não existe mais no mesmo formato, mas parece viva no exercício parental pós-divórcio, influenciando permanentemente seus aspectos saudáveis ou problemáticos.

Durante o divórcio, o ideal é a manutenção das funções parentais, ou seja, que ambos os pais continuem assumindo suas funções e participem da vida dos filhos, haja vista que promove o bem estar infantil. Contudo, muitas vezes o genitor não guardião deseja que suas visitas sejam divertidas e agradáveis, evitando criticar e monitorar o comportamento dos filhos (BOTTOLI, 2010; BRITO, 2010; GABRIEL; DIAS, 2011; LEVY, 2010; SOUSA, 2010; WARPECHOWSKI; NOSSMANN, 2012).

Conforme Brito, Cardoso e Oliveira (2010), alguns pais revelaram que lidar com a rejeição dos filhos referente a eles era extremamente penoso, reconhecendo que faziam grande



esforço para não desistir nesse momento. Quanto a esse ponto, certas mães admitiram que, por vezes, os filhos não se relacionam bem com os pais para agradá-las. Wallerstein e Kelly (1998) também identificaram que metade dos homens que entrevistaram temiam a rejeição dos filhos.

Na investigação de Silva e Piccinini (2003) sobre os sentimentos acerca da paternidade e sobre o envolvimento dos pais que não residem com os filhos em função do rompimento conjugal, destacou-se a forte influência que o conflito entre os genitores tem sobre a relação com os filhos. Nos desdobramento da investigação, concluiu-se que a relação com a mãe é essencial para delinear como será exercida a paternidade, seja o modelo tradicional ou a paternidade que se assemelha à maternidade.

No que se refere às transformações do papel do pai e da mãe ao término do laço conjugal, Grzybowski e Wagner (2010b) verificaram que as mudanças nessas famílias se situam nas diferentes possibilidades de envolvimento interparental. Frequentemente, ocorre o afastamento paterno e um maior envolvimento materno após a separação. O afastamento paterno ocorre muitas vezes por influência da mãe, e assim o casal separado encontra mais dificuldades em estabelecer uma relação parental saudável. Pode-se também constatar que apesar das dificuldades do ex-casal no contexto do rompimento conjugal, eles demonstram uma acentuada autoexigência com relação ao que desejam ser e buscam a melhor forma de participar da vida dos filhos, como é relatado nas falas seguintes:

(...) as pessoas quando nos vêem na rua acham que a gente ainda é casado, (...) e a Ângela sente isso muito bem, tanto que quando ela conversa comigo e com a mãe dela eu tenho a impressão de que ela percebe ainda, percebe um respeito entre o pai e a mãe dela, talvez ela não tenha na cabeça dela ainda assim ‘ papai e mamãe se amam’, mas ela percebe que papai e mamãe se dão bem, se dão muito bem. (Ricardo - em relação a 1º esposa)  
Ajuda muito, ajuda muito com certeza. Se a gente não fosse amigo assim com certeza eu teria um pouco de dificuldade. (André)  
(relação) amigável, amigável... tanto é que ela não me jogou na justiça, eu faço o máximo que eu posso, mesmo porque tem que ter consciência de que as meninas precisam muito da gente. (Aldo)  
(...) hoje em dia estamos como amigos, a gente só tá mesmo mais próximo por causa da criança, meu interesse é meu filho, não deixar faltar as coisas dele, dá também pelo menos um pouco de atenção que eu não tenho dado. (Alexandre)

Os colaboradores relatam o bom relacionamento e novamente creditam a ele a proximidade com os filhos, assim como, o fato da ex-esposa não ter entrado com processo judicial, observado no caso de Aldo. As características da personalidade do ex-companheiro(a) podem facilitar ou dificultar a parentalidade, pois a personalidade se reflete

na forma de ser pai ou mãe. Essas características pessoais também tendem a interferir na avaliação recíproca parental, que além de questões de personalidade, também é influenciada pela ‘qualidade da relação conjugal e da separação do casal’, bem como pelo ‘envolvimento parental’ (GRZYBOWSKI & WAGNER, 2010b).

O conflito entre o ex-casal pode contribuir para que os filhos estabeleçam uma aliança em favor de um desses. Por vezes, os pais empenham-se em um processo de desqualificação e desautorização da outra figura parental no intuito de “ganhar” os filhos, isto é, tê-los apenas para si (SOUZA, 2010). Esse dado corrobora com Brito (2007, 2008b), que constatou uma forte dependência entre as mães guardiãs e os filhos. Nessas situações, conforme a autora, os papéis se tornavam invertidos, com os filhos provedores de cuidados e conselheiros, assumindo responsabilidades que estavam além de sua maturidade psicológica e emocional.

Segundo Wallerstein e Kelly (1998), esse envolvimento dos filhos com apenas um dos genitores, promovendo o sentimento de raiva e desprezo em relação ao outro, denomina-se de alinhamento. Define-se como “um relacionamento específico no caso de divórcio, que ocorre quando um dos pais e um ou mais filhos se reúnem num vigoroso ataque ao outro progenitor” (p.95). As pesquisadoras identificaram que pais e mães que iniciavam o alinhamento sentiam-se traídos e rejeitados, e essa dinâmica ocorria com maior frequência entre as mães e os filhos menores. Essa situação é relatada pelos colaboradores a seguir, principalmente Aldebaran Filho e Aldo, que relataram as dificuldades que enfrentaram no convívio com as ex-esposas, e Alexandre, com a sogra:

(...) sempre usou os meninos contra mim, até porque deixa eu te falar, eu tive problema com a justiça tá, passei um tempo preso por homicídio, então quando teve a nossa separação ela dizia que se eu não ficasse com ela, não ia ficar com ninguém e ia fazer eu voltar pra cadeia. (...)Aí chegou uma época que meus filhos começaram a ficar entendidos ela começou a falar pra eles que eu era assassino, que não era para eles se envolverem comigo tá entendendo? Foi horrível. (Aldebaran Filho)

(...) convívio de ir visitar só, só visitar aquele momento e voltar. Tipo assim, hoje elas não podem ir na minha casa por causa da pessoa que eu namoro entendeu? (Aldo)

(...) pouquíssimo (contato) a gente teve, o nosso relacionamento assim não era bom entre eu e a família dela, às vezes dava pra mim fazer uma visita mas não era muito constante, tava aquela briga, aquela contenta ainda (Alexandre)

Os colaboradores relatam que as desavenças com a ex-esposa impossibilitaram que se estabelecessem relações positivas entre pais e filhos. Referiram-se ao afastamento dos filhos por causa dos conflitos referentes à conjugalidade, inclusive Aldebaran Filho mencionou uma deliberada desqualificação praticada pela ex-cônjuge para com os seus filhos, bem como um

desejo de vingança pessoal, a ponto de inventar situações como violência física, para tentar destruir a vida do ex-marido. Cigoli (2002) nomeia de ‘cisma geracional’ as situações em que a dor pelo final da relação impedem qualquer forma de vínculo entre os cônjuges.

Conforme Grzybowski e Wagner (2010a) alguns pais relataram que a manutenção da relação parental após o divórcio está muito atrelada aos ‘sentimentos que nutriam pela ex-mulher’ e à ‘forma como esse(s) filho(s) surgiu no relacionamento’ deles. O relacionamento com a “ex” teria, então, relação direta com o envolvimento ou o não envolvimento parental após o divórcio, seja por nunca terem sentido amor pela ex-companheira, seja por ainda nutrirem sentimentos amorosos pela ex-companheira. Este último aspecto é manifestado pelos colaboradores:

(...) ela estreitou muito isso, eu não sei te dizer, às vezes eu sinto vontade de perguntar pra ela porque ela deixou isso muito... talvez ela queira deixar isso muito bem entendido pra minha parte, talvez ela pense ‘eu não vou mais falar com ele, eu quero que ele entenda que eu realmente não quero mais nada com ele’, talvez ela pense dessa forma, mas pra mim não precisava disso... (Ricardo - em relação a 2° esposa)  
Ela já tentou nem é uma, nem duas, nem três vezes, ela já tentou e eu assim, do meu ponto de vista se eu voltar com ela, eu mato ela... eu faço uma besteira(...)ciúme, psicose. (Fernando)

Pode-se constatar, que embora tenha ocorrido a separação de fato do casal, não foi efetuada a separação emocional. A relação do ex-casal continua mantendo-se a partir de sentimentos de raiva, traição, decepção com o casamento, e uma vontade consciente ou não de se vingar do outro pelo sofrimento causado. A literatura sobre a separação conjugal, apesar de colocar em relevo os conflitos, os sofrimentos, as queixas e as dúvidas dos membros do grupo familiar, também mostra a diversidade de respostas encontradas em muitas pesquisas, isto é, a forma como pais e filhos vivenciaram e puderam superar, ou não, as dificuldades e mudanças frente ao rompimento conjugal (SOUSA, 2010).

### **3.5 A percepção do cuidado materno:** *o filho não tinha nada a ver com a nossa briga, ela era uma excelente mãe*

A transitoriedade e fragilidade dos laços entre os indivíduos ocorrem devido as profundas mudanças nas instituições sociais. A crescente diversidade de arranjos familiares demonstra a pluralização das relações entre pais e filhos e homens e mulheres. Consequentemente, é necessário reavaliar as posições paternas e maternas (HENNIGEN; GUARESCHI, 2002).

Ao se discutir a maternidade, utiliza-se o estudo de Badinter (1985) que analisa o mito do amor materno. A autora remonta à França dos séculos XV e XVIII para destacar que houve uma época em que a mulher podia querer não ser mãe e declará-lo publicamente, sem sofrer qualquer sanção. Nesses séculos passados impõe-se à mulher a obrigação de ser mãe antes de qualquer outra, o que gera o mito do amor materno ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho, crendo-se que faz parte do aspecto biológico e manifesta-se de forma privilegiada na mulher. Surge a ideologia do devotamento e do sacrifício, o que culminou por vincular a maternidade com o sofrimento voluntário, natural e indispensável para a mulher até o começo do século XX.

A ideologia das atribuições maternas transformava as mulheres em figuras sacrossantas, sendo consideradas mais emotivas do que racionais, mais vulneráveis e mais dependentes por natureza. Eram, e ainda são, apesar de todas as transformações da contemporaneidade, convencidas a buscar a maternidade como a única possibilidade para sua realização pessoal, a famigerada completude. Assim, o modelo tradicional de maternidade caracterizava a figura feminina como responsável pela manutenção do vínculo familiar. Esta tarefa teve prioridade sobre as suas necessidades pessoais, visto que era por meio de ser mãe que se concretizava sua identidade enquanto mulher, até então considerada o ideal feminino mais nobre e dignificante (BADINTER, 1985).

Cardoso (2009) aponta que o século XIX é marcado pela distinção dos papéis de homens e mulheres. Ao homem caberia a esfera pública, o trabalho, o provento da família, enquanto à mulher, a esfera privada, o trabalho doméstico, a gestão do lar e os cuidados maternos. Em meados do século XX, as mulheres começaram a frequentar o espaço público, reivindicar seus direitos civis e políticos, e finalmente se lançam nas atividades públicas ao lado dos homens. Consta-se que na construção do mito do amor materno, os papéis foram estabelecidos levando-se em consideração o gênero. A mulher destinada às atividades domésticas e cuidados com o marido e os filhos, enquanto os homens seriam os provedores da família e os chefes de casa.

A concepção de superioridade materna em relação aos cuidados infantis estendeu-se por todo século XX, chegando aos dias atuais. Foi enaltecida e teve grande penetração através de algumas teorias psicanalíticas, que enfocam a importância da relação mãe-bebê. Sendo identificada como a principal cuidadora, a mãe será responsabilizada pela saúde ou desvios da prole. Ou ainda, a culpa por não ter sido abnegada em sua função, no caso de haver entrado no mercado de trabalho e permitir que seus filhos sejam cuidados por terceiros (SOUSA, 2010).

Com as mudanças socioculturais e econômicas que atravessaram as relações familiares, criou-se uma expectativa em torno do pai para que ele assuma algumas tarefas tradicionalmente pertencentes à mulher. Entretanto, ainda são poucos os homens que cuidam dos filhos diariamente, de modo que esse lugar continua sendo delegado às mulheres. Contudo, a crença na incompetência dos homens de cuidarem de suas crianças, bem como a sua exclusão de cuidados relacionados aos filhos cria um paradoxo entre as exigências feitas e as possibilidades oferecidas a estes pais (CREPALDI et al, 2006).

Conforme Staudt e Wagner (2008), muitos homens têm a crença de que os filhos não podem ficar sem a presença e os cuidados maternos, por ela ser preparada “naturalmente” para tal função. Dessa forma o lugar do pai é dispensável e reforça esse lugar exclusivo e irrevogável das mães. Costa (2002, p. 343/344) pontua que:

a paternidade é atribuição da masculinidade, mas não da mesma forma que a maternidade é atribuição da feminilidade. A maternidade era vista pelas mulheres que eu entrevistei como um desejo que sempre existiu, como natural, instintivo, essencial, como a realização de um sonho passado. Dessa forma, parece-me que a representação social é de que as mulheres vão se constituindo mães ao longo da suas trajetórias de vida, e que a maternidade é uma experiência de continuidade, de repetição, de realização de um plano desde sempre elaborado no passado feminino. Seria uma perspectiva do passado que se atualizaria em cada mulher no presente.

Este discurso reafirma o dom ‘natural’ da mulher de maternar, cuidar, zelar por suas crianças. Costa (2002) refere que em sua pesquisa anterior, a justificativa dessa ligação natural entre as mulheres e seus rebentos, bem como do enaltecimento da mãe abnegada em torno da prole é o fato de gestarem nos seus ventres as crianças. A máxima do direito romano *mater semper certa est, pater nunquam*, ou seja, a mãe é sempre certa, o pai nunca, se refere justamente a certeza sobre a maternidade que é dada pela gravidez.

O reflexo disso é a disparidade no prazo da licença-maternidade e da licença-paternidade, que desvela a representação dominante em nossa sociedade de que a mãe é essencial para os cuidados infantis, e o pai é uma figura coadjuvante, que ‘ajuda’ a mãe. Portanto, o dado biológico é posto em evidência, uma vez que é no corpo da mulher que a criança se desenvolve e é amamentada. Questiona-se se essa medida não seria uma forma de delegar as responsabilidades unicamente às mães acerca dos cuidados com os rebentos (SOUSA, 2010). Neste estudo, a maioria dos entrevistados, no momento em que relatavam os cuidados com os filhos, mencionaram as qualidades maternas, como percebe-se abaixo:

Depende do jeito, do modo como cuida da criança, e querendo ou não, ela é uma boa mãe (...) (Paulo)  
 (...) ela era uma super mãe, cuidava bem. (Fernando)  
 (...) ela é uma excelente mãe, tanto ela e como a Alaísis, as duas, são mães maravilhosas, cuidadosas... (Ricardo)  
 O filho não tinha nada haver com a nossa briga, ela era uma excelente mãe, (...) (André)  
 (...) era uma boa esposa, boa mãe, (...) (Aldebaran Filho)

Interessante que mesmo diante de tantos conflitos conjugais, dos impedimentos para o contato pai-filho imposto por essas mulheres, os colaboradores exaltam as qualidades das mesmas como mães e cuidadoras, o que nos indica a influência do mito do amor materno sobre o olhar do cuidado das mães, superando seus cuidados reais e exaltando o necessário e fundamental lugar da mãe ao lado da prole.

Outra análise possível refere-se à forte influência das experiências infantis e do vínculo com a própria mãe sobre o cuidado materno das ex-esposas, que nos sugere que a mãe referida pelos homens, na verdade, seriam suas próprias mães internas. A *boa mãe* guardada inconscientemente favoreceria o bem-estar e a segurança para creditar o papel de *boa mãe* as ex-cônjuges. Assim, as representações da família de origem vão influenciar o modo como cada pai e cada mãe vão perceber seu lugar e importância na estrutura familiar, haja vista que cada um dos pais traz consigo uma série de esquemas que são únicos e que são originários de sua história familiar (CASTOLDI, 2002).

Em relação às barreiras ao maior envolvimento paterno, Castoldi (2002) elenca que a saída dos pais do trabalho para permanecerem mais tempo envolvidos com seus filhos e os questionamentos sobre a competência e a sensibilidade dos pais nos cuidados com a sua prole como os principais fatores. Ainda, corroboraria a resistência das mães em dividirem seu espaço com os pais, temendo perder o domínio de poder dentro do lar. O autor ainda ressalta como uma barreira significativa o receio de que o maior envolvimento paterno possa resultar em abuso físico ou sexual para as crianças.

Ramires (1997) identificou a capacidade dos pais homens de ‘maternar’, vocábulo utilizado para se referir a comportamento de cuidar, alimentar, atender as necessidades básicas, envolvimento durante a gravidez e nascimento da criança. Mesmo o próprio vocábulo sendo relacionado às mães, os pais entrevistados referiram que, muitas vezes, se sentiam também ‘mães’ de seus filhos, alguns descrevendo que a relação estabelecida entre eles é muito próxima e gratificante para ambos. Esses dados refletem as mudanças no comportamento dos pais ao longo do tempo. Nessa perspectiva, Sousa (2010, p.61) ressalta que:

Discursos são construídos historicamente, preexistem ao indivíduo e serão por ele assimilados, reproduzidos, reconfigurados ou ressignificados como parte de uma cultura. Ao mesmo tempo, acrescenta-se, as mudanças nos papéis parentais não podem ser pensados de forma estanque, circunscrita; elas são dinâmicas, se influenciam mutuamente e atravessam o tempo.

Apesar de estudos já demonstrarem que não existe uma natureza biológica que determine a mulher como sendo mais apta para cuidar e proteger os filhos do que o homem, a defesa do instinto materno ainda possui bastante influência no imaginário social. Cardoso (2009) frisa que as representações sobre a paternidade vem se transformando ao longo dos anos, o que nos indica que tanto a paternidade quanto o conceito de masculinidade estão fortemente embasados no contexto cultural e social.

#### 4 TRANSFORMAÇÕES DA PATERNIDADE

Mariana completou 18 anos ontem. Ela diz pai pai... sempre duas vezes, acho engraçado, não é apenas pai!, mas pai pai..., um chamado reticente, com eco de montanha, a me procurar pela casa. Talvez dobre a paternidade para recuperar os dias e os anos que não esteve comigo (CARPINEJAR, 2011).

O homem e o meio social atuam reciprocamente um sobre o outro e, no contexto de paternidade, o homem vive no meio social familiar, influenciando e sendo influenciado por ela. Essa influência recíproca é marcada por um processo histórico de determinada época e lugar, e sofre pressões para uma transformação (SILVA, 2005a).

A paternidade, até recentemente, era vista como algo da ordem natural. Em função dessa naturalização não eram realizados estudos mais aprofundados sobre a relação entre pais e filhos e sobre a compreensão da paternidade para o homem. A partir do crescente número de separações conjugais, e o afastamento do pai, iniciaram-se as pesquisas sobre as consequências da sua ausência. Somente a partir dos estudos sobre a condição da mulher, impulsionados pelo feminismo, é que as pesquisas se deslocaram para compreender também a masculinidade e a paternidade, que passaram a ser vistas como construções sociais (HENNIGEN; GUARESCHI, 2002).

No contexto das transformações socioculturais marcadas na vida de homens e mulheres, Jablonski (1999) menciona que as expectativas sociais quanto aos novos deveres dos homens como pais advêm de situações diversas, como o ingresso da mulher no mercado de trabalho, que possibilita o maior envolvimento nas tarefas de casa e nas atividades dos filhos. Os discursos sobre a paternidade encontram muita repercussão nessas mudanças, na medida em que questionam as convicções sobre o que é ser pai.

Cardoso (2009) sinaliza que os estudos sobre masculinidade ressaltam a multiplicidade de modelos masculinos advindos da pluralidade de vivências por parte dos homens. Estes modelos são afetados por inúmeros fatores, como a idade, a etnia, a classe social, a orientação sexual, além das circunstâncias variáveis das trajetórias pessoais e da configuração específica assumida por cada um nos contextos sociais que atravessam cotidianamente.

Para Guerreiro, Caetano e Rodrigues (2008), atualmente os homens são confrontados com pressões crescentes com origem em vários domínios (familiar, cultural, etc.) no sentido de se envolverem mais na vida familiar, nas tarefas domésticas e nos cuidados prestados aos



filhos, de adotarem atitudes e comportamentos mais adequados em termos emocionais e mais ajustados. Contudo, apesar da mudança comportamental e simbólica dos homens no que se refere à função paterna, eles ainda demonstram sentimentos ambivalentes. Estes sugerem que a posição dos homens como pais está sofrendo um processo de reconstrução que envolve um redimensionamento da própria masculinidade.

Dessa forma, é importante questionar a produção de conceitos baseados na estabilidade da família e contestar a concepção de papéis masculinos/paternos fixos e naturalizados. Avaliar as concepções sobre a paternidade em uma configuração familiar não tradicional, onde os papéis da mulher e do homem são menos rígidos, é uma maneira de entender as funções que os sujeitos desempenham nas relações sociais que estabelecem (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012).

A paternidade surge como um campo particular e passa-se a investigar a participação mais efetiva do homem no cotidiano familiar, mais especificamente no cuidado com filhos. Utilizam-se, com frequência, os termos “novo pai” ou “nova paternidade”, para se referir aos homens que se envolvem com o cuidado da prole e têm com eles uma relação de maior proximidade e afetividade (SOUSA, 2010; SILVA, 2005a). Todavia Hurstel (1999) ressalta que na verdade o que mudou foi o contexto social, e todas as implicações dessas mudanças como linguagem, conceito de saúde e doença, e as condições necessárias para a paternidade ser exercida, uma vez que as mudanças apontadas estão diretamente relacionadas às transformações ocorridas nos últimos anos, no que se refere às relações de gênero, ao âmbito socioeconômico e legal.

A função paterna é uma construção social realizada na relação dos homens com suas famílias de origem, com as condições sociais e econômicas da sua própria família, assim como nos relacionamentos estabelecidos no seu grupo de pares. Portanto, a estrutura sociocultural do contexto em que estes homens estão inseridos marca as suas vidas, exercendo, por consequência, efeitos sobre a sua maneira de ser pai (ARRELIAS, 2009).

Silva (2005a, p.20) aponta que o homem ocidental sofreu uma “verdadeira amputação de uma ‘parte da paternidade’ pelas prerrogativas arbitrárias atribuídas às mães pela nossa cultura, podemos até certo ponto crer que os tempos atuais estão dando mais oportunidades para uma redefinição do papel do homem enquanto pai”. Os lugares maternos e paternos passaram por questionamentos: o mito do amor materno foi desfeito através da demonstração histórica de que o instinto materno não existe (BADINTER, 1985) e o homem foi reconhecido como tendo plena capacidade de cuidar de maneira competente de uma criança

(RODRIGUES, 2009). Assim, a imagem do homem segurando o bebê no colo, frequentemente utilizadas em campanhas publicitárias, é a materialização visual desse “novo homem”, pois traz a novidade: os homens também apreciam e inclusive se envolvem com os seus bebês (SOUSA, 2010).

Stern (1997) discrimina os “pais tradicionais” dos “novos pais”. Os primeiros desvalorizariam a igualdade e, portanto não a usufruiriam, enquanto os segundos desejariam e buscariam uma igualdade nos cuidados junto às mães. Ambos podem apoiar a mãe no relacionamento inicial com o bebê, mas os “novos pais” ainda participarão ativamente de todos os cuidados que o filho necessita.

Silva (2005, p.25) percebeu que os pais nas instituições jurídicas delineiam um modelo de homem para caracterizar uma conduta do ‘ser-pai atuante’, e modificam gradativamente a própria identidade paterna. As identidades das pessoas refletem a estrutura social em que vivem e ao mesmo tempo reagem sobre ela, conservando-as e preservando-as. O homem divorciado sempre buscou uma definição legal sobre pensão alimentícia, visitas, etc. Todavia, agora ele ainda vai buscar, mas “não porque lhe é imposto, mas porque ele está em transformação e nessa transformação há de ser legitimada a “nova paternidade”, uma nova condição de ser pai”. Assim, “por ter legalizado o estado de desentendimento com a mãe de seu filho, busca as leis jurídicas enquanto um dever-ser de conduta para com seus filhos”, o autor cunha esse genitor como pai-ativo. Todavia, Hennigen e Guareschi (2002, p.19) pontuam o cuidado desses encapsulamentos de modelos de pais:

parece que o cuidado das crianças se transformou numa espécie de divisor de águas que distingue os pais. O pai ‘de verdade’ está disponível, participa. A partir dessas considerações é muito fácil se estabelecer uma nova dicotomia - hierarquizada, restritiva e artificial: pai tradicional x novo pai (e, adicionalmente, ligar o novo pai a um hipotético novo homem). Pensamos que, ao contrário de sustentar novas polaridades, devemos considerar as construções identitárias contemporâneas como marcadas pela composição, flexibilidade, mutabilidade e, sim, pelo que pode afigurar-se como contraditório a primeira vista. Assim, para buscar uma compreensão que contemple a diversidade, é fundamental questionar as formas, significados e abrangência desta participação.

As consequências da emancipação para os homens podem ser divididas em duas áreas: das atitudes e dos comportamentos. Quanto à primeira, nota-se um crescente interesse deles em participar, cada vez mais, da educação e cuidados com os filhos. Mas, no campo dos comportamentos, a divisão de tarefas parece utopia, com uma promessa de mudança que não é cumprida, aumentando a frustração das mulheres (BRASILEIRO; FÉRES-CANEIRO; JABLONSKI, 2002). Cardoso (2009, p.37) refere que:

As pesquisas apontam a confusão de papéis vivenciados por homens e mulheres e os fortes desejos de mudanças por parte de todos, mas poucas são as ações concretas que promovem uma diminuição da sobrecarga feminina do lar. Os homens ainda mantêm a posição de ajudantes de tarefas de casa, ficando as mulheres com a responsabilidade pelas mesmas atividades, o que provoca um desconforto por parte do sexo masculino, que se sente inadequado para o desempenho das tarefas domésticas. Portanto, de um lado é preciso que os homens disponham a aprender novos papéis; em contrapartida, é necessário que suas companheiras estejam dispostas a deixá-los aprender.

Percebe-se que a divisão de tarefas ainda prevalece tradicional, com muitas mulheres adquirindo dupla ou tripla jornada (CARDOSO, 2009). A participação masculina também ainda é vista como coadjuvante, ou uma ajuda, o que fortalece a sua função tradicional de provedor. Romanelli (2003) verificou que embora muitas mulheres trabalhem fora de casa, a função de provedor da família ainda é predominantemente masculina.

Para Staudt e Wagner (2008), apesar da demanda de um homem mais presentes na vida doméstica, percebe-se que persiste no senso comum a vinculação da maternidade a uma aura idealizada, diferente da paternidade. Dessa forma, a perspectiva de que o amor materno é incondicional e coloca em segundo plano qualquer outro projeto de vida ambicionado, pressiona as mulheres a corresponder a esse papel idealizado (BADINTER, 1985). E as mães sentem-se culpadas caso não se identifiquem totalmente com esse papel, o que reforça e perpetua esse mito, inclusive através dos homens. Assim, permanece a crença de que o cuidado paterno é dispensável.

Todavia, Cardoso (2005) aponta que com as mudanças nas relações masculinas e femininas, as atribuições começam a mesclar-se, sobrepondo seus papéis. Os pais e as mães passam a realizar atividades complementares, variando as ações conforme a características individuais de cada um, e não mais conforme a diferença entre gêneros. Ainda sim, Sousa (2010, p.62) ressalta que o homem estaria em dupla desvantagem no cenário que se refere aos cuidados com os filhos, pois “além de não ser visto como portador de um ‘instinto paterno’, ou seja, marcado pela lei da natureza, não lhe é permitido aprender a ser pai, pois ele não é socializado para isso”. Tradicionalmente, os homens, ainda, são ‘treinados’ a assumirem a função de provedor econômico.

Em contexto de rompimentos conjugais, Warpechowski e Mosmann (2012) apontam que o afastamento físico dos filhos pode gerar uma série de conflitos e ansiedades nos genitores. Isto porque, em primeiro lugar, a vivência atual os remete ao próprio relacionamento com seus pais e, em segundo, porque pode haver uma série de expectativas

(irreais) em relação à constituição de sua própria família e à criação dos filhos. Em suma, aspectos de relacionamentos anteriores introjetados somam-se aos aspectos práticos para formar o tipo de pai que cada um pode e quer ser.

Hennigen e Guareschi (2002) desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo era identificar as expectativas dos homens diante da paternidade. Os participantes pontuaram a busca de diálogo e de intimidade e preocuparam-se com sua responsabilidade diante dos filhos; criticaram o estilo de seu pai, mas muitas vezes se sentem desconfortáveis quando assumem outra posição. Enfatiza-se a necessidade de uma reconstrução da posição dos homens/pais para que eles possam assumir a própria masculinidade exercendo uma *paternagem* conectada com afetos e prazeres. A ênfase do discurso destes pais pousa sobre a participação, que define novas atitudes no cuidado e na relação com filhos e não está, como poderia se pensar, atrelada à convivência cotidiana.

Entretanto, Sousa (2010) nos sinaliza a importância de pontuar a influência das representações dominantes sobre as atitudes de homens e mulheres que atravessam as relações cotidianas e os modelos parentais. O termo *paternagem*, bem como o vocábulo *maternagem*, são utilizados na literatura para se referir aos cuidados realizados por pais e mães. Todavia, na sua definição original, a *paternagem* relaciona-se aos cuidados executados tradicionalmente pelas mães. Compreende-se, que apesar dos termos diferenciados, o cuidado em relação aos filhos continua identificado à figura materna. A autora identifica que a utilização do termo carrega consigo, implicitamente, “a representação dominante de que os cuidados infantis são responsabilidades das mulheres” (SOUSA, 2010, p.67).

Muitos estudiosos concordam que a literatura promove uma supervalorização da maternidade em detrimento da paternidade (BRITO, 2008b; CARDOSO, 2005; SOUSA, 2010). Contudo nos últimos anos, houve um aumento significativo nos estudos direcionados à paternidade, desde o relacionamento pais e filhos, ao processo de construção da paternidade e inclusive a participação paterna na gravidez e o envolvimento materno com o bebê. (BORNHOLDT, 2002; BOTTOLI, 2010; BRITO, 2007, 2008a, 2008b; CASTOLDI, 2002; LEVANDOWSKI; PICCININI, 2006).

Apesar da contemporaneidade dar visibilidade a importância da paternidade, os pais homens ainda se deparam com muitas contradições também no âmbito legal ao buscarem exercer sua paternidade de maneira que atendam às novas demandas sociais. Um exemplo disso é a disparidade do tempo disponível para as licenças maternidade e paternidade, sendo que até 1988, nem mesmo esses dias eram disponibilizados aos pais. Outro exemplo, que já

foi amplamente discutido neste estudo, refere-se à guarda dos filhos. Apesar das várias modalidades de guarda ainda prevalece à guarda unilateral materna, reforçando a primazia feminina no cuidado e na proteção dos filhos. Esse aspecto deve-se também ao Sistema Judiciário ainda ser fortemente atrelado a modelo tradicional de parentalidade (STAUDT; WAGNER, 2008),

Esse contexto fortalece o sentimento de despreparo ou de menos capacidade para os pais assumirem sozinhos a responsabilidade pelos filhos. Os resultados apresentados no capítulo 3 corroboram com esse dado, pois, dos oito pais entrevistados, apenas um estava com a guarda de um dos dois filhos, sendo que a maioria referiu que no momento da separação ainda pensou em reivindicar a guarda dos rebentos, mas depois perceberam que era melhor deixá-los sob os cuidados da mãe ou avó, pois estavam sendo melhor cuidados. Portanto, muitos pais ainda acreditam que a mãe/mulher tem mais relevância na vida dos filhos, assim como possuem mais habilidades com nos cuidados realizados (STAUDT; WAGNER, 2008).

#### 4.1 Os cuidados paternos: *eu fazia tudo pro meu filho, a única coisa que eu não fazia era dá mama pra ele.*

Existe uma percepção da paternidade que rompe com o lugar tradicional ao relacioná-la ao envolvimento afetivo e ao cuidado dentro da família. De acordo com Freitas et al., 2009, “esse modelo de paternidade é parte de um movimento que se fortalece no presente, negando a predominância das relações tradicionais pai-filho cuja forma de viver a paternidade era pautada no sentimento de abandono afetivo do filho por seu pai” (, p.89). As pesquisas atuais sobre cuidados e envolvimento paterno destacam que hoje se espera que o pai seja participativo na relação com os filhos, dedicando o seu tempo ao compartilhamento de vivências, atuando na educação e cuidados e, principalmente, disponibilizando-se emocionalmente para estar com os filhos (BOTTOLI, 2010; CARDOSO, 2009; GABRIEL; DIAS, 2001; FREITAS et al, 2009; SUTTER; BUCHER-MALUSCHKE, 2008; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012).

Entretanto, ainda permanece a crença de que os homens não sabem cuidar dos filhos, de modo que parece haver um paradoxo entre as exigências feitas e as possibilidades disponíveis a esses pais (CREPALDI et al, 2006; BOTTOLI, 2010). Costumeiramente, pais participativos na vida dos filhos costumam não ser reconhecidos e valorizados pelo engajamento no cuidado, seja pelas mães ou por toda a sociedade. Este contexto torna-se

ainda mais fragilizado, pois espera-se que estes pais sejam os provedores da família (GABRIEL ; DIAS, 2011).

Em relação aos cuidados paternos, pode-se perceber diferenças em três momentos de transição familiar: no casamento, no período pós-término e na separação já ‘estabilizada’. De acordo com os relatos dos pais, os cuidados e o envolvimento parental que tinham com os filhos durante o casamento mudaram consideravelmente após o rompimento. Alguns pais relataram ainda a dificuldade de manter o contato durante o período de pós-separação, quando os ânimos ainda estavam exaltados.

Freitas et al (2009) apontam que a identidade paterna está ancorada na identidade masculina, que por conseguinte está pautada nos padrões de gênero que relacionam a visão de homem ao referencial de masculinidade hegemônico. Este referencial iguala o ser homem e ser forte, capaz e provedor, como é relatado pelos pais quando questionados quais eram os cuidados e/ou responsabilidades que tinham com os filhos quando casados:

ah não faltar as coisas, fazer bico para não faltar fralda, leite, roupa, essas coisas mesmo...( Paulo)

é tipo assim, quando nós éramos juntos eu trabalhava pela madrugada, pegava cinco horas da manhã e largava meio-dia, esse processo de cinco ao meio-dia era tudo ela que fazia... ela que levava na escola, ela que dava banho... quando eu chegava, eu dormia (risos), eu dormia... e pela tarde eu só fazia dá meus passeios, passeava, no máximo, dava janta e ia...(Fernando)

porque ela não trabalha entendeu, para não faltar pra ele (...) eu do tudo pra ele, não falta nada.(André)

como eu to te dizendo, não dava pra mim fazer tudo só quando eu chegava que eu tomava conta a noite as vezes... (...) trabalhava de manhã até a noite aí não tinha muito tempo pra ta ficando com ele, só chegava pra me jogar na cama e dormir. (Alexandre)

eu tava presente porque geralmente o pai ele trabalha, ele tem que trabalhar entendeu (Aldo)

Ao serem perguntados sobre os cuidados, a primeira fala desses pais foi relacionada ao sustento econômico, a fala “para não faltar” se repete. Constata-se nos relatos um posicionamento tradicional do lugar do pai e da organização da família, haja vista que as mulheres não trabalhavam fora, mantendo-se exclusivamente nos cuidados do lar e da prole e, conseqüentemente, mantendo os homens também no lugar de único provedor. Apenas André refere que compartilha a responsabilidade pelos cuidados paternos além da preocupação com o provimento financeiro do lar. Os demais participantes delegaram todas as responsabilidades dos filhos às mães, bem como as atividades domésticas. Esses dados divergem de Sutter e Bucher-Maluschke (2008) e Gabriel e Dias (2011), que apontam um posicionamento cada

vez mais distante do pai, retratado como “ganha pão” apresentado. Outro aspecto destacado é o cansaço em função da jornada de trabalho, sendo esta a principal justificativa para a ausência dos cuidados. Este aspecto corrobora com Castoldi (2002) ao pontuar o trabalho como uma dificuldade para o envolvimento paterno com os filhos.

Contudo, o homem pode atravessar a gestação e o nascimento dos filhos e atribuir diferentes significados, transformações e responsabilidades que antes não existiam (GABRIEL; DIAS, 2011). Nesse entendimento, Silva (2005a) aponta a variação nos níveis de envolvimento paterno dos pais nos cuidados com os rebentos, uma vez que desde o início da gravidez pode-se encontrar pais alheios à gravidez e ao parto, não desenvolvendo um envolvimento com seu bebê, bem como pais extremamente participativos desde o início da gestação, que buscam acompanhar a evolução do desenvolvimento dos filhos, através do acompanhamento em consultas, pré-natais, sentindo a barriga, e quando ocorre o nascimento, através do revezamento e compartilhamentos das tarefas, como é relatado a seguir:

(...) arrumava a casa, fazia a comida, deixava tudo pronto, sete e meia da manhã já tava o almoço pronto para eu poder ir para o trabalho e ela só tinha o cuidado de amamentar a Ângela. A medida que a Ângela foi crescendo eu sempre fiz questão de levar na escola, de apanhar na escola, de estar perto mesmo assim... Às vezes eu estava no trabalho e ela ligava pra mim ‘olha tem um trabalho da escola, eu faço logo?’, eu falava ‘não, quando eu chegar em casa eu faço, eu ajudo’, então com a Ângela e o Raion eu sempre tive essa relação de cuidado. (Ricardo)  
nós morava numa kitnet... como ela não podia fazer as coisas, eu fazia tudo pro meu filho, a única coisa que eu não fazia era dá mama pra ele. Eu banhava, passeava de sol de manhã cedo com ele... (André)

Os homens relataram sua participação no momento do pós-parto, quando o casal estava se ajustando à nova rotina com o filho recém-nascido, evidenciando a preocupação não apenas com a divisão dos cuidados do rebento, mas também com a condição da parceira e das atividades do lar. Esses dados assemelham-se à denominada paternidade participativa, termo cunhado por Sutter e Bucher (2008), na qual o pai cuida e se envolve profundamente no dia-a-dia dos filhos, desde a alimentação, a higiene, a educação até o lazer. Como constata-se no trecho seguinte:

Banho, ... limpava ele, fazia tudo pra ele, pegava as fraldas (...) e quando era tempo de folga eu saía com ele para trabalhar, a gente ia no bosque, pegava uma praia, eu tenho um primo que morava no Mosqueiro, a gente parava final de semana em Mosqueiro... aí essa era a relação... (André)  
Aí eu ficava lá enquanto a mãe trabalhava, eu dormia com ela, banho eu não dava quem dava era a avó, era muito pequenina ainda e eu tinha medo ainda, eu passeava para banho de sol de manhã, botar pra arrotar, era

essas coisas básicas que eu fazia... ia no posto médico tomar vacina... (Mauro)

eram todas, com filho né, eram todas possível... quando ela saía pra trabalha eu fazia a comida deles, eu dava a comida deles e tudo... dava banho, arrumava, passeava... sempre fui pai.(Aldebaran Filho)

Novamente, os pais relatam seus cuidados com os filhos, inclusive Aldebaran Filho identifica os cuidados com os filhos ao significado da paternidade – “sempre fui pai” – como se afirmasse “sempre cuidei, por isso sou pai”. Outros estudos também apontam que os pais se percebem presentes e próximos aos filhos, estando felizes no seu desempenho das funções paternas. Muzio (1998) utiliza o termo “pai nutridor” para denominar os pais que buscam uma relação próxima e empática com os filhos e compartilha igualmente com a mãe os cuidados parentais das crianças, tanto física quanto emocionalmente. Essa relação próxima manteve-se após o rompimento como relatam os colaboradores:

quando to com ele, tudo sou eu, como ele tem 4 anos já pede, o pinico pra fazer coco... eu que do banho, coloco pra dormir, sou eu que faço as coisas quando ele ta em casa.(André)

eu sempre compartilhei tudo, escola eu sempre vou até porque sou eu que pago ( Aldebaran Filho)

(...) por nos morarmos um tanto quanto próximos ela praticamente ta diariamente na minha casa, ela vai a hora que quer, ela chega a hora que quer, tanto que na minha casa tem o cantinho dela, na casa dela ela tem as coisas dela e na minha casa ela também tem as coisas dela. As vezes tarde da noite ela liga ‘pai eu quero dormir aí’, aí eu pego minha moto e apanho ela, e dorme em casa. (Ricardo em relação a filha do 1º casamento)

Os participantes relataram os cuidados com higiene e educação com os filhos, o que indica que eles têm o livre acesso aos rebentos, possibilitando estar sempre presentes na vida diária dos mesmos, e vice versa, como pontua Ricardo sobre os dias em que a filha pede para dormir na sua casa. Estes encontros não estão engessados em visitas, momentos programados de convívio. É necessário reafirmar que essa relação depende diretamente do relacionamento entre os ex-casais, sendo que André e Ricardo possuem um bom relacionamento interparental com suas ex-cônjuges. Entretanto, Aldebaran Filho é exceção nesta situação, pois, mesmo tendo vivido tantos conflitos decorrentes do rompimento, conseguiu manter o convívio com os filhos.

Em Sutter e Bucher-Maluschke (2008), percebeu-se que os sentimentos vividos pelos pais são muito semelhantes aos vivenciados pelas mães. Porém, há a especificidade na maneira como descrevem o cotidiano com os filhos, com as tarefas do dia-a-dia: mais lúdico, mais prático e com mais facilidade para frustrar o filho. Assim, os homens diferenciaram sua forma de cuidar ou de se relacionar com a criança, de modo que eles não vivenciam a



paternidade numa relação paralela com a mãe. Em consequência, os ressentimentos com as mães dizem respeito à falta de reconhecimento dessa diferença ou à falta de confiança em sua capacidade de cuidar do filho pequeno.

Alguns pais relataram muitas dificuldades em manter os cuidados parentais com os filhos no momento imediato do pós-divórcio. Warpechowski e Mosmann (2012) identificaram que nesse contexto de conflitos, alguns pais têm a sensação de estranhamento com o filho a cada encontro, devido ao afastamento provocado pelo divórcio, como se perdessem espaço nas relações parentais. Essa sensação pode propiciar o afastamento do pai caso a mãe não flexibilize um espaço para que a função paterna continue sendo exercida pelo pai, como podemos perceber no relato dos pais abaixo:

ela me mandou embora aí quando ela não tava lá eu ia pra lá, ficar com a neném, depois que ela chegava eu ainda ficava lá por um tempo, alguns minutos mas depois eu voltava pra casa. (Mauro)

ele saiu daqui bebê e voltou com 8 anos (...) eles conseguiram vir algumas vezes pra cá (Belém), consegui ter um contato com ele, eles vieram e ficaram na casa de uns parentes e trouxeram ele aqui em casa pra gente dá uma olhada nele. (Alexandre)

sempre convivi, e eles não se deixavam ser atacados, quando me viam berravam, choravam ‘eu quero meu pai’, ‘eu vou com ele’, eles não deixavam, eles sempre foram muito próximos de mim também. Se eu fosse buscar eles e ela dizia vocês não vão com ele, eles começavam a berrar, chorar, gritar e tinham que ir, ta entendendo. (Aldebaran Filho)

A dificuldade de manter o vínculo com os filhos após o rompimento amoroso é pontuada pelos colaboradores, assim como as tentativas de continuar a conviver com os rebentos, como demonstrado por Mauro, até o afastamento completo, como ocorreu com Alexandre. Essa dificuldade de convivência dos pais com os filhos é amplamente evidenciada e discutida na literatura (ALEXANDRE; VIERA, 2009; BELTRAME; BOTTOLI, 2010; BOTTOLI, 2010; BRITO, 2006, 2007, 2008b, 2012; BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010; CARDOSO, 2009; CERVENY, 2006; CREPALDI et al, 2006; GABRIEL; DIAS, 2011; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010a, 2010b; WALLERSTEIN; KELLY, 1998; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). Em algumas circunstâncias, pode-se constatar que o afastamento da prole se estendia à linhagem paterna. Percebendo-se afastados dos filhos, os pais sentiam-se desqualificados em relação ao seu lugar paterno (BRITO, 2008b). O colaborador Aldebaran Filho relata que, apesar das tentativas de impedimentos no contato com os filhos, conseguiu com a ajuda deles, levá-los consigo, mantendo-se presente nas suas vidas dessa forma. A manutenção dos cuidados parentais após o divórcio é um “desafio

doloroso diante do embaraçoso poder das mães de seus filhos” (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012, p.253). Contudo, outros pais, optam por manter-se distante dos filhos frente a esse desgaste emocional após o rompimento, como podemos constatar abaixo:

tipo assim tanto eu não deixo faltar as coisas dele porque as vezes ele adocece e precisa de dinheiro, as vezes eu também preciso, é pouquíssimo que eu vejo ele, quando não ela trás ele aqui. (Alexandre)  
(responsabilidade) toda dela entendeu, a não ser a parte financeira que sou eu (Aldo)

Esses pais delegam a responsabilidade dos cuidados às mães dos filhos, mantendo-se responsáveis pelo sustento financeiro. Conseqüentemente, percebe-se uma quase ausência de voz nos cuidados paternos. Esses dados corroboram com Bustamante (2005), para quem o papel de provedor era visto pelos pais como o mais importante componente da paternidade. Dessa forma, os homens permanecem sendo representados e representando a si mesmos com papéis fora do centro das interações familiares (DESSEN; LEWIS, 1998). Assim, a divisão de tarefas continua utópica, mantendo as mulheres responsáveis pela grande maioria dos cuidados infantis (JABLONSKI, 2007).

Ainda no que se refere aos cuidados paternos após o rompimento conjugal, Grzybowski e Wagner (2010b) avaliaram o envolvimento parental em cinco áreas: envolvimento afetivo, envolvimento didático, envolvimento social, envolvimento disciplinar e responsabilidade. Os resultados demonstraram maior envolvimento materno do que paterno com os filhos após o divórcio, sendo que quase todas as mães da pesquisa tinham a guarda dos filhos. Portanto, identificou-se que a coabitação interfere significativamente nas dimensões de envolvimento parental analisadas (BRITO, 2008b; GABRIEL; DIAS, 2001; SOUZA, 2000; WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). A coabitação com a mãe mostrou ser uma variável significativa associada ao maior envolvimento dela em atividades no espaço privado/doméstico, enquanto os pais tiveram maior envolvimento no espaço público/social.

Esses resultados corroboram com os encontrados por Crepaldi et al (2006), que perceberam que os pais realizavam mais atividades públicas e de lazer com os filhos como sair, brincar, conversar e cantar do que as mães, e nem todas consideravam isso como uma atividade de cuidado. Portanto, constatou-se que o pai aproveita diferentemente da mãe o tempo que passa com as crianças, e isso pode estar diretamente relacionado ao tempo de convívio com os filhos após a separação e, conseqüentemente, as funções “delegadas” a esses pais pelas detentoras da guarda – as mães, como identificamos a seguir:

(...) o lazer deles... faço um passeio, saio com eles, eu adoro ir pro bosque...  
(Fernando – em relação a filha)

(...) sempre que eu posso eu vou (...) assim né? Nos finais de semana, dá vontade eu vou, pego ela pra ir no shopping, no clube, ou no parque, eu (...) tento ficar com ela assim o tempo máximo possível, eu não posso deixar passar a infância dela. (Mauro)

(...) só levo ela no lanche, essas coisas (Paulo)

Os pais relatam os cuidados com os filhos relacionados às atividades sociais e de lazer. Em algumas situações, a diminuição do contato com os filhos pós separação fez com que o pai buscasse uma vivência de maior qualidade para compensar a ausência diária, e comumente voltava-se para atividades de lazer, com enfoque recreativo e como forma de aproveitarem o tempo juntos (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). Cardoso (2009, p.20) refere que muitos pais separados são conhecidos como “pais de fim de semana”, pois encontram os filhos quinzenalmente. Todavia, há também muitas críticas de pais sobre esse lugar que o pai passa a ocupar, do pai passeio, no qual tem obrigação de “sair” com o filho em todos os encontros. Alguns, inclusive, sentem-se rejeitados quando os filhos não concordam com a programação escolhida por eles (BRITO, 2008b).

Grzybowski e Wagner (2010b) apontou que a frequência de visitas paternas está relacionada à qualidade do envolvimento parental, reforçando a ideia de relação entre visitar os filhos com mais frequência (estar mais próximo) e se envolver mais com eles nas práticas parentais educativas. Novamente, a pesquisa aponta que a coabitação materna tem relação direta com o nível de envolvimento parental e que, se o cenário fosse outro (guarda paterna), os resultados poderiam ser diferentes. Esse estudo ratifica a necessidade da convivência com ambos os pais e a dificuldade de ser pai ou mãe “visitantes”. Em Brito (2008b) os pais admitiram que o pai que não é o guardião é totalmente diferente do pai guardião. Os relatos a seguir marcam a diferença do pai que mora com o filho para o pai que não mora em relação aos cuidados paternos dispensados:

a última vez que eu o vi foi agora nesse último final de semana que ele foi na quinta-feira e eu que fiquei segurando ele até na segunda-feira, porque ela fica ligando ‘ah eu acho que eu já vou pegar ele aí’... Eu não debato isso com ela sabe, não sou de ficar dizendo ‘não, negativo, ela vai ficar aqui comigo porque ele veio ontem’, se ela disse assim ‘ele vai amanhã pra’í mas volta amanhã’, eu digo ‘tudo bem, se tu queres pegar ele pode pegar’...  
(Ricardo – em relação ao filho do 2º casamento)

de manhã eu levo ele para escola, eu saio pra trabalhar é...eu pego 9 horas da manhã, eu acordo 7:00, 7:30 eu do um banho nele (limpa os olhos), faço todo aquele processo, passo talco, blá blá blá, arrumo e levo ele, na vinda do colégio quem vai buscar ele é minha mãe (...) a noite quando eu chego ele já ta jantado, aí eu fico lá na frente pr’a ele brincar um pouco, nós entra

e dorme...essa é a lida todos os dias... fica num círculo (percebo que os olhos estão novamente muito brilhantes) (Fernando)

Enquanto Ricardo, que não possui a guarda do filho, expõe a dificuldades de manter o contato próximo ao filho por conta das dificuldades ainda provenientes do relacionamento com a ex-esposa, Fernando relata seus cuidados diários com os filhos desde o despertar até o momento em que retorna do trabalho. Pode-se constatar que, apesar do trabalho consumir a maior parte do dia deste colaborador, ele tem o momento em que exerce os cuidados paternos. Warpechowski e Mosmann (2012, p.253) perceberam que muitos pais tem uma crença sobre como a guardiã determina, ou poderia determinar a opinião dos filhos a seu respeito – “um pai construído no discurso da pai”. Essa crença promove uma sensação de ameaça à relação pai e filho, deixando os não-guardiões coagidos a não demonstrarem sua insatisfação.

#### 4.2 Os cuidados de meninos e meninas: *tocar na minha filha eu nunca gostei*

Ainda em relações aos cuidados paternos, alguns pais relataram significativas diferenças nos cuidados e preocupações referentes aos filhos homens e às filhas mulheres. Jablonski (2007) identificou que um dos fatores relacionados ao maior envolvimento paterno é o sexo dos filhos, uma vez que os meninos parecem receber mais atenção dos pais. Esta posição é identificada no relato de Fernando:

essa divisão também foi meio complicado...não, porque acho que o homem se identifica mais com o menino ( Fernando)

O colaborador refere que apesar da divisão das guardas ter sido difícil, justificou a escolha da guarda do filho por acreditar que o pai se identifica com o filho homem. É importante ressaltar que este é o único genitor que possui a guarda de algum dos filhos. Grzybowski e Wagner (2010a) referem que os pais relatam ter dificuldades de conversar com os filhos do sexo masculino sobre determinados assuntos, mas sempre buscam se aproximar e tentar conversar para orientar a prole. Os relatos a seguir pontuam essa diferença marcante de gênero nos cuidados, principalmente porque os dois pais têm filhos de ambos o sexo, e relatam como são seus cuidados com os filhos homens:

Com o Raion não, a gente tomava banho junto e brincava muito na água, as vezes ele fazia as necessidades dele e eu que ia lá e limpava ele, dava banhinho nele, sempre essa parte com o Raion foi mais natural, o banho... (Ricardo)

no meu filho eu mesmo do banho, praticamente nós dois tomamos banho juntos, sabe...outra pergunta. (Fernando)

Os colaboradores Ricardo e Fernando pontuam a facilidade de exercer um momento bem significativo de cuidados parentais, o banho dos filhos, principalmente quando comparados com as meninas. Nota-se a tranquilidade com que os pais referem o banho nos filhos, inclusive referem tomá-los junto aos rebentos, bem como a facilidade em realizar a limpeza quando necessário, o cuidado é natural. Em pesquisa semelhante, constatou-se que a questão do “gênero do progenitor e do filho” ainda determina, muitas vezes, as relações e as práticas educativas dentro das famílias. Essa diferença é marcante na dificuldade que os pais homens tem de conviver com os filhos muito pequenos por conta dos cuidados que requerem (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010a, p.80). Piccinini et al (2004) perceberam que apesar das mudanças relevantes quanto à experiência da paternidade na gestação, período tradicionalmente restrito ao universo feminino, muitos pais ainda encontram dificuldades diante do vínculo e da sua participação nesse período, confirmando a variável no que se refere ao envolvimento paternos entre os pais. Essa postura é relatada pelos pais em relação à dificuldade nos cuidados com as filhas, como é mencionado abaixo:

Quando ela era menor eu não pegava muito a Pauly por causa do assim... dos cuidados, da banho, limpar, essas coisas...eu não me sinto bem em fazer isso porque ela é menina entendeu? (...) tocar na minha filha, eu nunca gostei( ...) não, até dava comida de vez quando, mingau, lava as fraldas dela, as roupinhas de pano, mas em relação a trocar ela, dá banho essas coisas não eram comigo não. (Paulo)

Tudo (interrompe minha fala), banho, comida... depois dos 3 anos da Angela eu me privei de dá banho nela, eu já não quis dá banho nela. Eu via ela como menina e achava que não tinha nada haver dá banho nela, nunca gostei de homem dá banho nela assim, as vezes tinha um tio e eu dizia ‘deixa que a mãe vai dá banho nela’, eu tive muito esse cuidado com ela. (Ricardo - em relação a filha do 1º casamento)

(...) eu não sei dá banho em menina, eu não sei o que tem que fazer, como tem que lavar, sabe assim? Eu não sei dá banho... (Fernando)

Observa-se que os pais mencionaram vários cuidados dispensados com os filhos, como alimentar, lavar as fraldas e as roupas, mas no que se refere ao banho é o limite. Alguns referem não se sentirem confortáveis e outros não saberem como fazer, sendo esse cuidado delegado às mães. Em Bustamante (2005) percebeu-se também que os pais não realizavam atividades de higiene e outros cuidados, especialmente com as meninas. Todavia nem todos os genitores tinham essa resistência, assim como nesta pesquisa, nem todos os colaboradores relataram essas diferenças.

Brito, Cardoso e Oliveira (2010) pontuaram que alguns homens relataram situações que não são socialmente facilitadas para os pais separados, como o fato de um pai, quando está sozinho e fora de casa, precisar levar uma filha pequena ao banheiro, discurso que surpreendeu várias mães. Além disso, referiram dificuldades também sobre as meninas pequenas quererem levar, para a casa do pai, amiguinhas para brincar.

#### 4.3 O relacionamento com os filhos: *eu pensei que ela fosse mudar também, mas não, ela continua a mesma coisa.*

Observa-se que na atualidade há uma busca pela qualidade dos relacionamentos, com uma ênfase na intimidade que substitui a relação de autoridade dos pais. Assim, o vínculo do homem com os filhos vem sendo discutido num sentido bem mais ampliado, através de ‘um estar juntos’ revitalizado. O divórcio pode favorecer a ruptura ou o enfraquecimento do relacionamento, bem como pode criar possibilidade para o homem reconstituir uma ligação afetiva com os filhos, com base em algo indefinido, que se constrói e reconstrói a cada gesto, situação cotidiana, encontro (SILVA, 2005a).

Conforme Warpechowski e Mosmann (2012, p.256), a qualidade do vínculo paterno não ocorre imediatamente após a gravidez e, portanto, também não se finda com o rompimento conjugal. Constrói-se, através de um processo complexo, em que os aspectos do vínculo, uma vez estabelecidos, “tendem a ser permanentes e provavelmente se expressarão na forma como os pais irão reorganizar sua participação afetiva na vida dos filhos após o divórcio”.

Grzybowski e Wagner (2010a) constataram nos relatos de alguns pais homens divorciados, a compreensão da influência mútua entre o subsistema conjugal e o subsistema parental, como se um só pudesse funcionar bem se o outro também estiver bem, mesmo após a dissolução do casamento, dessa forma:

Pais e mães referiram que a criança é um ‘personagem ativo’ no processo educativo familiar, ou seja, ela não é apenas um receptor da educação fornecida pelos pais, mas aprende e constrói sua aprendizagem, especialmente na situação do divórcio, na qual ela experimenta algo diferente de outras famílias intactas, tendo que sintetizar a convivência com duas famílias. A sua ‘personalidade’ também pode facilitar ou dificultar a proximidade entre os pais e os filhos, pois o jeito como demonstram (ou não demonstram) o afeto pelo pai não residente pode aproximá-lo ou afastá-lo (p.83).

Essa reciprocidade como fortalecedora do vínculo entre pais é também identificada no relato a seguir, bem como o divórcio como um contexto que possibilita que o relacionamento pais e filhos continuem fortalecidos e até melhorados:

eu convívio diariamente com ela, ela me liga todos os dias, manda mensagem pra mim todos os dias, e eu idem né, respondo também...eu a levo na escola, eu a tiro da escola, ela dorme comigo, ela vai pra minha casa a hora que ela quer, nos finais de semana ela vai pra minha casa, quando a mãe dela quer sair ela liga. (Ricardo – em relação a filha do 1º casamento)  
eu pensei que ela fosse mudar também, mas não, ela continua a mesma coisa. (Paulo)  
acho que melhorou muito depois da separação, melhorou muito entendeu (André)

Percebe-se no relato um relacionamento próximo entre os pais e os filhos, sendo notada inclusive a surpresa de um pai por perceber que a relação atravessou o divórcio e permaneceu a mesma. O exercício da paternidade com condições de igualdade com a mulher traz implicações diretas para os filhos, uma vez que o papel de cuidador é ampliado, sendo aguardado que ele tenha mais cuidado, atenção e carinho com os filhos (BOTTOLI, 2010).

Para Brito, Cardoso e Oliveira (2010), os pais homens relataram que no momento da dissolução conjugal não perceberam que acarretaria um grande afastamento dos filhos, na medida em que logo após saírem de casa já eram designados como visitas, por conseguinte, ocorreram mudanças drásticas no relacionamento com os filhos. Os colaboradores a seguir relatam as mudanças no relacionamento com os filhos por conta da relação conturbada com a ex-esposa:

a minha relação com a mãe dele influencia no meu contato com o Raion bastante porque ela estreitou muito isso. (Ricardo – em relação ao filho do 2º casamento)  
eu só encontro com elas quando eu vou pega elas pra sair ou quando eu vou visitar, pra lá, totalmente pra lá(...) pouco contato, mais telefone (Aldo)  
hoje eu to distante da minha filha, ela me mandou umas mensagens e disse pra eu esquecer ela como pai, ela tem 19 anos, mas isso tudo quem causa é a mãe dela, a mãe dela sempre jogando a menina contra mim, já meu filho não, é muito bem relacionado comigo, gosta de ta comigo, gosta de moto, que ta sempre do lado do pai... quer moto, quer dinheiro, ta sempre perto de mim... mas ela a mãe dela sempre tentou jogar ela contra mim, e depois de velha ela ta caindo na lábia da mãe dela, me mandou umas mensagens antes do fim do ano muito ofensiva sabe, braba, pra eu esquecer ela como filha... (Aldebaran Filho)

O colaborador Ricardo pontua o afastamento do filho proporcionado pela ex-esposa do segundo casamento, bem diferente do relato anterior em relação à filha do primeiro

casamento. Aldo é impedido pela ex-esposa de levar suas filhas para sua casa devido estar namorando, portanto só consegue mantê-lo por telefone e quando leva as filhas para passear. Enquanto Aldebaran Filho que, mesmo após 17 anos de separação ainda sofre suas consequências, demonstra que o tempo nem sempre suaviza ou finda os conflitos conjugais. Interessante que este colaborador pontua a boa relação com o filho atravessada por questões financeiras – “quer moto, quer dinheiro, ta sempre perto de mim” – corroborando com a literatura que aponta a questão financeira pode ser um reforçador da proximidade com o pai (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). Nesse contexto de conflitos ainda, alguns pais optam por um relacionamento distante com os filhos:

Como a mamãe fala ‘teu único erro é não dá atenção, precisas dá mais atenção pro teu filho’. É o único erro onde eu to errando só. Eu tenho pouquíssimo contato com ele, só quando eu vou lá às vezes, acontece alguma coisa e eu preciso ir lá pra saber como ele ta, converso com ele um pouquinho. (Alexandre)

Alexandre refere que o único erro é não dar atenção ao filho, remetendo novamente à questão do pai tradicional e do lugar de provedor. Ao longo da fala dele, percebe-se a preocupação com o sustento econômico do filho, sendo inclusive mais importante que estar próximo do mesmo. O dever do pai tradicional é prover, garantir o sustento, deixando-o os cuidados às mães - a atenção. Estudos com filhos de pais separados, apontam que o principal impacto do rompimento foi a mudança na relação com os pais e a redução de convívio (SOUZA, 2000). Em Brito (2007), os filhos referiram ainda o ressentimento pelo afastamento físico e emocional dos pais homens.

#### 4.4 O nome dos filhos: *é só mudar a última letra do meu nome.*

Quando um filho nasce, vem encarregado de ocupar um determinado lugar, além de ser depositário de inúmeras expectativas, uma vez que a família transmite padrões que vão se repetindo ao longo das gerações e são carregadas de mitos, tabus e legados. Neste estudo constatou-se que seis dos oito homens entrevistados tinham o nome dos filhos semelhantes ou começando com a mesma letra que os seus.

Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2007) apontam que desde o momento da concepção o indivíduo está marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais e mitos familiares que se inscrevem e estruturam o psiquismo. Dessa forma, o bebê retoma e encarna o ideal narcísico dos pais, e ao mesmo tempo, se alimenta desse ambiente narcísico para se constituir



como sujeito e, num futuro, constituir novas conjugalidades e bebês. As autoras inserem a noção de transmissão psíquica geracional, a qual se refere:

à inscrição do sujeito na cadeia da qual ele é o elo e se submete, ao mesmo tempo, à estruturação da subjetividade, ao desenvolvimento psíquico daquilo que o sujeito herda, ao seu pertencimento ao grupo familiar e às formações intermediárias que articulam os espaços psíquicos intra e intersubjetivos (p.253).

A transmissão geral implica a procedência de outro sujeito, de forma que o indivíduo tem como tarefa, construir, organizar e transformar suas heranças, elaborando-as. Esse reconhecimento do sujeito como semelhante aos demais e o sentimento de pertencimento ao grupo familiar propicia a identificação e a diferenciação. Para tanto, é necessário que ele se aproprie da sua história, de sua marca e ocupe seu lugar efetivamente. Pode-se crer que a originalidade e a saúde do indivíduo pela forma como reconhece seu destino e imprime sua autoria, integrando o que lhe foi transmitido num movimento criativo (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2007).

A genealogia apresenta-se como um dos fundamentos da ordem social, pois, ao mesmo tempo, ordena os objetos e fornece a marca identitária. A ordem genealógica inscreve o sujeito na humanidade, fornece referências e ferramentas para construção das identidades. Principalmente, ela organiza a ordenação do lugar ocupado pelo sujeito na constituição familiar, os sistemas de ascendência, de descendência e de alianças. A genealogia também implica os processos de classificação e nomeação. A nomeação se refere à atribuição dos nomes de família e do prenome de cada indivíduo, evidenciando o pertencimento ao grupo familiar e a apropriação de uma identidade particular (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2007).

Todos os seis pais colocaram nos filhos o nome com a mesma letra inicial do seu nome, sendo que em alguns troca-se apenas uma letra para diferenciar dos seus. As escolhas foram tanto para os meninos, como para as meninas. O colaborador Aldo escolheu o nome das três filhas com a mesma inicial do seu nome, contudo a ex-esposa também compartilha a mesma inicial. No caso de Aldebaran Filho, o seu nome já é o mesmo que seu pai, de maneira que as três gerações de homens possuem o mesmo nome. Assim, “a família nutre psiquicamente o sujeito desde o seu nascimento até antes de sua gestação, preparando-o um lugar simbólico para recebê-lo, desejando-o, e a mesma tem como missão, lançá-lo no mundo para germinar sua história, seu legado” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 341).

Como já visto, é citado frequentemente o poder das mães sobre os filhos e mesmo a possibilidade da entrada do pai na relação ocorre somente a partir dessa autorização e desejo materno, do ponto de vista da psicanálise. Pode-se compreender essas escolhas dos nomes pelos colaboradores como uma “apropriação” desses filhos antes mesmo dessa “permissão” para assumir seu lugar. Um desejo que esse filho pertença a si e mantenha seu legado.

Pode-se lançar também o conceito de lealdades invisíveis para a compreensão da escolha do nome. A lealdade marca o pertencimento a um grupo e se faz presente tanto como característica grupal, como também uma forma de atitude individual. Na família e nos grupos, a lealdade tem como objetivo a sobrevivência do próprio grupo. Por conseguinte o grau de lealdade do indivíduo será determinado por sua posição no universo, o que se deve ao papel que lhe foi delegado transgeracionalmente<sup>3</sup> pela sua família (BOSZORMENYI-NAGY; SPARK, 1994).

Assim, Krom (2000) refere que as lealdades invisíveis criam uma rede de obrigações no sistema familiar, onde cada membro se sente subordinado às expectativas que deve cumprir. As pessoas que possuem nomes repetidos possuem uma marca familiar, comumente são os filhos “escolhidos” para assumirem responsabilidades de toda ordem. Os momentos de períodos transacionais da família permitem a passagens desses conteúdos intergeracionais<sup>4</sup>. A escolha dos nomes dos filhos, muitas vezes, obedece a essas lealdades, principalmente quando há repetições de nomes na família, assim:

Torna-se evidente que esse sentido que perpassa as gerações é transmitido intergeracionalmente e permeia todas as estruturas relacionadas da família. Vai dando origem aos significados atribuídos às experiências e determinam as hierarquias de valores, influenciando a maneira como a família vê o mundo e o sentido que as pessoas atribuem à própria vida (p.24).

As lealdades mostram-se diretamente relacionadas tanto com a configuração como com a estruturação das famílias, criando laços entre as gerações. No contexto de separações conjugais, permeado de perdas e de dificuldades para manter o relacionamento próximo com os filhos, atravessado por inúmeros conflitos conjugais e familiares, com situações de

---

<sup>3</sup> A transmissão transgeracional refere-se “à transmissão do indizível, do impensável e do inconfessável” (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 342).

<sup>4</sup> A transmissão intergeracional diz respeito “à transmissão do material metabolizado psiquicamente” (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 342).

desqualificação e desautorização dos pais, a manutenção desse legado é um desafio para pais homens separados.

#### 4.5 A ajuda da família: *se não fosse minha família não sei o que seria de mim.*

A rede social de apoio das famílias vem sendo destacada como um dos fatores responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar, especialmente nas transições familiares (DESSEN; BRAZ, 2000). A literatura sobre a paternidade de homens não-guardiões sinaliza a importância do suporte familiar através da relação com a ex-cônjuge, bem como com os vínculos familiares para a manutenção da responsabilidade paterna. (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012)

Nas situações de divórcio, Satir (2010) aponta que a mãe torna-se a figura que agrupa os membros que restam da família, e sua casa acaba sendo o lugar buscado para os filhos nas situações de desamparo. Mesmo com o casamento, o vínculo com a rede familiar mais ampla se mantém, pelas obrigações que persistem em relação aos membros da família, sendo que estes vínculos são refeitos em outros termos. As dificuldades encontradas para as realizações das funções familiares no núcleo conjugal, frente a empregos incertos e uniões instáveis, desencadeiam arranjos que envolvem a rede familiar como um todo, para possibilitar a existência da família, dessa forma:

A família pobre não se constitui como um *núcleo*, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência com apoio e sustentação básica (p.70).

Dessa maneira, a família pobre se constitui através das redes, bem como suas relações familiares se atualizam através dela. Dessen e Braz (2000, p.221) utilizam a noção de rede de apoio social, que se constituiria num sistema formado por objetos, funções e situações que podem oferecer apoio instrumental, como “ajuda financeira, ajuda na divisão de responsabilidades, em geral, e informação prestada ao indivíduo”, e emocional, “refere-se à afeição, aprovação, simpatia e preocupação com o outro e, também, as ações que levam a um sentimento de pertencer ao grupo”, as pessoas em casos de necessidade. Esta rede transforma-se em função do contexto sócio-cultural, do tempo histórico e do momento da vida da pessoa. A rede é fundamental para o enfrentamento de situações de transição, como é o caso da separação conjugal. Nestas circunstâncias, o auxílio oferecido pode englobar aspectos

financeiros e materiais, realização de atividades domésticas e de cuidado da criança, até o suporte emocional.

Os suportes sociais recebidos e percebidos pelas pessoas são fundamentais para a manutenção da saúde mental e principalmente para o enfrentamento de situações estressantes, como o desenlace. A rede de apoio social é composta por pessoas que oferecem suporte à família e ao indivíduo, promovendo, assim, uma melhoria na qualidade de vida dos beneficiados. Dentre estas pessoas, destacam-se os próprios membros familiares, outros parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, companheiros, vizinhos e profissionais, que podem auxiliar de diversas maneiras (DESSEN; BRAZ, 2000).

Nesse entendimento, Fonseca (1995, p.116) apresenta a noção de circulação de crianças, que é encontrada em “toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro” e que mantém estreita relação com a organização que se caracteriza por um trânsito das crianças por diferentes casas, sejam elas de avós, pais e tias, como também de vizinhas e comadres. Esta circulação dá origem a uma série de obrigações e gratidões que configuram um sistema de suporte que pode atingir uma ampla rede. Para algumas crianças ela gera uma situação de diversidades de mães e casas.

Oliveira (2012) ratifica que a circulação ocorre todos os dias, não só com crianças da classe pobre, na qual se mobiliza muitas vezes pessoas que estão além da rede de parentesco para auxiliar os cuidados com as crianças. As famílias de classe média têm possibilidades de buscar outras redes para cuidar desta criança, seja a creche, a babá, ou outras tantas atividades das quais a criança participa e circula. Dessen e Braz (2000) apontam que as mulheres relatam que após o nascimento dos filhos a principal fonte de apoio são os maridos, seguidos do apoio recebido por suas próprias mães. Nessa pesquisa identificou-se que o principal apoio instrumental e emocional encontrado pelos homens divorciados foram as mães e as sogras.

Conforme Araújo e Dias (2000), após os cônjuges e os filhos, as avós são os que mais tendem a sofrer com as dissoluções conjugais, uma vez que se percebe seu envolvimento durante esse momento. As autoras pontuam que o momento do rompimento é um período de instabilidade emocional e de reorganização individual e familiar dos ex-cônjuges, e embora os avós sejam afetados, na maioria das vezes, encontram-se num momento de vida estável, tendo condições de prestar suporte aos netos, filhos e noras/genros. Contudo esta condição está associada a fatores como: distância geográfica, guarda, situação financeira, idade, sexo e estado civil dos avós.

Apesar da relevância, identifica-se que há uma escassez de estudos sobre os avós que experenciam o rompimento conjugal dos filhos (ARAÚJO; DIAS, 2000). Constata-se que os avós assumem não somente a responsabilidade de cuidar de seus netos, sendo um dos recursos utilizados pelas famílias em que pais e mães trabalham, como também auxiliam na educação das crianças, transmitindo experiências, valores e crenças acerca do desenvolvimento infantil. Os avós também são considerados fontes importantes de apoio para a família brasileira, especialmente para aquelas em que as mães possuem uma dupla jornada de trabalho (DESSEN; BRAZ, 2000). Para alguns grupos, a rede de apoio existe para possibilitar que os pais trabalhem fora, pois eles dependem do apoio de parentes para “vigiar” as crianças (OLIVEIRA, 2012). Os colaboradores relatam abaixo a influência das avós, irmãs e sogras nos cuidados dos filhos:

(...) não gosto de me meter não na educação dela, mas tem minha irmã também que é praticamente pai dela, a minha irmã e a minha mãe cobram por mim né... a minha preocupação mais é com a saúde dela. (Paulo)  
 (avó)(...) que vai reuniões... faz todo esse processo escolar é ela que faz, eu não faço nada... (Fernando)  
 (*responsabilidades*) eu passo pra avó, eu converso com a avó, quando tem algum problema é ela que liga pra mim. (Mauro)  
 (...) não era todo tempo que eu tava com ele no colo, quem ficava era mais ela e a mãe dela... (Alexandre)

Pode-se constatar no relato dos colaboradores a importância das avós e das sogras, e no caso de Paulo, de sua irmã, na educação e na criação dos filhos. A colaboração delas chegam a ultrapassar o apoio, tornando-se as únicas responsáveis por aspectos como a educação dos netos, por exemplo – “não gosto de me meter não na educação dela” - e chegam a reduzir suas participações apenas a questões relacionadas à saúde dos filhos. Ressalta-se que a filha de Mauro reside apenas com os sogros, o filho que Fernando possui a guarda passa o dia inteiro na residência da avó materna e Paulo possui convívio com a filha quase exclusivamente através da sua mãe e de sua irmã. Portanto, nessas três situações podemos perceber que os pais dividem e, em alguns momentos, transferem, seus cuidados e responsabilidades paternas para essas mulheres. O relato de Alexandre refere-se ao período de casado, no qual trabalhava integralmente e não tinha tempo para ajudar a esposa nos cuidados do filho bebê e a sogra dividia a responsabilidade dos cuidados. Assim, podemos perceber que a “ajuda” da família está presente desde o casamento dos colaboradores.

Araújo e Dias (2002) identificaram que o apoio emocional fornecido pelos avós aumentou consideravelmente após o rompimento conjugal, bem como os cuidados

instrumentais, como ajudar a cuidar dos netos nos adoecimentos, preparar comidas, levá-los ao médico e ajudá-los em atividades escolares. Foram muito citados os conselhos e a quantidade de ligações. O relato de Fernando a seguir exemplifica a importância da sua mãe na orientação nos cuidados com seu filho:

(...) a minha mãe é uma ajuda, tem vezes que chega o final de semana e to cansando, no domingo assim eu só quero saber de ta deitado, ela fala 'vai, vai passear com teu filho, vai sair com teu filho', aí eu digo 'poxa mãe, to tão cansado, eu tenho só um domingo de folga', mas ela diz 'mas é esse domingo que tu tem pra ter o teu filho'.(Fernando)

O colaborador Fernando relata os conselhos e incentivos de sua mãe em relação às suas responsabilidades com o filho. Nessa mesma perspectiva, Dessen e Braz (2000) constataram que ambos os pais consideram os avós fundamentais para a família, pelo apoio psicológico, pela preocupação com a família, por ajudarem nas despesas materiais e financeiras e ainda por contribuírem com suas experiências de vida para resolver situações difíceis. Ressaltaram que a influência dos avós na família ocorre principalmente na esfera da educação e da criação dos filhos, bem como na orientação da rotina da casa, transmitindo informações e regras. Os relatos seguintes dos colaboradores se referem ao amparo material e financeiro que receberam da família para conseguir exercer suas responsabilidades parentais:

(...) com certeza, fundamental pro pai solteiro desde o início a família apoiar, teve uma ano que eu tava com dificuldade, fizeram o aniversário dele com certeza (...) Se não fosse minha família eu não sei o que seria de mim não (André)  
(...) tinha um tempo que a mamãe mandava as 'coisa', mamãe mandava uma cesta básica e um dinheiro para ajudar na conta de água e de luz, quase eu não parava muito porque eu saia mais para trabalhar naquela época... (Alexandre)

Os colaboradores André e Alexandre relataram a importância da família em relação ao apoio econômico. O relato de Alexandre é do período em que se encontrava casado, inclusive residindo na casa da sogra, e o de André é do período posterior à separação. Assim, novamente percebemos que o apoio das avós esteve sempre presente na trajetória dos filhos e dos netos. Para Satir (2010) as dificuldades encontradas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadear arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência de uma família.

**5.6 Ser pai separado:** *acho que se eu fosse um pai não separado estaria mais perto e protegendo eles.*

O lugar do pai parece ainda ser desconhecido para alguns homens. Contudo, busca-se uma tentativa de romper com a condição de observadores, para tornarem-se sujeitos de suas próprias relações. Percebe-se uma tentativa de constituir um ser pai a partir do envolvimento mais próximo com os filhos e não apenas tendo como referencial definições do que vem a ser pai respaldados nos estudos contemporâneos (SILVA, 2005a).

Hennigen e Guareschi (2002) apontam que a mídia tem fornecido importante construções identitárias através da circulação dos discursos. A imagem que retrata o pai se transformou significativamente nos últimos anos, utilizam-se a comparação da série “Papai Sabe Tudo”, dos anos 50/60, à imagem de Hommer, o pai ‘bobão’ da série “Os Simpsons”.

Muitos pais divorciados compreendem que para a manutenção da parentalidade é fundamental manter uma boa relação com a ex-esposa, uma vez que elas possuem grande influência no contato deles com seus rebentos. Assim, a Bottoli (2010) identifica a possibilidade de se pensar em vários pais, devido às inúmeras configurações de paternidades frente a esse contexto vulnerável e ainda confuso, da retomada da paternidade após a separação conjugal.

O conceito do “novo pai” surge com a promessa de oportunidade para os pais expressarem sentimento, participarem ativamente da vida dos filhos, e poderem ter uma relação igualitária com as ex-cônjuges, através da divisão de tarefas. Todavia, há fragilidade desse discurso frente aos paradoxos que estão dispostos aos homens, pois ainda espera-se que eles sejam os provedores do lar e construam suas identidades masculinas pelo papel de trabalhadores. Contudo, ao mesmo tempo, demandam suas presenças na divisão dos cuidados com os filhos e em casa (BUSTAMANTE, 2005).

O envolvimento do pai na vida da criança está relacionado ao seu lugar dentro do sistema familiar e da cultura em que estão envolvidos. Por isso, é imprescindível compreender e estudar a forma que o ex-casal negocia os cuidados com as crianças (BELTRAME; BOTTOLI, 2010). Após o rompimento conjugal, o ex-casal deve tentar manter intactas ou pelo menos preservadas as relações parentais. Todavia, uma das dificuldades encontradas mais relatadas na literatura pelos pais separados que não possuem a guarda dos filhos é a perda do contato diário com eles. As sequelas desse afastamento são o sentimento de

desarraigamento, a perda de continuidade de família por causa da fragilização dos vínculos e ainda o risco maior que é a mãe não permitir a aproximação e/ ou enfraquecer os vínculos com os filhos. Esse último ponto é relatado pelos colaboradores:

Pra mim é normal, acho que não tem diferença assim... normal do convívio com eles mas acho que se eu tivesse dentro com eles na casa seria diferente, tipo assim, um pouco melhor, mais presente, porque eu to presente mas não é todo dia, como eu digo, eu sou um pai separado presente mas não é igual a todo dia ta lá, acho que se eu fosse um pai não separado estaria mais perto e protegendo mais eles... (Aldebaran Filho)

(...) diferença é que quando a gente não ta ali, acordar e ouvir do filho bom dia, dá um beijo, fora isso é tranquilo, mas eu sei que ela ta bem.... mas a gente pode ligar e dizer... pra passar um pouquinho a saudade, eu sinto saudade, faz falta não poder dá um abraço, por telefone é bom mas uma abraço assim é muito melhor, quando eu abraço ela, ela me beija me abraça, a gente se sente bem, pelo menos eu me sinto bem quando ela faz isso...(Mauro)

Os colaboradores Aldebaran Filho e Mauro referem que seriam mais presentes se morassem com os filhos. Mauro frisa a saudade que sente em acordar e receber um abraço da filha pela manhã e Aldebaran Filho, mesmo se considerando um pai presente, não sente que é igual a estar todos os dias ao lado dos filhos, pois poderia inclusive protegê-los mais, é “diferente”.

Para Ramires (1997), é evidente a necessidade e o desejo dos homens separados de participarem da criação dos rebentos, dos cuidados com suas crianças e do envolvimento nas tarefas. Bottoli (2012) sinaliza que, apesar das rupturas e perdas do rompimento, alguns pais mantêm o desejo de cuidar e educar os filhos, mesmo que aconteça de forma bem diferente do que gostariam, consoante ao relato a seguir:

(...) conviver com o filho depois da separação, você tem que fazer com que as coisas para a criança não mude muito, a tua relação, o teu cuidado com essa criança, teu filho, tem que ser quase que 100% igual, não dá pra ser 100% por causa da distância mas você tem que fazer de tudo pra que a relação com teu filho seja igual a relação com ele quando você vivia com a sua ex-esposa... (Ricardo)

O colaborador relata a preocupação e o esforço para que “as coisas para a criança não mude muito”, mesmo ciente da impossibilidade de ser 100% igual ao que era. É marcante a preocupação com a criança sentir a sua ausência e a sua preocupação em ser/ estar ausente para os filhos. Para Warpechowski e Mosmann (2012) essa preocupação que alguns homens tem em estarem presentes na vida dos rebentos, evidencia a preocupação com os filhos, além



de mostrar que estão lutando para que tudo se reorganize da melhor forma possível, evitando o distanciamento dos filhos.

Bottoli (2010) pontua que os pais não guardiões precisam aprender um novo papel social que não é claramente determinado pela sociedade e envolve a reestruturação da relação pais e filhos, sendo que suas responsabilidades e privilégios também são limitados. Um desafio a esses pais é criar uma nova e satisfatória relação com os filhos através das visitas, apesar de mesmo o próprio termo ser inconsistente com a noção de intimidade. Os colaboradores relatam abaixo como é ser pai separado estando distante dos filhos:

Tu tem uma responsabilidade, não é só curtição, mas a vida continua a mesma, normal, só que tem que ter a atenção dela (...) é diferente (de pais casados)... porque tu sai com a família, a criança ta vendo o pai e a mãe entendeu, ta crescendo ali e vendo os pais juntos, eu acho que ela vê diferente... (Paulo)

mora longe do filho é difícil entendeu, é difícil, mas eu tenho mais responsabilidade, antigamente eu saia muito no fim de semana agora não, é tudo pra ele entendeu? É tudo dele, antigamente eu saia sábado, domingo, agora não, é tudo pra ele. Pra mim é legal e não, porque eu fico longe dele, eu sinto falta dele. (André)

Acho que é mais responsabilidade, porque tu não tem mais aquela pessoa que te ajudava. (Fernando)

Hoje em dia pra mim assim não é fácil porque ou tu cuida do teu filho ou tu trabalha, pra mim tu tem que ta pelo menos fazendo um pouco de cada, trabalho quando dá atenção pra ele, aquele carinho de pai, amor de pai, levar ele pra passear, dá uma volta, brincar um pouco, eu nunca joguei com ele bola, quer dizer...certas coisas fazem falta porque a gente ainda não ta tendo um comunicação melhor, eu e ele... (Alexandre)

Os pais relatam que ser pai separado é ter mais responsabilidades, tiveram que diminuir as saídas para estar com os filhos, não tem mais ajuda da ex-esposa, ir em busca de trabalho para mantê-los. Percebe-se que, apesar de não estarem com as guardas, salvo Fernando, estão constantemente pensando nos filhos e preocupados com seus comportamentos frente a função parental. Além do trabalho ser configurado como um fato de impedimento, como na pesquisa de Beltrame e Bottoli (2010), percebeu-se que o trabalho quando é flexível permite melhor contato com a família. O fato de viver ou não com os filhos, se fazer presente no seu dia-a-dia e estar presente nos momentos importantes influi na vivência da paternidade (RAMIRES, 1997). No caso a seguir, o distanciamento, a ausência e os conflitos referentes à conjugalidade resultaram em perdas para pais e filhos:

eu sinto que sai no prejuízo dessa história, e muito! Tu nem imaginas. Prejuízo em tudo, financeiro, em relação as meninas, e eu sinto que elas tão crescendo assim com um pai como eu te falei, um pai dinheiro, pai

financeiro...não é muito bom não, até... em tudo! (...) A vida com as minhas filhas é isso, represento mais um pouco de dinheiro. (Aldo)

Aldo relata que sente que teve muito prejuízo nesse contexto, principalmente como pai e financeiramente. Refere que representa para as filhas “mais um pouco de dinheiro”, as filhas crescem ao lado de um “pai financeiro”. Em famílias que os pais passam a ser identificados apenas como visitantes, eles sentem-se sem voz, por vezes, destituídos do seu papel, o que reforça e amplia o afastamento (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). Os pais vivenciam a ausência da prole relatando que se sentem mal por não conseguirem suprir as necessidades dos filhos e passam a se preocupar constantemente com os cuidados que os filhos recebem (BOTTOLI, 2010).

Brito, Cardoso e Oliveira (2010) identificaram no grupo de pais entrevistados que todos demonstraram receio quanto ao relacionamento dos filhos com o(a) novo(a) companheiro(a) do(a) ex-cônjuge. De certa forma, mostravam-se ameaçados em seus papéis materno e paterno, fato que parecia mais acentuado para aqueles que não ficaram residindo com os filhos. O novo casamento parecia trazer confusão quanto aos papéis e atribuições de cada um dos adultos com as crianças. Assim, muitos pais reclamavam que os filhos passavam mais tempo com o padrasto do que com eles, enquanto muitas mães não suportavam que os filhos pequenos se referissem à namorada do pai. Quando questionados sobre como é ser pai separado, imediatamente alguns pais referiram a preocupação com as filhas:

(...) eu cuido tão bem da minha filha, eu tenho medo dela arranjar outra pessoa que não cuide assim tão bem entendeu? Tipo assim, eras a minha filha é uma benção (olhos brilhando), do modo sabe... teve uma vez que ela disse que o namorado da mamãe tinha dado uma palmada no pé dela...sabe aquilo dali, eu sei que foi tolice mas aquilo me revoltou tanto, me revoltou tanto... queria até matar minha ex-mulher (sorri) sinceramente, porque tipo assim sabe tu cuida de uma criança com tanto amor para uma pessoa chegar ou fazer alguma coisa... acho que pra mim nessa tua pergunta que muda é só no psicológico, tipo, o que tu imagina que outras pessoas estão fazendo com ela (Fernando)

(...) é duro, é muito duro ser pai separado... você não pensa, quando você se separa de alguém, da esposa que tem filho seu, talvez num primeiro momento você se importe com quem ela vá ficar, com quem ela vá namorar, por conta talvez de um ciúme possessivo, digamos assim... as vezes você fica olhando pra'quela pessoa que um dia foi sua, digamos assim, eu não gosto de usar essa palavra porque ninguém é dono de ninguém, mas digamos assim, e naquele momento ta sendo de uma outra pessoa, mas a partir que essa pessoa passa a ser uma pessoa qualquer, como qualquer outra pessoa, um amigo, você começa a pensar no seu filho, porque você conhece a mãe mas não conhece a pessoa que ta com ela, e eu penso muito nisso, principalmente quando se trata da Ângela porque ela é

uma mocinha, então eu fico muito preocupado com quem a mãe ela vai estar, se ela vai colocar alguém pra dentro de casa né? (Ricardo)

Ricardo e Fernando pontuam que ser pai separado de meninas é ter uma preocupação permanente com o próximo companheiro das mães por conta do caráter e do receio de que possa fazer algum mal às filhas, como Fernando exemplifica ao relatar a palmada que a filha recebeu do namorado da mãe.

Em Sutter e Bucher-Maluschke (2008), o envolvimento parental encontra raízes em experiências anteriores, haja vista que os participantes de sua pesquisa trouxeram a paternidade como algo desejado que é constituído muito antes da vinda do filho. Gabriel e Dias (2011, p.255) percebem que para o homem se constituir como pai, ele identifica-se com o modelo de paternagem que recebeu e com o modelo que um bom pai deve ser, no seu próprio imaginário. E ainda, ele não deixa de questionar estas concepções passadas a priori, tanto pela geração antecessora quanto pelas exigências da sociedade. Assim, o homem “concebe uma nova e singular maneira de ser pai”, pautando-se no que vivencia no momento – sentimento, preocupações, expectativas, dúvidas – e nos espaços que estão proporcionando que ele exerça a sua paternidade de modo natural e único.

Os pais homens buscam referência dos seus próprios pais quanto aos modelos utilizados na criação dos filhos. Buscam uma ressignificação do que fazem no que diz respeito aos fatores afetivos e educacionais. Portanto, o pai da atualidade não busca ocupar o lugar da mãe e sim, através das suas próprias referências, amparados em questões transgeracionais, construir uma relação pautada no desejo de realizar trocas afetivas com seus filhos (BELTRAME; BOTTOLI, 2010). Para Staudt e Wagner (2008), o modo como o pai percebe a sua criação por parte do seu próprio pai é fundamental para a construção do seu ideal de paternidade. Ao finalizar a entrevista, o colaborador Ricardo retornou e perguntou se poderia falar algo importante para ele, e podemos ver o resultado a seguir:

Como eu tava dizendo, eu só tento ser para os meus filhos aquilo que meu pai um dia poderia ter sido pra mim, por que poderia ter sido? Porque eu sou filho de uma mãe viúva, meu pai morreu muito cedo, eu tinha só 3 anos de idade, meu irmão tinha 5, morreu muito novo com 23 anos de idade, tava assim no início da vida meu pai... mas tudo que a minha mãe contava e conta até hoje pra mim e pro meu irmão das coisas que ele fazia por mim, isso me deixa bastante incentivado a ser um bom pai pros meus filhos... eu lembro que uma vez a minha mãe falou que meu pai tava desempregado e ela tinha dito pra ele, o nome dele era Reinaldo, ela disse ‘Reinaldo, os meninos estão sem leite, ta todos dois sem leite, aliás eles não tem

nada'. O meu pai ficou pensativo no primeiro momento e saiu, colocou uma camisa no ombro e saiu , quando meu pai voltou, ele voltou careca, careca, sem nenhum fio de cabelo! (se emociona) Tudo raspado, a mamãe tomou um susto com ele e perguntou pra ele porque que ele tava careca, e ele disse que tinha pedido um dinheiro emprestado pro amigo dele e o amigo dele disse na brincadeira “não vou te emprestar, não vou te emprestar, só se tu te encarecar”, e ele se carecou sabe? É o tipo da coisa que eu fico pensando assim, poxa(...) eu sou ainda muito pouco, eu ainda fiz muito pouco pelos meus filhos do que meu pai ainda poderia ter feito por mim (Ricardo)

O curioso no relato de Ricardo é que ele não teve praticamente contato com o pai, mas foi apresentado ao mesmo através da fala da mãe, o que o permitiu construir um pai (real e imaginário) que lutou sempre pela família, não se importando nem de ficar careca para prover os filhos, ou seja, um modelo de pai a ser espelhado. Bem como na pesquisa de Gabriel e Dias (2011), os participantes que representaram o pai como uma figura positiva, a forma como eles desempenham ou desempenharam os cuidados parentais, influenciaram os entrevistados no modo como compreendem a paternidade e a maneira que desejam ser como pais. Assim, a paternidade exercida pelo próprio genitor não é vista apenas como um modelo, mas como um ideal que deverá buscar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo entender como os pais homens compreendem a paternidade após dissoluções conjugais. Para tanto foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com oito homens. Foi possível identificar que todos tiveram que reinventar a forma de exercerem seus cuidados e de se relacionar com os filhos.

Os diversos arranjos familiares encontrados no estudo são largamente evidenciados nas pesquisas atuais, que apontam essas diferentes formas de estruturas e dinâmicas familiares como uma característica da contemporaneidade. Atualmente, os valores e modelos tradicionais ainda estão presentes, mas já competem e misturam-se com as novas formas de se comunicar, comportar e vivenciar as relações e papéis na sociedade.

Assim, é fundamental realizar pesquisas relacionadas a esse momento de transição, compreender como as relações familiares estão se organizando e reorganizando em meio a tantas possibilidades de agrupamentos. Nesta pesquisa, cada colaborador experienciou o exercício da paternidade de uma maneira peculiar, relacionada principalmente à forma como as famílias se reconstituíam após o rompimento, ou seja, os acordos ou os conflitos, as divisões de tarefas ou as ausências delas, os papéis que cada um dos pais assumiram ou não, e se houve ou não uma rede de apoio que os amparasse.

A capacidade do casal conseguir diferenciar as questões referentes à conjugalidade e à parentalidade foi apontada como balizadora da relação pais e filhos pós-divórcio, principalmente o relacionamento com os genitores que não possuíam a guarda da prole. Constatou-se que o responsável pela guarda dos filhos tem poder de facilitar ou impedir o contato dos filhos com o genitor não-guardião, que geralmente é o pai. Nesta pesquisa apenas um dos colaboradores possuía a guarda de um dos filhos, sendo que todos os outros sete homens tiveram que afastar-se fisicamente dos filhos após o rompimento.

Todavia, o estudo também nos apontou que mesmo o pai não possuindo a guarda poderia ter um relacionamento próximo com os filhos, mas isto dependeria de um contexto que o autorizasse e o apoiasse, pois é possível sair da condição de um pai visitante, no sentido passivo, e conseguir integrar-se na vida da prole, situação também constatada nos resultados apresentados. Não há fórmulas, tudo depende dos arranjos estabelecidos pelo ex-casal.

A rede de apoio é necessária aos pais separados para conseguirem exercer seus cuidados e permanecerem envolvidos emocionalmente com os filhos. Esta rede refere-se a diversos atores, dentre eles as ex-esposas, com a necessidade de compreenderem a

importância da presença paterna no desenvolvimento emocional saudável dos filhos, bem como respeitando o direito do convívio entre os mesmos, respaldado juridicamente. Identificou-se ainda que a família, principalmente as avós, foram as principais referências de apoios emocional e financeiro nesse momento para os homens, sendo fundamental este suporte para conseguirem exercer seus papéis parentais.

As entrevistas realizadas para a pesquisa disponibilizaram um espaço de escuta para esses pais, que puderam relatar e analisar suas vivências, e rever muitos posicionamentos. Assim, invariavelmente, os encontros tiveram um cunho terapêutico. Em todas as entrevistas, em vários momentos escutou-se dos pais a frase “eu nunca tinha dito isso para ninguém” e “eu não tinha para quem falar isso”. Igualmente, em todas as entrevistas os homens agradeceram pela entrevista, ou seja, por terem encontrado um lugar em que tivessem voz.

A disponibilidade desses pais para participarem do estudo também reflete o envolvimento e a preocupação deles com o exercício da sua paternidade, haja vista que a possibilidade de compreenderem melhor seus papéis afeta o exercício deles. Esse entendimento tem consonância com a compreensão do (suposto) *novo pai*, que se reflete no investimento da relação pai-filho, na busca de formas de ser pai que atendam melhor as necessidades dos rebentos e as suas.

Compreende-se a importância da disponibilidade de grupos/espços terapêuticos com caráter psicoeducativo para pais separados, haja vista que possibilitaria um espaço para eles compreenderem melhor as mudanças a partir do divórcio, tanto como cônjuges, quanto como pais, e o ajudariam a se orientarem melhor em relação a como se portarem com a prole. Os estudos com grupos de pais separados foram unânimes no relato das dificuldades de ter espaços que os ajudassem a digerir esse processo e direcioná-los sobre como agir em nesse momento perante os filhos (BRITO, 2008b; WALLERSTEIN; KELLY, 1998).

Para desenvolver intervenções eficazes, seja nos consultórios ou nos espaços jurídicos, é necessário que se desenvolvam mais pesquisas que busquem o entendimento desses atores em relação às suas vivências, principalmente a partir do ótica masculina. Isto porque, apesar da visibilidade dos pais separados no âmbito acadêmico na atualidade, a quantidade de estudos ainda é restrita em relação à vivência da maternidade.

Não deve-se esquecer que esse momento de transição de modelos familiares para a (possível) ausência de modelos, requer um acompanhamento cuidadoso dos pesquisadores. Em relação aos pais separados, a atenção deve estar direcionada, especialmente, para essas novas demandas, expectativas e até modelos de como exercer a paternidade. Corre-se o risco

de engessar a paternidade novamente em um padrão que todos os homens devem seguir, sem possibilidade de adaptar/criar suas maneiras de exercer seu papel conforme suas peculiaridades e de acordo com o ambiente em que estejam inseridos, como o modelo tradicional de pai provedor que ainda encontra-se fortemente arraigado na subjetividade e na identidade masculina.

Portanto, o risco de apoiar esses novos termos baseados em maneiras de ser pai consideradas “ideais” significa provocar novas exigências internas e externas a esses homens. Como foi visto, a paternidade é um processo anterior à própria gestação e é necessário antes de tudo que haja o desejo de estar nesse lugar. É necessário que esses homens sejam apoiados no exercício da paternidade de acordo com o seu desejo, da maneira que se sintam mais pertencentes a esse lugar.

A paternidade é retratada constantemente como um lugar que deve ser nivelada à maternidade. Assim, os homens não deveriam observar a maternidade como um modelo de lugar e de relação com os filhos ideal, ou seja, se aproximar desse modelo é muito positivo. Contudo, podemos ver no estudo que os pais realizam seus cuidados e exercem seus papéis de maneiras às vezes igual, e às vezes diferente das mães. Essa tentativa de compará-los é consequente da necessidade de ratificar a mulher como uma cuidadora com mais habilidade com os filhos que os homens, garantindo a mítica do amor materno no imaginário popular. É necessário estar atento às influências das representações dominantes sobre as atitudes de homem que atravessam as relações cotidianas e os modelos parentais (SOUSA, 2010).

Por fim, essa dissertação contribui para a produção acadêmica, haja vista que pode fornecer informações relevantes para intervenções terapêuticas, bem como subsidiar outras pesquisas na área de família, rompimentos conjugais e paternidade, especialmente no contexto regional, bem como a compreensão de como eles exercem e compreendem o exercício de sua paternidade. Indica-se a necessidade de outros estudos com pais separados, ainda recordando que o Pará é o estado brasileiro com o maior índice de guardas compartilhadas, e as pesquisas na área de psicologia, tanto com ênfase na psicologia social, como na psicologia clínica, sobre essa informação são incipientes.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, D. T.; VIEIRA, M. Influência da guarda exclusiva e compartilhada no relacionamento entre pais e filhos. **Psicologia em Pesquisa**, Juíz de Fora, v.3, n.2, jul./dez., p.53-66, 2009.
- ANTUNES, A. L. M DE P; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Litígios intermináveis: uma perpetuação do vínculo conjugal? **Alethéia**, Canoas, n.31, jan. /abr., p.199-211, 2010.
- ARAÚJO, M. R. G. L.; DIAS, C. M. S. B. Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.7, n.1, jan., p.91-101, 2002.
- BADINTER. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª edição, Portugal: Edições 70, 2004.
- BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.32, jan. /jul., 2010.
- BERNART, R.; COLS. Quando o casamento acaba a família pode continuar? Intervenções psicojurídicas na crise e no rompimento do casal. In: ANDOLFI, M. (Org.). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, p. 201-231, 2002.
- BORNHOLDT, E. A.; WAGNER, A.; STAUDT, A. C. P. A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.75-92, 2007.
- BOTTOLI, C. **A paternidade na perspectiva do pai: a perspectiva do pai**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2010.
- BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. **Lealdades Invisíveis**, Buenos Aires: Amorrurtu, 1994.
- BRASILEIRO, R. F.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. **PSICO**, Porto Alegre, v. 33, n.2, v.2, jul./dez., p. 289-310, 2002.
- BRITO, L. M. T. A disputa. **Revista Especial Del Rey IBDFAM**, mai., 2002. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=51>. Acessado em 10/12/2012.
- \_\_\_\_\_. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.1, n.27, p. 32-45, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Paternidades Contestadas**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2008a.



\_\_\_\_\_. Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio. In BRITO, L. M. T. (Org). **Famílias e Separações**: perspectivas da psicologia jurídica. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.17-47, 2008b.

\_\_\_\_\_. Falsas denúncias de abuso sexual infantil e Síndrome da alienação parental. . In BRITO, L.M.T (Org). **Escuta de crianças e de adolescentes**: reflexões, sentidos e práticas. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.87-118, 2012.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, A. R.; OLIVEIRA, J. D. G de. Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.4, n.30, p.810-823, 2010.

\_\_\_\_\_.; PEÇANHA, R. F. Separação conjugal e relações familiares: debates recentes. **Interações**, Campo Grande, vol. 12, n. 22, jul. /dez., p. 87-104, 2006.

BUCHER, J. S. N. F. Vínculo conjugal: da união à separação e o controle mútuo do destino. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). Coletâneas da ANPEPP. Rio de Janeiro, p. 59-70, 1996.

BURDON, B. Envolvendo os homens na vida familiar: se eles podem fazê-lo, por que não o fazem? In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.81-92, 1998.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com Homens de camadas populares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, set./dez., p. 393-402, 2005.

CAILÉ, P. **Um e um são três**: o casal se auto-revela. São Paulo: Summus, 1994.

CARDOSO, L. R. F. **Disputa de guarda e visitas**: no interesse dos filhos ou pais? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CARDOSO, A. R. **Escola e pais separados**: uma parceria possível. Curitiba: Juruá, 2009.

CARUSO, I. A. **A separação dos amantes**: a fenomenologia da morte. São Paulo: Cortez, 1989.

CARPINEJAR, F. **Tenho uma filha de 18 anos**. 2011. Porto Alegre: [Jornal Zero Hora](http://jornalzerohora.com.br), coluna semanal, n° 16929, p. 2, 27/12/2011. Disponível em <http://carpinejar.blogspot.com/2011/12/tenho-uma-filha-de-18-anos.html>. Acessado em 12/01/2013

CASTOLDI, L. **A construção da paternidade desde a gestação até o primeiro ano de vida do bebê**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n.72, jun., p. 89-102, 2007.

CERVENY, C. M. Família e filhos no divórcio. In: CERVENY, C. M. (Org.). **Família e...:** narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.83-96, 2006.

CICCO, M. F.; PAIVA, M. L. S. C.; GOMES, I. C. Família e Conjugalidade: o sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.53-63, 2005.

CIGOLI, V. O rompimento do pacto: tipologia do divórcio e rituais de passagem. In ANDOLFI, M. (Org.). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, p.171-200, 2002.

COSTA, J. M. **A arte de recomeçar: uma compreensão da dinâmica das famílias recasadas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teoria da concepção. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.339-356, 2002.

CREAPALDI, M. P.; COLS. A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez., p. 579-587, 2006.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 29, p.347-357, 2004.

DESSEN, M. A.; LEWIS, C. Como estudar a família e o pai. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v.8, p.105-119, 1998.

\_\_\_\_\_.; Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n.30 (núm. especial), p.202-219, 2010.

\_\_\_\_\_.; BRAZ. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.16, n.3, set. /dez, p. 221-231. 2000.

DOKA, J.K. **Disenfranchised Grief - recognizing hidden sorrow**. Nova York: Xington Books, 1989.

FEDULLO, S. Filhos do divórcio. In: T. Castilho (Org.). **Temas em terapia familiar**. São Paulo: Summus, p.131-143, 2001.

FÉRES- CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflexão Crítica**. Porto alegre, v.11, n.2, 1998.

\_\_\_\_\_. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.3, n.8, p.367-374, 2003.

\_\_\_\_\_.; ZIVIANI, C.; MAGALHÃES, A. S. Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

\_\_\_\_\_; NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, mai./ago, p. 269-278, 2010.

FONTANELLAS, B. J.B; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan., p.17-27, 2008.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, mai./ago., p. 1-15, 2005.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

GABRIEL, M. R.; DIAS, A. C. G. Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. **Estudos de Psicologia**. Natal, v.16, n.3, set. /nov., p.253-261, 2011.

GUERREIRO, M. D.; CAETANO, A.; RODRIGUES, E. A. A família (d)escrita pelos jovens: permanência e mudança de modelos de paternidade. **Configurações**, Braga, v. 4, 2008.

GONZALES-REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

GOMES, A. J. da S.; RESENDE, V. da R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n.2, mai. /ago., p.119-125, 2004.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.26, n.1, jan./mar., p. 77-87, 2010a.

\_\_\_\_\_.O envolvimento parental após a separação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, p. 289-298, 2010b.

HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N. M. F. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.14, n.1, jan./jun., p.44-68, 2002.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 3, p. 8-19, 2001.

HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas: Papyrus, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acesso em 28/03/13.

JURAS, M. M.; COSTA, L. F. O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v.16, n.1, p.222-245, 2011.

JABLONSKI, B. Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, T (Org) **Casal e Família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

\_\_\_\_\_. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T (Org) **Família e Casal**: saúde, trabalho e modos de vinculação. Rio de Janeiro: Nau, 2007.

KASLOW, F. W.; SCHWARTZ, L. L. **As dinâmicas do divórcio**: uma perspectiva do ciclo vital. São Paulo: Editora Psy II, 2005.

KING, V.; HEARD, H. Nonresident father visitation, parental conflict, and mother's satisfaction: what's best for child well being? **Journal of Marriage and the Family**, Minneapolis, n. 61, p. 385-396, 1999.

KÓVACS, M. J. A morte em vida. In: BROMBERG, M. H. P. F (org) **Vida e Morte**: laços de existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

KROM, M. **Famílias e mitos**: prevenção e terapias: resgatando histórias. São Paulo: Summus, 2000.

LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B.; BASTOS, A. A adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 3, n. 23, p. 562-574, 2009.

LEITE, E. O. **Procriações artificiais e o direito**: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos. São Paulo: RT, 1995.

LEVANDOWSKI, D.C.; PICCININI, C. A. Expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes e adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.22, n.1, jan./abr, p.17-28, 2006.

LEVY, S. D. A continuidade pós-separação:necessidades comuns aos ex-cônjuges e seus filhos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n.3, ano 10, p.650-663, 2010.

LOPES, M. L. C. S. P. “Arranjos de dormir” pós-separação conjugal. In BRITO, L.M.T (Org). **Famílias e separações**: perspectivas da psicologia jurídica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES- CARNEIRO, T. Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In: FÉRES- CARNEIRO, T. (Org.) **Família e Casal**: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p.149-158, 1990/1991.

MEDEIROS, M. **Educação para o divórcio**. 2008. Disponível em [http://veja.abril.com.br/livros\\_mais\\_vendidos/trechos/feliz-por-nada.shtml](http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/trechos/feliz-por-nada.shtml). Acessado em 17/05/2013.

- MELO E SILVA, M. L. C. **A parentalidade no contexto da guarda compartilhada.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 2008.
- MEULDERS-KLEIN, M. individualisme et communautarisme: i´individual famille et l´État en Europe occidentale. **Droit & Société**, n.23/24, p.1-23, 1993.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6º edição. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC- ABRASCO, 1999.
- MUZIO, A.P. Paternidade (ser pai) ...para que serve? In: SILVEIRA, P (Org) **Exercício da paternidade.** Porto Alegre: Artes Médicas, p.165-174, 1998.
- NOLASCO, S. A. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, L. G. V. **Circulação de crianças:** o olhar do cuidador sobre o desenvolvimento emocional. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- PADILHA, C. C. Quando o pai vira réu por alegação de abandono afetivo. In BRITO, L. M. T (Org). **Famílias e separações:** perspectivas da psicologia jurídica. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.187-217, 2008.
- PARKES, C. M. **Luto:** estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus, 1998.
- PICCININI, C. A.; COLS. O envolvimento paterno durante a gestação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.17, n.3, p.303-314, 2004.
- RANGEL, V. G. S. **O término do casamento:** o luto feminino decorrente da separação. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008
- RAPIZO, R. Construindo espaços de diálogo com pais, mães e adolescentes nos contextos do divórcio. In BRITO, L. M. T (Org). **Famílias e separações:** perspectivas da psicologia jurídica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- QUINTAS, F. A família em questão. **A mulher e a família no final do século XX.** Recife: Ed. Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2000.
- RAMIRES, V. R. **O Exercício da Paternidade Hoje.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- RODRIGUES, L. O. **Entre relacionamentos, circulações e rearranjos:** configurações familiares no contexto da paternidade na adolescência. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- ROMANELLI, G. Autoridade e Poder na Família. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org). **A Família Contemporânea em Debate.** 5ª edição, São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.
- SATIR, C. A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez , 2010.

SILVA, E. Z. M. **Paternidade ativa na separação conjugal**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005a.

\_\_\_\_\_. O necessário reconhecimento do processo de luto na separação conjugal. SHINE, S. (org). **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005b.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v.8, n.14/15, p.137-150, 1998.

SOUSA, A. M. de. **Síndrome da Alienação Parental: novos temas em juízos de família**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

\_\_\_\_\_; SAMIS, E. M. Conflitos, diálogos e acordos em um serviço de psicologia. In BRITO, L.M.T (org). **Famílias e Separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.113-135, 2008.

SOUZA, R. M de. Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 203-211, set./dez., 2000.

STAUDT, A. C. P; WAGNER, A. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.10, n.1, p.174-185, 2008.

STERN, D. **A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SUTTER, C.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. **PSICO**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, jan./mar., p.74-82, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. R. **Tratado de Metodologia Clínico- Qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAINER, R. **Anatomia de um divórcio interminável - O litúgio com uma forma de vínculo: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VIORST, J. **Perdas Necessárias**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

WAGNER, A.; TRONCO, C.; ARMANI, A. B. Introdução: Os desafios da família contemporânea - Revisitando conceitos. IN: WAGNER, A.; COLS. **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, p.19-33, 2011.

WALLERSTEIN, J.; KELLY, J. B. **Sobrevivendo à separação: como os pais e filhos lidam co o divórcio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WARPECHOWSKI, A.; MOSMANN, C. A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepção. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.20, n.1, p.247-260, 2012.

ZORDAN, S. M. B.; WAGNER, A. **Até que a vida nos separe**: os motivos para separação conjugal em processos judiciais. III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2008.

ZORNING, S. M. B. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.42, n.2, p.453-470, 2010.

**ANEXO A – APROVAÇÃO CONSUBSTANCIADO DO CEP**

Plataforma Brasil – Ministério da Saúde

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**Pesquisador:** Roberta Karyne Brasil Bandeira

**Versão:** 2

**Título da Pesquisa:** A PATERNIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

**CAAE:** 13753513.0.0000.0018

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Número do Parecer:** 264.699

**Data da Relatoria:** 28/05/2013

**DADOS DO PARECER****Apresentação do Projeto:**

Trata-se de pesquisa clínico-qualitativa com oito pessoas do sexo masculino que estejam separados, legalmente ou não, e tenha pelo menos um filho(a)(s) com idade de 0 a 6 anos oriundo desse relacionamento de modo a analisar a paternidade.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar a paternidade na perspectiva do pai após o rompimento conjugal.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:****Riscos:**

Ressalta-se que a pesquisa não há nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões, visto que o instrumento de pesquisa foi elaborado no sentido de estimular a expressão dos participantes. Se o colaborador sinalizar o desejo de receber acompanhamento psicológico ou caso seja observado pela pesquisadora essa necessidade, receberá orientações acerca da importância deste, sendo realizado encaminhamento para atendimento na rede de saúde pública.

**Benefícios:**



No que se refere aos benefícios, a produção do conhecimento na área em estudo e ao planejamento de ações voltadas a promoção de saúde.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta metodologia e critérios definidos. Sem implicações éticas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos apresentados estão de acordo com a resolução 196/96 do CNS/MS.

**Recomendações:**

O pesquisador deve incluir, no fluxo do atendimento, um item proporcionando atendimento mesmo aqueles pacientes não incluídos ou que escederam o limite da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto somos pela aprovação do projeto. Devendo o pesquisador atentar para recomendações.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELEM, 07 de Maio de 2013

---

**Wallace Raimundo Araujo dos Santos**  
**(Coordenador)**

**E-mail:** cepccs@ufpa.br

**Endereço:** Rua Augusto Corrêa nº 01-Sl do ICS 13 - 2º and.  
Campus Universitário do Guamá

**Bairro: CEP:** 66.075-110

**Telefone:** (91)3201-7735

**UF: PA Município:** BELEM

**Fax:** (91)3201-8028

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PAI**Dados pessoais:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Bairro:

Filho(a)(s) (quantidade e idade):

Com quem mora:

Renda familiar:

Com quem o(a)(s) filho(a)(s) mora(m):

Idade do(s) seu(s) filho(s) na época do rompimento conjugal:

Tempo de relacionamento conjugal:

Quanto tempo está separado:

Houve tempo de convívio com o(s) filho(s) após o rompimento? Se sim, por quanto tempo?

Há algum processo de litígio judicial? Se sim, como está?

Perguntas:

- 1) Como era a sua relação conjugal?
- 2) Quais os cuidados ou responsabilidades que você desempenhava em relação aos seus filhos quando casado?
- 3) Como foi a separação conjugal? (De quem foi a iniciativa)
- 4) Quais cuidados você desempenhava ou era responsável antes do rompimento conjugal?
- 5) Quais os cuidados ou responsabilidades você desempenha em relação aos seus filhos como pai separado?
- 6) Como é a relação entre você e a ex-cônjuge (esposa, companheira) após o rompimento conjugal?
- 7) Como você percebe a sua relação com seu(s) filho(s) após o rompimento conjugal? Em que ele ajuda
- 8) Como é ser pai após o rompimento conjugal?

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Baseado na resolução Nº. 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde)

#### TÍTULO: A paternidade após o rompimento conjugal

Você é convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar a paternidade na perspectiva do pai após o rompimento conjugal. O perfil dos participantes do estudo são homens separados (legalmente ou não) com pelo menos um filhos de até 6 anos oriundo da relação e que não esteja recasado.

Você aceitando participar da pesquisa será entrevistado pelo menos uma vez, a identificação da necessidade de uma segunda entrevista será discutida com você, conforme a sua disponibilidade. A entrevista será realizada na clínica de Psicologia da UFPA. A entrevista constará perguntas sócio-demográficas; sobre a caracterização do casamento e da separação; e sobre a sua relação com a ex-esposa e seus filhos antes e depois do rompimento conjugal. A entrevista será gravada para posterior transcrição. Será mantido o sigilo de sua identidade e de todas as pessoas que você citar. Caso você sinalize o desejo de receber acompanhamento psicológico, ou caso seja observado pela pesquisadora essa necessidade, receberá orientações acerca da importância deste, sendo realizado encaminhamento para atendimento na rede de saúde pública. Sua participação não implica em nenhum risco, gasto ou ganho financeiro, sendo importante para o estudo acerca dos pais homens separados. Os dados coletados serão utilizados para a elaboração de relatórios e artigos científicos, sendo que quando da publicação do projeto sua identidade será preservada. O benefício desta pesquisa será a contribuição para novas pesquisas, que poderão estar relacionadas ao tema proposto. Você poderá desistir de participar a qualquer momento deste estudo, mesmo que já tenha iniciado a entrevista.

Esta pesquisa não apresenta nenhum risco à sua integridade física ou psicológica visto que não manipula fármaco e durante a coleta de dados você poderá se expressar livremente.

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa colaborando através das informações prestadas.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do colaborador

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste colaborador para participação nesta pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora responsável: Roberta Karyne Brasil Bandeira

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Fone: (91)81332184 Email:robertakbb@gmail.com

CRP/PA: 3518/10

## APÊNDICE C – Construção das categorias moleculares e molares

<b>TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES</b> (categoria molecular)	
<p><b>O rompimento conjugal</b> (categoria molar)</p>	<p>No início era bom, era ótimo né...(…) (Paulo)            (...) os primeiros anos de casamento foi coisa de louco, muito bons... embora nós fôssemos muito jovens, os nossos pais assumiram as responsabilidades, então isso fez com que a gente continuasse a estudar, continuasse a sair para as festas, vida de jovem normal, nós vivemos a nossa juventude tranquilamente... depois que eu completei a maioridade que eu senti a necessidade de não querer mais ser sustentado pelos nossos pais que eu fui, peguei um emprego, e ela continuou os estudos dela e preferiu ficar em casa, preferiu não trabalhar naquele momento, e a minha relação com ela era muito boa, tranquila, a gente sempre se deu muito bem em todos os aspectos(...) (Ricardo- em relação à 1ª esposa)            No início foi uma paixão avassaladora (...) (Ricardo- em relação a 2ª esposa)            (...) ah era bom, ótimo... mas depois quando eu comecei a trabalhar, a chegar um pouco tarde, ela começou a se separar um pouco porque ela confundia muito, entendeu? O trabalho pensando que eu tava na farrá. (André)            (...) normal de um relacionamento entre um casal, era bom, era uma boa esposa (...) (Aldebaran Filho)            (...) a gente convivia bem, a gente convivia legal (...) (Mauro) Nós vivemos bem por 3 anos, depois que engravidou, já começou a pesar um pouco, negócio de muitas compras e onde pegava (...) onde eu estava fazendo bico, não era lá essas coisas, ainda não tinha segundo grau completo ainda, eu tava correndo atrás de emprego mas parece na época que tava dando tudo errado, eu digo assim a gente quando namora pensa que é uma coisa, quando na realidade é outra. (Alexandre) (...) eu me meti com a Laize eu tinha 19 anos, era muito novo, 18 para 19.. não aproveitava nada, não aproveitei nada, pensei que fosse ser uma coisa maravilhosa, minha juventude... tava indo embora e eu... não tinha feito nada (...) mas já que veio a criança, a criança não é culpa, culpado somos nós os pais (...) (Paulo)            (...) começamos e foi que na brincadeira ela engravidou ela tinha uns 19 ou 20 anos... ela era um ano mais velha que eu quando ela teve os filhos (...) ela começou a ficar muito insegura e eu também (...) passei a me afastar, tipo assim, sair pra festa e deixar ela sozinha em casa com a criança (...) (Fernando)            (...) conheci ela no colégio, a gente tava terminando o terceiro ano do segundo grau, conhecemos aí ela engravidou aí (...) tivemos que ficamos junto né, depois de um tempo casamos. (Aldo) (a relação) sempre foi um tanto quanto conturbada... No início foi uma paixão avassaladora, vivíamos no quarto (risos) (...) e assim, como eu tava separado da mãe da Ângela, eu acho que quando a gente se separa de alguém no início da conformação eu acho (risos), quando você tá começando a se conformar daquela situação você sente um pouco de necessidade de ter uma outra pessoa pra saber se essa pessoa nova, se essa nova pessoa vai suprir a falta outrora da que você perdeu... então eu me entreguei muito rápido ao sentimento por ela e ela por mim também, mas com o passar do tempo que acho que com a incompatibilidade de valores, de projeto de vida foram dando de encontra um com o outro (...) (Ricardo - 2ª esposa )</p>

<p><b>O rompimento conjugal</b> (categoria molar)</p>	<p>(...) eu voltei a pegar o gosto da vida de solteiro, né? (risos), eu tava levando por causa da criança mesmo (Paulo)</p> <p>(...) ela disse que não dava mais certo e foi embora... Beleza, né?(...) (Fernando)</p> <p>(...) foi tranqüila a minha separação, então a minha relação com a minha filha, talvez por esse motivo da minha relação com ela também ser boa é tranqüila. (Ricardo - em relação 1° esposa)</p> <p>(...) a gente ‘chegamo’ num acordo, ‘olha não dá certo entendeu?’. Eu trabalho, às vezes eu chego tarde, às vezes eu chego cedo, você não compreende aí não dá. Nós chegamos e conversamos numa boa. (André)(...) a gente já se separou duas vezes, a primeira vez foi ela que saiu de casa, eu bebia muito e me envolvia com mulher, tipo assim, amante né... e ela tomou a atitude de sair de casa, depois reatamos e eu vi que não dava mais certo, eu percebi que eu não tinha mais aquele carinho que eu tinha por ela, aí eu separei dela(...) ( Aldo)(...) eu tive que sair porque já não estava dando certo dentro da casa, pra não dá besteira, sair porrada, eu preferi sair pra não dá confusão... Terminou e tentamos volta, mas não dava certo, nossa relação já não era a mesma coisa, tentamos e não deu certo(...). (Alexandre)</p> <p>(...) olha eu não senti muito porque ela vinha destruindo o carinho que eu tinha por ela, quando a gente chegou a se separar eu não amava mais ela, não gostava mais. Já com os meus filhos ficou aquela dor no peito, duas crianças que eu amo até hoje eles, só que ela não deixava eu me aproximar, ela brigava, ela dificultava... eu me afastava e quando eu procurava por eles, ela queria briga, queria briga, eu ia me afastando, mas hoje tá normal. (Aldebaran Filho)</p> <p>(...) ela ia na polícia dizer que eu batia nela, mas isso não existia porque eu não morava mais com ela e a justiça me chamava e ela não tinha prova, ela não tinha lesão nenhuma, e tinha que ter lesão o corpo e delito, e na justiça ela inventava isso tudo e nunca foi provado, até porque eu não fazia, eu sabia que ela ia me prejudicar de qualquer jeito, se eu fizesse ela ia me ‘bronquiar’ então (...) (Aldebaran Filho) ‘pai, cadê a mamãe? O que eu você faz com essa menina aqui?’, que é a minha namorada... muitas vezes a gente sente falta sim, não vou dizer que não... (Fernando)</p> <p>(...) como se eu tivesse uma família guardada ainda, mas eu ainda penso numa futura reconciliação, eu sinto falta (...) (Mauro)</p> <p>(...) foi um choque pra mim (...) sei lá, cai na hora assim, fiquei sem chão mas eu comeci a imaginar o que ela tava sentindo sobre o que eu sentia há uns anos atrás, e eu compreendi perfeitamente embora tenha ficado muito triste por conta do que eu sentia por ela e por conta também de eu ver aquela relação como uma segunda chance de eu ter uma família unida e eu não consegui mais uma vez, não sei se foi fracasso (...) Eu procurei fazer tudo o que fiz de errado lá atrás eu procurei fazer certo com ela mas não deu certo. (Ricardo – em relação a 2° esposa)</p>
<p><b>A guarda dos filhos</b> (categoria molar)</p>	<p>Como ela passa a semana com ele, todo final de semana é eu que pego, sábado e domingo é eu, nas minhas férias ele fica tudo comigo entendeu? Eu ia lá ver ele, tudo numa boa. (André)</p> <p>(...) tenho convívio com ela até hoje, eu convívio diariamente com ela, ela me liga todos os dias, manda mensagem pra mim todos os dias, e eu idem né, respondo também... eu a levo na escola, eu a tiro da escola, ela dorme comigo, ela vai pra minha casa a hora que ela quer, nos finais de semana ela vai pra minha casa, quando a mãe dela quer sair ela liga...se dá pra ela ficar comigo, eu vou e apanho e ela fica comigo, meu relacionamento com ela, com a Ângela é perfeito, nunca fui um pai ausente, nas festinhas de escola, se ela quer ir ao cinema eu levo, tranqüilo meu relacionamento com ela... (Ricardo – filha do 1° casamento)(...) em relação aos meninos, eu sinto falta de estar todo dia com eles, até porque eles já estão grande, a menina 19 e o menino 16, então quando o filho cresce, ele cresce pro mundo né, o filho não é nosso, ele vai pegando a liberdade dele, vão pra casa dos namorados (...) (Aldebaran Filho)</p> <p>(...) eu já passava dias sem ver ela, antes eu tava todo dia ali do lado dela, ela (relação) foi mudando (...) (Paulo)</p> <p>(...) o fato do Raion ser uma criança muito apegada a mim fez com que eu nesse período da separação momentaneamente me afastasse dele porque fica muito difícil pra mim ir apanhar e deixar ele lá... essa parte de deixar ele é a pior parte porque ele chora muito, puxa minha camisa, ele se agarra na minha camisa, é muito complicado, essa parte é muito dura... (Ricardo – filho do 2° casamento)</p> <p>(...) é, queria pra pegar a guarda, só que não foi para frente, não posso com ela (...) (Paulo)</p> <p>(...) tipo assim, quando começou as crises eu pensava em ter as guardas das meninas mas depois caindo a ficha eu vi que não dava...ela é mãe (...) (Aldo)</p> <p>(...) muitas vezes isso me passa na cabeça mas não dá, eu vou ta sendo um pouco injusto da minha parte mesmo ela sendo minha filha, deixa ela lá, ela é bem mais</p>

	<p>tratada... é tudo na hora certa, almoço, merenda, e aqui as vezes ela foge da rotina assim e eu posso me estressar e a avó já tem isso com ela, já sabe como lidar com ela... (Mauro)</p> <p>(...) eu não penso em pegar a guarda de nenhum deles assim na marra, na justiça, não passa isso pela minha cabeça mas se amanhã ou depois o Raion com 15 anos, a Ângela com 15, 16 anos, disser 'mãe, agora eu vou morar com meu pai', tranquilo, vem morar comigo numa boa. (Ricardo)</p> <p>(...) os meus filhos por eles, eles ficariam comigo, por eles...a minha filha quando vai lá pra casa ela não quer mais voltar, não quer mais voltar com ela, quer sempre ficar comigo...e a termos de escolha, foi eu que escolhi, porque não dava pra eu ficar com duas crianças era um pouco cansativo e eu trabalho, só chego a noite, eu não ia ter tempo pro's dois. (Fernando)(...) Eu tenho pouquíssimo contato com ele, só quando eu vou lá às vezes, acontece alguma coisa e eu preciso ir lá pra saber como ele tá, converso com ele um pouquinho. (Alexandre)</p>
<p><b>A relação com o ex-cônjuge</b> (categoria molar)</p>	<p>(...) as pessoas quando nos vêem na rua acham que a gente ainda é casado, (...) e a Ângela sente isso muito bem, tanto que quando ela conversa comigo e com a mãe dela eu tenho a impressão de que ela percebe ainda, percebe um respeito entre o pai e a mãe dela, talvez ela não tenha na cabeça dela ainda assim 'papai e mamãe se amam', mas ela percebe que papai e mamãe se dão bem, se dão muito bem. (Ricardo - em relação a 1º esposa)</p> <p>Ajuda muito, ajuda muito com certeza. Se a gente não fosse amigo assim com certeza eu teria um pouco de dificuldade. (André)</p> <p>(relação) amigável, amigável... tanto é que ela não me jogou na justiça, eu faço o máximo que eu posso, mesmo porque tem que ter consciência de que as meninas precisam muito da gente. (Aldo)</p> <p>(...) hoje em dia estamos como amigos, a gente só tá mesmo mais próximo por causa da criança, meu interesse é meu filho, não deixar faltar as coisas dele, dá também pelo menos um pouco de atenção que eu não tenho dado. (Alexandre)</p> <p>(...) sempre usou os meninos contra mim, até porque deixa eu te falar, eu tive problema com a justiça tá, passei um tempo preso por homicídio, então quando teve a nossa separação ela dizia que se eu não ficasse com ela, não ia ficar com ninguém e ia fazer eu voltar pra cadeia. (...)Aí chegou uma época que meus filhos começaram a ficar entendidos ela começou a falar pra eles que eu era assassino, que não era para eles se envolverem comigo tá entendendo? Foi horrível. (Aldebaran Filho)</p> <p>(...) convívio de ir visitar só, só visitar aquele momento e voltar. Tipo assim, hoje elas não podem ir na minha casa por causa da pessoa que eu namoro entendeu? (Aldo)</p> <p>(...) pouquíssimo (contato) a gente teve, o nosso relacionamento assim não era bom entre eu e a família dela, às vezes dava pra mim fazer uma visita mas não era muito constante, tava aquela briga, aquela contenta ainda (Alexandre)</p> <p>(...) ela estreitou muito isso, eu não sei te dizer, às vezes eu sinto vontade de perguntar pra ela porque ela deixou isso muito... talvez ela queira deixar isso muito bem entendido pra minha parte, talvez ela pense 'eu não vou mais falar com ele, eu quero que ele entenda que eu realmente não quero mais nada com ele', talvez ela pense dessa forma, mas pra mim não precisava isso... (Ricardo - em relação a 2º esposa)</p> <p>Ela já tentou nem é uma, nem duas, nem três vezes, ela já tentou e eu assim, do meu ponto de vista se eu voltar com ela, eu mato ela... eu faço uma besteira(...)ciúme, psicose. (Fernando)</p>
<p><b>A percepção do cuidado materno</b> (categoria molar)</p>	<p>Depende do jeito, do modo como cuida da criança, e querendo ou não, ela é uma boa mãe (...) (Paulo)</p> <p>(...) ela era uma super mãe, cuidava bem. (Fernando)</p> <p>(...) ela é uma excelente mãe, tanto ela e como a Aláisis, as duas, são mães maravilhosas, cuidadasas... (Ricardo)</p> <p>O filho não tinha nada haver com a nossa briga, ela era uma excelente mãe, (...) (André)</p> <p>(...) era uma boa esposa, boa mãe, (...) (Aldebaran Filho)</p>

## TRANSFORMAÇÕES DA PATERNIDADE (categoria molecular)

### Os cuidados paternos (categoria molar)

ah não faltar as coisas, fazer bico para não faltar fralda, leite, roupa, essas coisas mesmo...( Paulo)

é tipo assim, quando nós éramos juntos eu trabalhava pela madrugada, pegava cinco horas da manhã e largava meio-dia, esse processo de cinco ao meio-dia era tudo ela que fazia... ela que levava na escola, ela que dava banho... quando eu chegava, eu dormia (risos), eu dormia... e pela tarde eu só fazia dá meus passeios, passeava, no máximo, dava janta e ia...(Fernando)

porque ela não trabalha entendeu, para não faltar pra ele (...) eu do tudo pra ele, não falta nada.(André)

como eu to te dizendo, não dava pra mim fazer tudo só quando eu chegava que eu tomava conta a noite as vezes... (...) trabalhava de manhã até a noite aí não tinha muito tempo pra ta ficando com ele, só chegava pra me jogar na cama e dormir. (Alexandre)

eu tava presente porque geralmente o pai ele trabalha, ele tem que trabalhar entendeu (Aldo)

(...) arrumava a casa, fazia a comida, deixava tudo pronto, sete e meia da manhã já tava o almoço pronto para eu poder ir para o trabalho e ela só tinha o cuidado de amamentar a Ângela. A medida que a Ângela foi crescendo eu sempre fiz questão de levar na escola, de apanhar na escola, de estar perto mesmo assim.... Às vezes eu estava no trabalho e ela ligava pra mim 'olha tem um trabalho da escola, eu faço logo?', eu falava 'não, quando eu chegar em casa eu faço, eu ajudo', então com a Ângela e o Raion eu sempre tive essa relação de cuidado. (Ricardo)

nós morava numa kitnet... como ela não podia fazer as coisas, eu fazia tudo pro meu filho, a única coisa que eu não fazia era dá mama pra ele. Eu banhava, passeava de sol de manhã cedo com ele... (André)

Banho, ... limpava ele, fazia tudo pra ele, pegava as fraldas (...) e quando era tempo de folga eu saía com ele para trabalhar, a gente ia no bosque, pegava uma praia, eu tenho um primo que morava no Mosqueiro, a gente parava final de semana em Mosqueiro... aí essa era a relação... (André)

Aí eu ficava lá enquanto a mãe trabalhava, eu dormia com ela, banho eu não dava quem dava era a avó, era muito pequenina ainda e eu tinha medo ainda, eu passeava para banho de sol de manhã, botar pra arrotar, era essas coisas básicas que eu fazia... ia no posto médico tomar vacina... (Mauro)

eram todas, com filho né, eram todas possível... quando ela saía pra trabalhar eu fazia a comida deles, eu dava a comida deles e tudo... dava banho, arrumava, passeava... sempre fui pai.(Aldebaran Filho)

fazer coco... eu que do banho, coloco pra dormir, sou eu que faço as coisas quando ele ta em casa.(André)

eu sempre compartilhei tudo, escola eu sempre vou até porque sou eu que pago ( Aldebaran Filho)

(...) por nos morarmos um tanto quanto próximos ela praticamente ta diariamente na minha casa, ela vai a hora que quer, ela chega a hora que quer, tanto que na minha casa tem o cantinho dela, na casa dela ela tem as coisas dela e na minha casa ela também tem as coisas dela. As vezes tarde da noite ela liga 'pai eu quero dormir aí', aí eu pego minha moto e apanho ela, e dorme em casa. (Ricardo em relação a filha do 1º casamento)

ela me mandou embora aí quando ela não tava lá eu ia pra lá, ficar com a neném, depois que ela chegava eu ainda ficava lá por um tempo, alguns minutos mas depois eu voltava pra casa. (Mauro)

ele saiu daqui bebê e voltou com 8 anos (...) eles conseguiram vir algumas vezes pra cá (Belém), consegui ter um contato com ele, eles vieram e ficaram na casa de uns parentes e trouxeram ele aqui em casa pra gente dá uma olhada nele. (Alexandre)

sempre convivi, e eles não se deixavam ser atacados, quando me viam berravam, choravam 'eu quero meu pai', 'eu vou com ele', eles não deixavam, eles sempre foram muito próximos de mim também. Se eu fosse buscar eles e ela dizia vocês não vão com ele, eles começavam a berrar, chorar, gritar e tinham que ir, ta entendendo. (Aldebaran Filho)

tipo assim tanto eu não deixo faltar as coisas dele porque as vezes ele adoce e precisa de dinheiro, as vezes eu também preciso, é pouquíssimo que eu vejo ele, quando não ela trás ele aqui. (Alexandre)

(responsabilidade) toda dela entendeu, a não ser a parte financeira que sou eu (Aldo)

(...) o lazer deles... faço um passeio, saio com eles, eu adoro ir pro bosque... (Fernando)

	<p>– em relação a filha)</p> <p>(...) sempre que eu posso eu vou (...) assim né? Nos finais de semana, dá vontade eu vou, pego ela pra ir no shopping, no clube, ou no parque, eu (...) tento ficar com ela assim o tempo máximo possível, eu não posso deixar passar a infância dela. (Mauro)</p> <p>(...) só levo ela no lanche, essas coisas (Paulo)</p> <p>a última vez que eu o vi foi agora nesse último final de semana que ele foi na quinta-feira e eu que fiquei segurando ele até na segunda-feira, porque ela fica ligando ‘ah eu acho que eu já vou pegar ele aí’... Eu não debato isso com ela sabe, não sou de ficar dizendo ‘não, negativo, ela vai ficar aqui comigo porque ele veio ontem’, se ela disse assim ‘ele vai amanhã pra’í mas volta amanhã’, eu digo ‘tudo bem, se tu queres pegar ele pode pegar’... (Ricardo – em relação ao filho do 2º casamento)</p> <p>de manhã eu levo ele para escola, eu saio pra trabalhar é...eu pego 9 horas da manhã, eu acordo 7:00, 7:30 eu do um banho nele (limpa os olhos), faço todo aquele processo, passo talco, blá blá blá, arrumo e levo ele, na vinda do colégio quem vai buscar ele é minha mãe (...) a noite quando eu chego ele já ta jantado, aí eu fico lá na frente pr’ a ele brincar um pouco, nós entra e dorme...essa é a lida todos os dias... fica num círculo (percebo que os olhos estão novamente muito brilhantes) (Fernando)</p>
<p><b>Os cuidados de meninos e meninas</b> (categoria molar)</p>	<p>essa divisão também foi meio complicado...não, porque acho que o homem se identifica mais com o menino ( Fernando)</p> <p>Com o Raion não, a gente tomava banho junto e brincava muito na água, as vezes ele fazia as necessidades dele e eu que ia lá e limpava ele, dava banhinho nele, sempre essa parte com o Raion foi mais natural, o banho... (Ricardo)</p> <p>no meu filho eu mesmo do banho, praticamente nós dois tomamos banho juntos, sabe...outra pergunta. (Fernando) Quando ela era menor eu não pegava muito a Pauly por causa do assim... dos cuidados, da banho, limpar, essas coisas...eu não me sinto bem em fazer isso porque ela é menina entendeu? (...) tocar na minha filha, eu nunca gostei( ...) não, até dava comida de vez quando, mingau, lava as fraldas dela, as roupinhas de pano, mas em relação a trocar ela, dá banho essas coisas não eram comigo não. (Paulo)</p> <p>Tudo (interrompe minha fala), banho, comida... depois dos 3 anos da Angela eu me privei de dá banho nela, eu já não quis dá banho nela. Eu via ela como menina e achava que não tinha nada haver dá banho nela, nunca gostei de homem dá banho nela assim, as vezes tinha um tio e eu dizia ‘deixa que a mãe vai dá banho nela’, eu tive muito esse cuidado com ela. (Ricardo - em relação a filha do 1º casamento)</p> <p>(...) eu não sei dá banho em menina, eu não sei o que tem que fazer, como tem que lavar, sabe assim? Eu não sei dá banho... (Fernando)</p>
<p><b>O relacionamento com os filhos</b> (categoria molar)</p>	<p>respondo também...eu a levo na escola, eu a tiro da escola, ela dorme comigo, ela vai pra minha casa a hora que ela quer, nos finais de semana ela vai pra minha casa, quando a mãe dela quer sair ela liga. ( Ricardo – em relação a filha do 1º casamento)</p> <p>eu pensei que ela fosse mudar também, mas não, ela continua a mesma coisa. (Paulo)</p> <p>acho que melhorou muito depois da separação, melhorou muito entendeu (André)</p> <p>a minha relação com a mãe dele influencia no meu contato com o Raion bastante porque ela estreitou muito isso. (Ricardo – em relação ao filho do 2º casamento)</p> <p>eu só encontro com elas quando eu vou pega elas pra sair ou quando eu vou visitar, pra lá, totalmente pra lá(...) pouco contato, mais telefone (Aldo)</p> <p>hoje eu to distante da minha filha, ela me mandou umas mensagens e disse pra eu esquecer ela como pai, ela tem 19 anos, mas isso tudo quem causa é a mãe dela, a mãe dela sempre jogando a menina contra mim, já meu filho não, é muito bem relacionado comigo, gosta de ta comigo, gosta de moto, que ta sempre do lado do pai... quer moto, quer dinheiro, ta sempre perto de mim... mas ela a mãe dela sempre tentou jogar ela contra mim, e depois de velha ela ta caindo na lábia da mãe dela, me mandou umas mensagens antes do fim do ano muito ofensiva sabe, braba, pra eu esquecer ela como filha... (Aldebaran Filho)</p> <p>Como a mamãe fala ‘teu único erro é não dá atenção, precisas dá mais atenção pro teu filho’. É o único erro onde eu to errando só. Eu tenho pouquíssimo contato com ele, só quando eu vou lá às vezes, acontece alguma coisa e eu preciso ir lá pra saber como ele ta, converso com ele um pouquinho. (Alexandre)</p>



<p style="text-align: center;"><b>A ajuda da família</b> (categoria molar)</p>	<p>(...) não gosto de me meter não na educação dela, mas tem minha irmã também que é praticamente pai dela, a minha irmã e a minha mãe cobram por mim né... a minha preocupação mais é com a saúde dela.(Paulo)</p> <p>(avó)(...) que vai reuniões... faz todo esse processo escolar é ela que faz, eu não faço nada... (Fernando)</p> <p>(responsabilidades) eu passo pra avó, eu converso com a avó, quando tem algum problema é ela que liga pra mim. (Mauro)</p> <p>(...) não era todo tempo que eu tava com ele no colo, quem ficava era mais ela e a mãe dela... (Alexandre)</p> <p>(...) a minha mãe é uma ajuda, tem vezes que chega o final de semana e to cansando, no domingo assim eu só quero saber de ta deitado, ela fala 'vai, vai passear com teu filho, vai sair com teu filho', aí eu digo 'poxa mãe, to tão cansado, eu tenho só um domingo de folga', mas ela diz 'mas é esse domingo que tu tem pra ter o teu filho'.(Fernando)</p> <p>(...) com certeza, fundamental pro pai solteiro desde o início a família apoiar, teve uma ano que eu tava com dificuldade, fizeram o aniversário dele com certeza (...) Se não fosse minha família eu não sei o que seria de mim não (André)</p> <p>(...) tinha um tempo que a mamãe mandava as 'coisa', mamãe mandava uma cesta básica e um dinheiro para ajudar na conta de água e de luz, quase eu não parava muito porque eu saia mais para trabalhar naquela época... (Alexandre)</p>
<p style="text-align: center;"><b>Ser pai separado</b> (categoria molar)</p>	<p>Pra mim é normal, acho que não tem diferença assim... normal do convívio com eles mas acho que se eu tivesse dentro com eles na casa seria diferente, tipo assim, um pouco melhor, mais presente, porque eu to presente mas não é todo dia, como eu digo, eu sou um pai separado presente mas não é igual a todo dia ta lá, acho que se eu fosse um pai não separado estaria mais perto e protegendo mais eles... (Aldebaran Filho)</p> <p>(...) diferença é que quando a gente não ta ali, acordar e ouvir do filho bom dia, dá um beijo, fora isso é tranqüilo, mas eu sei que ela ta bem.... mas a gente pode ligar e dizer... pra passar um pouquinho a saudade, eu sinto saudade, faz falta não poder dá um abraço, por telefone é bom mas uma abraço assim é muito melhor, quando eu abraço ela, ela me beija me abraça, a gente se sente bem, pelo menos eu me sinto bem quando ela faz isso...(Mauro)</p> <p>(...) conviver com o filho depois da separação, você tem que fazer com que as coisas para a criança não mude muito, a tua relação, o teu cuidado com essa criança, teu filho, tem que ser quase que 100% igual, não dá pra ser 100% por causa da distância mas você tem que fazer de tudo pra que a relação com teu filho seja igual a relação com ele quando você vivia com a sua ex-esposa... (Ricardo)</p> <p>Tu tem uma responsabilidade, não é só curtidão, mas a vida continua a mesma, normal, só que tem que ter a atenção dela (...) é diferente (de pais casados)... porque tu sai com a família, a criança ta vendo o pai e a mãe entendeu, ta crescendo ali e vendo os pais juntos, eu acho que ela vê diferente... (Paulo)</p> <p>(...) mora longe do filho é difícil entendeu, é difícil, mas eu tenho mais responsabilidade, antigamente eu saia muito no fim de semana agora não, é tudo pra ele entendeu? É tudo dele, antigamente eu saia sábado, domingo, agora não, é tudo pra ele. Pra mim é legal e não, porque eu fico longe dele, eu sinto falta dele. (André)</p> <p>Acho que é mais responsabilidade, porque tu não tem mais aquela pessoa que te ajudava. (Fernando)</p> <p>Hoje em dia pra mim assim não é fácil porque ou tu cuida do teu filho ou tu trabalha, pra mim tu tem que ta pelo menos fazendo um pouco de cada, trabalho quando dá atenção pra ele, aquele carinho de pai, amor de pai, levar ele pra passear, dá uma volta, brincar um pouco, eu nunca joguei com ele bola, quer dizer...certas coisas fazem falta porque a gente ainda não ta tendo um comunicação melhor, eu e ele... (Alexandre)</p> <p>eu sinto que sai no prejuízo dessa história, e muito! Tu nem imaginas. Prejuízo em tudo, financeiro, em relação as meninas, e eu sinto que elas tão crescendo assim com um pai como eu te falei, um pai dinheiro, pai financeiro...não é muito bom não, até... em tudo! (...) A vida com as minhas filhas é isso, represento mais um pouco de dinheiro. (Aldo)</p> <p>(...) eu cuido tão bem da minha filha, eu tenho medo dela arranjar outra pessoa que não cuide assim tão bem entendeu? Tipo assim, eras a minha filha é uma benção (olhos brilhando), do modo sabe... teve uma vez que ela disse que o namorado da mamãe tinha dado uma palmada no pé dela...sabe aquilo dali, eu sei que foi tolice mas aquilo me revoltou tanto, me revoltou tanto... queria até matar minha ex-mulher (sorri)</p> <p>sinceramente, porque tipo assim sabe tu cuida de uma criança com tanto amor para uma pessoa chegar ou fazer alguma coisa... acho que pra mim nessa tua pergunta que muda é só no psicológico, tipo, o que tu imagina que outras pessoas estão fazendo com ela (Fernando)</p> <p>(...) é duro, é muito duro ser pai separado... você não pensa, quando você se separa de alguém, da esposa que tem filho seu, talvez num primeiro momento você se importe</p>

com quem ela vá ficar, com quem ela vá namorar, por conta talvez de um ciúme possessivo, digamos assim... as vezes você fica olhando pra'quela pessoa que um dia foi sua, digamos assim, eu não gosto de usar essa palavra porque ninguém é dono de ninguém, mas digamos assim, e naquele momento ta sendo de uma outra pessoa, mas a partir que essa pessoa passa a ser uma pessoa qualquer, como qualquer outra pessoa, um amigo, você começa a pensar no seu filho, porque você conhece a mãe mas não conhece a pessoa que ta com ela, e eu penso muito nisso, principalmente quando se trata da Ângela porque ela é uma mocinha, então eu fico muito preocupado com quem a mãe ela vai estar, se ela vai colocar alguém pra dentro de casa né? (Ricardo)

Como eu tava dizendo, eu só tento ser para os meus filhos aquilo que meu pai um dia poderia ter sido pra mim, por que poderia ter sido? Porque eu sou filho de uma mãe viúva, meu pai morreu muito cedo, eu tinha só 3 anos de idade, meu irmão tinha 5, morreu muito novo com 23 anos de idade, tava assim no início da vida meu pai... mas tudo que a minha mãe contava e conta até hoje pra mim e pro meu irmão das coisas que ele fazia por mim, isso me deixa bastante incentivado a ser um bom pai pros meus filhos... eu lembro que uma vez a minha mãe falou que meu pai tava desempregado e ela tinha dito pra ele, o nome dele era Reinaldo, ela disse 'Reinaldo, os meninos estão sem leite, ta todos dois sem leite, aliás eles não tem nada'. O meu pai ficou pensativo no primeiro momento e saiu, colocou uma camisa no ombro e saiu, quando meu pai voltou, ele voltou careca, careca, sem nenhum fio de cabelo! (se emociona) Tudo raspado, a mamãe tomou um susto com ele e perguntou pra ele porque que ele tava careca, e ele disse que tinha pedido um dinheiro emprestado pro amigo dele e o amigo dele disse na brincadeira "não vou te emprestar, não vou te emprestar, só se tu te encarecar", e ele se carecou sabe? É o tipo da coisa que eu fico pensando assim, poxa(...) eu sou ainda muito pouco, eu ainda fiz muito pouco pelos meus filhos do que meu pai ainda poderia ter feito por mim (Ricardo)